

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
-----Mandato 2013-2017 -----
----- **TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA - SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA
EM VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE.** -----
----- **ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E SEIS** -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Ordinária, segunda reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale)-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva)-----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luis Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano

Barata, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, José Vitor dos Reis, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Jorge Manuel Jacinto Marques, Luis Manuel Inês Cavaco, Susana Maria da Costa Guimarães, Igor Boal Roçadas, Rosa Lourenço, Ana Paula da Silva Viseu, Maria Isabel Gentil Penha Ferreira, Francisco Alves da Silva Ramos, Silvino Esteves Correia, Luis Lucas Lopes, Maria Luisa Leiria Ribeiro, Gabriel Baptista Fernandes, Nelson Pinto Antunes, Sofia Margarida Vala Rocha, Luis Graça Gonçalves e Paulo Moreira. -

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Fábio Martins de Sousa, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º1, do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques. -----

----- Hugo Filipe Xambre Bento Pereira (PS), Presidente da Junta Freguesia de Beato, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Silvino Esteves Correia -----

----- Simonetta Luz Afonso (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- Hugo Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vitor Reis. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Maria Luisa Leiria Ribeiro. -----

----- José Sobreda Antunes (PEV), pelo período entre os dias 26 e 30 de junho, sendo substituído pelo Deputado Municipal Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN), Presidente da Junta de Freguesia de Parque das Nações, no período de 22 de junho a 13 de julho de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luis Lucas Lopes. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Gentil. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula da Silva Viseu. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente Fernando Medina e pelos Senhores Vereadores: Carlos Castro, Catarina Albergaria, Paula Marques, João Paulo Saraiva, Manuel Salgado, João Afonso e Catarina Vaz Pinto. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** declarou aberta a Reunião.

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, público presente. -----

----- Eu pedia que tomassem os vossos lugares. Já temos quórum. -----

----- Temos uma Ordem de Trabalhos muito cheia e pedia que ajudassem aqui a tarefa da Mesa que não vai ser fácil, mas que vamos fazer o melhor possível. -----

----- Primeiro, cumprimenta-los a todos e dizer o seguinte: atendendo a que na nossa última reunião estávamos ainda em luto nacional por causa tragédia de Pedrógão Grande, as pessoas inscritas para falar no período público nessa nossa última reunião transitaram para a reunião de hoje, pelo que, excecionalmente, eu permiti que se inscrevessem mais algumas pessoas, além das que transitaram. -----

----- Penso que os Senhores Deputados me darão razão e, portanto, em vez de termos apenas 5 pessoas inscritas, temos 9 pessoas inscritas. -----

----- Isto significa que precisamos de um pouco mais de tempo, mas, também, vai daqui um apelo meu a todos os que estão inscritos: procurem ser o mais sintéticos

possível para que, realmente, possamos ouvi-los todos no tempo de que dispomos aqui na Assembleia Municipal.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- “Posto isto eu vou dar a palavra à 1ª pessoa inscrita que é o Senhor Amândio Aguar Paulino, que nos vem falar de um problema de espaço público e mobilidade nos Olivais. -----

----- Pedia silêncio aos Senhores Deputados para ouvirmos o Senhor Município nas melhores condições. Nós estamos muito condicionados, O Senhor Amândio faça o que tiver que fazer, se nós não lhe pudermos dar mais tempo poderá sempre deixar por escrito, se tem o documento escrito ficará sempre na íntegra. Se faz favor.” -----

----- **O Município Amândio Aguiar Paulino** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*O problema: o Bairro da Encarnação e Olivais, sofre diariamente, 24 horas, 7 dias por semana, uma pressão de estacionamento automóvel oriundo do Aeroporto Internacional de Lisboa e serviços adstritos que condicionam violentamente a vida dos residentes e a normal vivência destes bairros residenciais.* -----

----- *No Bairro da Encarnação a situação é agravada pelo excesso de velocidade praticada neste bairro residencial que é usado como atravessamento expresso alternativo. As velocidades praticadas são mortais e já se registaram vários acidentes rodoviários.* -----

----- *Empresas como a Uber a Green Bus, a Jet Park, Avis, Sixt, Aerocoop, entre outras, e funcionários do aeroporto, fazem do bairro um parque de estacionamento diário e os passageiros deixam os carros, nestas Ruas, semanas e meses seguidos. O estacionamento anárquico degrada sistematicamente jardins, passeios...* -----

----- *Eu agradecia que se calassem por favor!*-----

----- *Impede o transporte coletivo de passageiros...*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu:-----

----- “Peço desculpa, Senhor Amândio, peço desculpa mas o papel mandar calar o público não é o seu é o meu. Portanto eu vou pegar-lhe na palavra e vou pedir, realmente, que façam silêncio. Continue se faz favor.”-----

----- **O Município Amândio Aguiar Paulino** no uso da palavra, continuou: -----

----- “*Perturba passadeiras da circulação pedonal e condiciona o normal funcionamento do Centro de Saúde, da Igreja, do Cineteatro até do cemitério que não tem um único lugar disponível. É uma vergonha!*-----

----- *Presentemente e ao contrário do que se vem fazendo na Cidade de Lisboa, o Bairro da Encarnação não é um Bairro para as pessoas, onde espaço público seja de fruição. Pelo contrário o Bairro da Encarnação tornou-se desumanizado, desleixado, com uma passagem poluída e anárquica.* -----

----- *O espaço público é hostil para o peão e as crianças deixaram de brincar na Rua, porque não existe combate ao estacionamento abusivo nem medidas de acalmia de tráfego. Falamos de incomodidade e de acessibilidade e segurança como fatores de entropia que impedem o desenvolvimento.* -----

----- A situação agrava-se de dia para dia os conflitos interpessoais são uma constantes e os residentes sofrem com atitudes provocadoras e violentas de desrespeito e ameaças á integridade física.-----

----- Projeto de requalificação do Bairro. A Junta de Freguesia dos Olivais promoveu, em 2016, o Projeto de Requalificação para o Bairro da Encarnação que afirma estar em desenvolvimento. O projeto nunca foi discutido mas, pelos limites impostos à intervenção, não vai resolver os problemas de fundo do Bairro em matéria de ordenamento espaço público, estacionamento e segurança.-----

----- Verifica-se também que a Direção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa não está informada do teor deste projeto que parece estar desarticulado do resto Cidade.-----

----- Está a perder-se a oportunidade de evoluir com conhecimento e com a experiência adquiridas em outros bairros intervencionados com problemas semelhantes e conseqüentemente a desperdiçar-se recursos importantes. É por isso imperativo que, previamente ao projeto de execução, a Junta de Freguesia dos Olivais apresente à Câmara Municipal de Lisboa, este projeto para que ele seja debatido coordenado e integrado na estratégia para a Cidade de Lisboa.-----

----- Petição pública como reclamação de medidas urgentes. Depois de 4 anos de exposições escritas, pedidos de fiscalização e pedidos de intervenção, às várias entidades, mais de 300 cidadãos dirigiram à Senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, em Outubro 2016, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em Fevereiro 2017, a petição intitulada 'Por um Bairro Respeitado' que reclama por medidas urgentes de segurança, de qualificação do espaço público do bairro da Encarnação e Olivais e de implementação de um sistema eficaz de gestão de estacionamento e mobilidade porque isto não pode continuar.-----

----- Até 2016, a Cidade da Maia sofria do mesmo problema de estacionamento anárquico, junto ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, apesar de receber menos de metade do número de passageiros, o município quis encontrar soluções para a defesa do espaço público, das pessoas.-----

----- Na Freguesia dos Olivais, o Aeroporto Internacional de Lisboa serve mais de 20 milhões de passageiros anualmente e, por isso, têm que ser encontradas soluções.-----

----- Se o Estado fez um investimento de milhões de euros na estação da rede do metro e no ordenamento da rede de transportes públicos, terá que servir como alternativa ao transporte individual para o aeroporto.-----

----- É só mais 20 segundos.-----

----- É preciso dizer basta! Os subscritores pretendem ver esta petição discutida em Assembleia Municipal para que sejam implementadas já medidas de segurança, de regulação de estacionamento e mobilidade, de requalificação do espaço público, de fiscalização para tornar também este bairro, finalmente, mais amigo das pessoas, tal desiderato só será possível com a EMEL.-----

----- Não terminamos sem antes referir que os residentes têm mantido uma atitude Leal com a Junta de Freguesia dos Olivais, com a Câmara Municipal de Lisboa, sempre uma postura construtiva, abdicando e investindo do seu tempo para praticar

uma cidadania ativa, em defesa de uma comunidade mais forte e segura. Por parte da Junta de Freguesia não tem havido iniciativa por quem se propôs a gerir este território... -----

----- *Vou concluir.* -----

----- *Que não responde aos problemas dos residentes de diligenciar, reclamam precedentemente pelos problemas graves.* -----

----- *Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Arquiteta Helena Roseta, a situação no bairro é, neste momento, caótica, uma verdadeira anarquia e uma total bandalheira estando, por isso, criadas as condições para que a não serem tomadas medidas urgentes venham a ocorrer conflitos muito graves e/ou acidentes com vítimas. Situação que deve ser de imediato combatida pelas autoridades competentes mediante implementação de medidas de regulamentação e disciplina. Só poderá ser feito pela EMEL e Polícia Municipal.* -----

----- *Peço desculpa pelo aumento.... Obrigado.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *Não faz mal, Senhor Amâncio, não faz mal.* -----

----- *Senhor Amândio obrigado por este alerta que aqui deixou.* -----

----- *Há, no entanto, um esclarecimento que eu gostava de dar. As petições que dirigiu à Câmara e à Junta de Freguesia não vêm para a Assembleia Municipal, vão para esses órgãos. As Juntas de Freguesia são autónomas das Assembleias Municipais, embora os Senhores Presidentes de Junta tenham aqui assento, não é a Assembleia Municipal que os fiscaliza, portanto, se quer que a Assembleia Municipal promova um debate sobre isto, naturalmente, poderão enviar uma petição à Assembleia Municipal. Vamos ter alguma dificuldade porque já estamos no final do mandato e precisamos de tempo para estas discussões, mas se conseguirem fazê-lo rapidamente ainda poderia dar entrada neste mandato uma petição vossa para ser apreciada aqui, mas teria que ser dirigida à Assembleia Municipal. Até pode ser a mesma que entregaram à Câmara, mas tem que ser dirigida nós.* -----

----- *Ah! Muito obrigada, muito obrigada. Senhor Amândio, agora tenho que prosseguir porque já estamos um pouco em cima do tempo. Muito obrigada. Senhor Amândio, muito obrigada, a petição deu entrada, veremos se nós conseguimos analisá-la no período que nos resta deste nosso mandato, de qualquer maneira, ela será encaminhada seguramente para a 8ª Comissão Permanente para fazer as diligências que entender.* -----

----- *Vamos ouvir agora a Senhora Dona Maria Isabel Serradas que nos vem aqui trazer um problema relacionado com a Universidade da 3ª idade. Universidade Internacional da 3ª Idade, há várias Universidades, esta é a UITI.”* -----

----- **A Munícipe Maria Isabel Serradas** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos os presentes.* -----

----- *Estou aqui para defender, mais uma vez, esse projeto e tentar encontrar, ou pelo menos, resolver a situação em que nos encontramos. Tenho acompanhado ao longo*

destes anos, o trabalho desenvolvido com muito mérito sem qualquer recurso a subsídios ou ajudas externas. Trabalho esse, que acarinha desenvolve e ampara centenas de seniores contribuindo igualmente para uma forma de inclusão social da 3ª idade na Cidade de Lisboa.-----

----- Atualmente a UITI tem cerca de 800 alunos e mais de 77 professores voluntários, sendo um dos maiores projetos de voluntariado ativo, 365 dias por ano, em Portugal. Projeto esse que ampara, igualmente, outras entidades, nomeadamente, a Junta de Freguesia da Misericórdia que, no ano passado, conseguiu garantir a alimentação diária para 72 pessoas, no mês de Dezembro, com donativos dados pelos alunos da UITI.-----

----- Este projeto pioneiro enquadra-se igualmente na resolução do Conselho de Ministros número 76/2016, a UITI precisa do seu espaço, do valor da renda e do período de atualização definidos contratualmente de forma a abrir inscrições para o próximo ano letivo.-----

----- Esta situação mantém-se e continua pendente por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Este processo, Câmara Municipal versus UITI, teve início aqui, nesta mesma Assembleia em Fevereiro de 97 e da mesma resultou a Recomendação por parte da Assembleia à Câmara, aprovada na sua maioria. Esta Recomendação que diz que a Câmara deveria proceder com a UITI ao protocolo por 50 anos, a uma renda simbólica para o edifício camarário de 2 mil alunos. A UITI nunca se recusou a pagar rendas, sempre quis oficializar contratualmente a sua posição, desejo esse sempre ignorado pela Câmara.-----

----- Passaram-se 20 anos a UITI informou na sequência do relatório técnico da Câmara Municipal de Lisboa que o edifício estaria disponível a partir do dia 26/4, com a suspensão das suas aulas para que se pudesse efetuar as referidas obras a UITI tem o compromisso dado pela Câmara Municipal de Lisboa que seriam efetuadas obras no prazo máximo de 5 meses, ou seja até novembro. Também nos foi dito que poderíamos, eventualmente, ocupar o edifício da Rua Maria de Andrade, no entanto, eu temo que este processo, sem ser contratual, seja idêntico às obras de Santa Engrácia, como vem acontecendo por Lisboa, como por exemplo, da Escola Básica Sampaio Garrido, fechada provisoriamente em Setembro de 2016 para obras e que se mantém até à data de hoje, passados 10 meses, fechada. As rendas apresentadas à UITI são de 4640 para a Rua Maria Andrade e 7600 para a Rua das Flores, sendo totalmente inoportáveis para o UITI, uma vez que a mesma a UITI é uma instituição com utilidade pública sem fins lucrativos. Com estas rendas, quer a Câmara, seguramente, ditar o fim da UITI, o valor simbólico pago anualmente pelos alunos ronda os 100 euros, não cobrindo as despesas de funcionamento na sua totalidade e só é viável se a UITI aqui estiver a pagamento das mesmas.-----

----- Na sequência deste aqui exposto, venho pedir-vos que seja deliberado, recomendado, até quicá aprovado, os seguintes 3 pontos: -----

----- Primeiro a bonificação máxima das rendas a conceder à UITI, tanto para a ocupação provisória da Rua Maria de Andrade como o seu retorno à Rua das Flores, que tão importante é para esta Universidade. -----

----- A entrega do espaço provisório de imediato, respeitando a capacidade para os seus 800 alunos e a possibilidade de abrir já em setembro para novo ano letivo, não prejudicando desta forma o arranque das suas aulas.-----

----- E 3º, a autorização e permissão de acompanhamento no processo de obras na Rua das Flores, uma vez que o Vereador Manuel Salgado, que não está aqui presente, e o Doutor Medina que, mais uma vez também não está presente, já afirmaram ter a intenção de deixar a definição da contratualização deste processo, para o próximo executivo camarário, o que de todo pode acontecer, porque senão nós, UITI, teremos que encerrar as portas.-----

----- Quero pensar, eu quero, embora inacreditável, que a boa vontade política e celeridade nesta situação poderá ser resolvida contratualmente logo de imediato de forma à UITI poder avançar com o novo ano letivo. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada. Senhora Dona Maria Isabel, as pessoas que estão a assistir nas galerias e também Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Tenho 2 ofícios que chegaram ao meu Gabinete e que despachei hoje mesmo, onde o Senhor Reitor da UITI, trazer estes problemas que agora mesmo aqui foram trazidos, a questão das obras com prazo de novembro e a questão do valor da renda do espaço alternativo na Rua da Maria Andrade ser excessivo.-----

----- Falei com o Senhor Vereador Manuel Salgado para na esclarecer o ponto da situação, a informação que ele me deu e que eu transmito, é a seguinte: os valores de renda que foram informados, são valores de renda técnica, são valores de renda máxima, a Câmara não poderá nunca pedir mais do que isso, mas poderá sempre bonificar esses valores de renda, essa bonificação é decidida nos termos do regulamento de atribuição de apoios da Câmara Municipal de Lisboa, tem que ser uma deliberação da Câmara.-----

----- A Assembleia pode recomendar, mas quem tem que tomar essa decisão é a Câmara, portanto, aquilo que poderemos eventualmente fazer, conforme sugeri, é uma Recomendação à Câmara no sentido de resolver isso rapidamente e de ver qual é o valor justo que podem pedir de renda, tendo em conta que a renda técnica é uma renda calculada sem qualquer ligação com o objetivo social da instituição para lá vai, portanto, é em função das características da instituição que depois se verifica, qual é o valor real da renda que se pode realizar.-----

----- É o que tenho para vos dizer e foi a informação que dei no meu despacho e, naturalmente, pedi para dar conhecimento à 7ª Comissão, que é a Comissão que acompanha estas matérias, a Senhora Presidente da 7ª Comissão já me tinha chamado a atenção para este problema, já tinha enviado vários ofícios à Câmara a sinalizar a questão, vamos ver se realmente isto se consegue resolver da melhor maneira para a continuação do trabalho da vossa Universidade que é um trabalho meritório para a Cidade de Lisboa.-----

----- Senhores Deputados, vamos prosseguir, temos agora 2 inscrições de 2 cidadãos que vêm falar sobre o encerramento do Clube de Futebol Casalense. Vamos ouvir.-----

----- Há novidades em matéria de legal sobre esta matéria, portanto, eu gostava que falassem para depois ver o que é que podemos efetivamente fazer. Senhor António Augusto Fernandes Matos, não o vejo. Não está? E a Senhora Dona Gabriela Baptista Miranda também não está? Bom, então se entretanto chegarem logo falarão. Eram 2 pessoas que iam falar sobre o mesmo assunto, logo veremos o que é que é. -----

----- Temos agora uma munícipe que já é nossa bem conhecida. A Senhora Dona Maria Manuela da Purificação Reis. Tomou o gosto em estar aqui, temos muito prazer em tê-la cá. Eu só lhe vou pedir, como já fez várias intervenções, ainda nem sequer eu tenho resposta às cartas que já mandei, que seja o mais sintética possível. Oh Senhora Dona Manuela é que, com muito gosto que a gente tenha de a ouvir, temos uma agenda um bocadinho difícil. Faça favor.”-----

----- **A Munícipe Maria Manuela da Purificação Reis** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Eu começo por agradecer, porque o agradecimento nunca é demais e é estimulante para se fazer mais e melhor. -----*

----- *Já não tenho receio de atravessar a minha Rua, com mobilidade reduzida que cada vez é maior, porque o estacionamento para o meu carro de deficiente já está do lado onde eu moro. -----*

----- *Aproveito para chamar a atenção para a falta de diálogo da parte das autoridades com os cidadãos, o trabalho que fizeram e agora desfizeram, podia ter sido evitado se me perguntassem ou pensassem na altura em que puseram estacionamento onde seria um local mais indicado, ora, como na minha Rua, o estacionamento se processa em ambos os lados, seria lógico e de bom senso, que fosse logo feito do lado onde eu moro. Agora fui abordada por um outro morador, já é o segundo, que me veio dizer se eu queria estacionar dos 2 lados, porque o logotipo de deficiente mantém-se no chão, eu disse que o logótipo no chão não quer dizer nada, porque o que vale mesmo é a sinalização de deficiente e a respetiva matrícula do carro. Por isso, eu não me importo que, do meu lado, também não exista logótipo no chão. -----*

----- *Também quero agradecer e congratulo-me bastante por estes 2 lugares para o estacionamento de deficientes, que se encontram junto a este Fórum, ainda não estarem condicionados, porque os deficientes cada vez se sentem mais excluídos, digo bem, excluídos de estacionar nos lugares destinados para qualquer deficiente, exceto à porta das suas casas. Por isso, muitos deficientes estão em solidão, nas suas casas, com o carro à porta, porque não conseguem estacionar, porque não sei quem teve a ideia de mandar pôr, nos lugares destinados a deficientes, dias úteis e com horários vários e então como estes 2 lugares ainda não estão condicionados a dias úteis, eu pude estacionar para de ir ao Jardim Fernando Pessa, onde estive sentada a ver e a ouvir as bandas que muito gostei. -----*

----- *Então, em meu nome e em nome dos lesados deficientes que conduzem, eu peço que retirem o condicionamento de dias úteis e os vários horários, nos poucos lugares que ainda existem para qualquer, quaisquer deficientes.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Dona Maria Manuela, também por ter sido sintética. Agradecemos também o reconhecimento que aqui trouxe e mais este problema de verificarmos o estacionamento que está condicionado só em certas horas, quando poderia ser mais alargado, iremos dar seguimento àquilo que aqui apresentou, como costumamos fazer, para a Câmara Municipal e muito obrigado pela sua participação mais uma vez. -----

----- Vamos dar agora a palavra à Senhora Presidente da Associação de Moradores da Vila Dias. Senhora Dona Maria do Céu Rodrigues Silvestre Dias. -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria do Céu Rodrigues Silvestre Dias**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos os presentes.*-----

----- *Então é assim: há 5 anos atrás, ainda António Costa era Presidente da Câmara, afirmou-nos que o caso da Vila Dias iria ser resolvido iriam considerar o bairro ARUS e a Câmara iria tomar posse administrativa daquele conjunto e iniciar um processo de expropriação, se necessário, disse-o António Costa.*-----

----- *O compromisso foi assumido primeiramente pelo, na altura, Presidente António Costa em conjunto com o Departamento do Arquiteto Manuel Salgado, que prosseguiu com o Presidente Fernando Medina.*-----

----- *Na última reunião que tivemos no Gabinete do Arquiteto Manuel Salgado foi-nos dito que, no 2º trimestre deste ano, iriam ser iniciadas obras de demolições do número 9 e das partes traseiras da Vila Dias, quer houvesse decisão ou não do tribunal iriam ser feitos de forma coerciva.*-----

----- *Vimos cá questionar se a Câmara mantém o compromisso, pois o timing esse já passou.*-----

----- *A Câmara não nos responde ultimamente a nada, a pedidos de reuniões, a emails, a pedidos de ajuda, pois já temos novos senhorios, pelo menos intitulam-se como tal e são novamente os mesmos, a Retoque e o Senhor Morais Paulo. Dizem que compraram, (a Retoque já não existe, mas são os mesmos Senhores) dizem que compraram a Vila e, novamente, o seu procedimento é igual. Obras de pregar pregos e ajeitar degraus das escadas quando precisamos de muito mais, precisamos de telhados, de esgotos e temos casas a cair.*-----

----- *Até uma certa altura vimos desenvolvimentos da parte da Câmara, com os realojamentos das famílias que viviam numa parte da Vila que eram barracas e foram de seguida emparedadas as casas sem condições alguma de habitabilidade, mas agora parece que tudo parou e não vemos nada do que foi dito, do que foi o compromisso assumido ser feito. Vivemos sempre numa angústia sem saber o que os senhorios, ou possíveis senhorios, nem temos a certeza se eles são senhorios, irão inventar amanhã.*

----- *Vimos aqui questionar o porquê da Câmara não concluir os compromissos assumidos. É assim: sentimo-nos todos abandonados. Esperamos que os compromissos assumidos sejam cumpridos por consideramos os intervenientes, António Costa, Manuel Salgado e Fernando Medina, pessoas de palavra.*-----

----- *A Vila Dias também é um legado de António Costa para Medina. Obrigado.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhora Dona Maria do Céu, eu própria também acompanhei no mandato anterior, bastante perto o processo, da Vila Dias e, naturalmente, irei fazer diligências para saber o ponto da situação e, se necessário for, provocar uma reunião convosco para ver o que se passa e, enfim, como é que as coisas estão e agradeço o alerta que aqui deixaram porque, naturalmente, a Assembleia Municipal está empenhada em acompanhar estes processos com atenção. São processos que se arrastam já há muito tempo e que precisa, de facto, de solução. -----

----- Vamos passar agora ao Senhor Luís Paisana da Associação de Moradores do Bairro Alto, também já esteve aqui várias vezes, seja bem-vindo.-----

----- A Mesa informa que já chegaram as outras 2 pessoas que estavam em falta nas intervenções do público, mas agora falarão no fim das inscrições, depois do Senhor Luís Filipe, tenho mais 2 inscrições e depois falarão os Senhores do Clube de Futebol Casalense. -----

----- Se faz favor Senhor Luís Paisana.” -----

----- **O Município Senhor Luís Filipe Cardoso de Matos Paisana**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, Municípes de Lisboa.*-----

----- *Vem a AMBA, Associação de Moradores do Bairro Alto, que representa moradores de toda a Freguesia Misericórdia levantar uma questão que a nós nos preocupa há muitos anos que é o problema da Segurança e Proteção Civil na Misericórdia, mas também na Cidade de Lisboa, porque a questão já se põem a nível de toda a Cidade.*-----

----- *Dizer que a Lei de Bases da Proteção Civil publicada em 91 define que a Proteção Civil é uma atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos, eu repito, pelos cidadãos, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidentes graves, catástrofes ou calamidades de origem natural, tecnológica e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo quando aquelas situações ocorram.*-----

----- *A Lei de Bases que lhe sucedeu em 2006, o legislador informou, concretizando sem reserva que a Proteção Civil é desenvolvida pelos cidadãos em igualdade, peso e responsabilidade com o Estado, da catástrofe a resposta inicial não é dada pelos meios de socorro, mas sim pelos sobreviventes do desastre. É muito importante.*-----

----- *Como está salvaguardada a segurança na Cidade de Lisboa em caso de sinistro? A atualização do Plano de Emergência Municipal é urgente, eu sei que está a ser feita passado quase 20 anos. De qualquer maneira, esperamos que os cidadãos e a sociedade civil sejam envolvidos.*-----

----- *E, como disse a Senhora Presidente da Assembleia Municipal há pouco tempo, consultas públicas sobre decretos que são feitos e regulamentos que são feitos, deviam*

ser dados 10 dias aos cidadãos para se pronunciarem, não é a consulta pública. Portanto, esperamos que nos seja dada oportunidade de pronunciar sobre uma questão que é fundamental, no caso de haver alguma destas situações da Cidade de Lisboa. -----

----- É fundamental dotar a Cidade com os meios, com as bases de dados, com os serviços de informação, tudo isso nós sabemos, nós não somos especialistas, mas é óbvio que isso é tudo importante. Mas o que queremos ressaltar e essa experiência vem de outros países, nomeadamente do Japão que é um país que tem muitos sismos, com uma Cidade de Lisboa é uma Cidade sísmica, os primeiros socorros são prestados pelas pessoas de proximidade, moradores, estabelecimentos de proximidade que sabem quando é que ocorre o sinistro, onde é que estão as pessoas, o que é que se há de fazer. Sabemos que os meios, por mais eficientes que sejam, nunca chegam passado 20 minutos, 30 minutos e, muitas vezes, é demasiado tarde. Portanto, sugerimos há muito tempo que as organizações do terreno sejam envolvidas, não só criando comités, fazendo formação para estas pessoas, como dando informação a toda a população como agir num sinistro. Sabemos que a Proteção Civil fá-lo, mas nem sempre é suficiente. -----

----- Não queria alongar-me muito porque vou deixar aqui o documento, queria só terminar com uma frase já dita pelo Senhor Presidente da Câmara, não há muito tempo, perante a informação de que nós, perante um evento que tem programado ocorrer, podíamos ter uma situação de grave risco na Cidade de Lisboa, tivemos a consciência de tomar uma decisão que é agir, e é agir fazendo obra, no final de uma conferência de balanço do mandato, o autarca sublinhou, há uma coisa que eu garanto é que nós não hesitamos quando a segurança das pessoas está em risco. -----

----- Senhor Presidente, esperamos que o mesmo se aplique ao caso da Cidade de Lisboa e ao seu plano de Proteção Civil e não vamos esperar que a sorte nos proteja. Muito obrigado.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Senhor Luís Paisana, na verdade nós próprios lhe agradecemos esta intervenção, estamos a falar de uma matéria da maior importância para toda a Cidade. -----

----- O Bairro Alto já resistiu a um grande tremor de terra, mas evidentemente que sendo um bairro mais velho tem mais vulnerabilidades e é da maior importância o assunto que aqui trouxe, irei encaminhá-lo e chamar a atenção da Câmara para a necessidade de lançar esse tipo de processos participados pela população, de reforço da sua própria segurança. -----

----- Vamos passar então agora o nosso orador seguinte, que o Senhor Fernando Carvalho Faria, que nos vem colocar o problema de umas obras num prédio pombalino, sem autorização, sem projeto, etc.. Vamos ouvir.” -----

*----- **O Município Senhor Fernando Carvalho Faria**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

----- “Boa tarde, não sei se me ouvem ou não.” -----

----- *Eu venho aqui relatar uma situação, vou tentar cumprir os 3 minutos, aliás sou conhecido por ser sintético, não sei se vou ser suficientemente sintético e claro, portanto, vou começar.* -----

----- *Preferia estar aqui no antigo cinema a ver um filme, mas não é esse o caso. O filme é outro, eu sou administrador de um condomínio na Rua da Patriarcal, onde várias frações mudaram de proprietária no último ano e em relação a uma delas foi declarado na reunião de condóminos que iriam fazer obras de beneficiação, eletricidade, água e esgotos visto que a inquilina tinha falecido.* -----

----- *A Assembleia, concordou, claro, entretanto dias depois vários dos condóminos chamam-me à atenção de que achavam que uma das paredes tinha sido derrubada, a parede em frente à porta de entrada.* -----

----- *Marquei uma reunião com os proprietários da obra, que são uma empresa, pelos vistos multifacetada, negócios de imobiliário, construtor, etc., tivemos uma reunião no local onde verifiquei, de facto, que essa parede tinha desaparecido e mais outras coisas como, por exemplo, vazamento de paredes de Cruzes de Santo André, alçados de paredes em alvenaria que me disseram que a parede estava lá, embora podre, a antiga, perguntei então, mas no projeto, isto exige projeto, não coincide com aquilo que os Senhores tinham dito que apenas se tratava de obras de remodelação de eletricidade água e, por aí fora.* -----

----- *Ficaram de me enviar por email os projetos, o que fizeram uns dias depois e ficaram de regularizar a situação perante a Câmara Municipal disse que ultrapassava as obras que se podem fazer sem autorização.* -----

----- *Reforcei a minha estranheza visto que uma das empresas associadas, cujo nome é Sismo Construções, penso que em honra do bairro onde se situa, visto que foi referido aqui o terramoto, deita-se abaixo e depois constrói-se, foi o que estes Senhores fizeram, a minha estranheza perante o facto de me dizerem que não tinham entregado o projeto, nem autorização prévia e nem coisa nenhuma. Afirmaram-me que as obras, estão sempre a acontecer coisas novas.* -----

----- *No dia 23, visto tudo continuava a acontecer, chamei a Polícia Municipal, a Polícia Municipal aqui publicamente devo dizer, o relatório que o Chefe Soares fez sobre aquilo que observou é de louvar e não é engenheiro civil, denuncia todas as irregularidades que observou, que levou ao embargo da obra.* -----

----- *Eu entreguei na Baixa, porque no Campo Grande as senhas podem durar um mês, penso eu, eu perguntei se para o mês seguinte ainda era possível, fui entregando fotografias do que estava a acontecer, entretanto, esses Senhores entraram na casa do vizinho, entraram na casa do vizinho do lado, do vizinho de baixo, e inundações, paredes, buracos...”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhor Fernando Faria, eu peço desculpa o seu tempo já acabou, portanto, pedia-lhe para concluir, sem prejudicar o seu pensamento.”* -----

----- **O Município Senhor Fernando Carvalho Faria,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou concluir, a questão é que a Polícia Municipal interveio, a Polícia do bairro interveio, a Câmara Municipal tem várias comunicações minhas, resposta até hoje não há! -----

----- Os Senhores continuam as obras, retomaram as obras por várias vezes. As obras, eu sei que estão em fase de finalização, o entulho é descarregado no passeio público chamei a atenção da Polícia Municipal e, nesse, no mesmo dia depois de ter falado com eles, passaram 2 carros e nada fizeram! -----

----- Madeiramento a céu aberto com pregos, eu vou terminar já, com pregos, lã de rocha, no átrio da escada durante um dia inteiro a ser descarregado introduzido na respetiva fração, na noite seguinte, eu no dia seguinte tive de ir parar ao hospital, ainda hoje, peço desculpa, tenho um olho um bocadinho à Camões, o que tenho a dizer é que até hoje respostas, zero, mas também tenho de dizer o seguinte: o Príncipe Real e os bairros circundantes já tiveram muitos problemas, assaltos da Rua a qualquer hora” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu preciso mesmo de lhe pedir que termine.” -----

----- **O Município Senhor Fernando Carvalho Faria,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “São cinco segundos! -----

----- Assaltos de rua a qualquer hora do dia ou da noite, assaltos a casas, roubo de carros, tudo isto eu passei, aos fins de semana havia menos gente do que em qualquer aldeia, neste momento, tudo mudou. Vimos um estaleiro com um número descontrolado de obras na mesma rua ou próximas, as gruas passam a entreter as crianças para comer a sopa, em vez dos pássaros. A conversa do bairro mudou de tom “Então, o que é que andam a fazer no teu prédio? Olha, o meu rachou de alto a baixo, no meu cortaram as chaminés porque roubava a vista, não sabemos o que fazer”. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Fernando, por muito empenho que tenhamos em ouvi-lo, eu não posso dar-lhe condições diferentes. Agradeço a intervenção que fez.” -----

----- **O Município Senhor Fernando Carvalho Faria,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, lembro que não tenho resposta de ninguém!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Isso já eu percebi, têm relatório da Polícia, têm um embargo e depois ausência de resposta, portanto, acho que estão aqui ingredientes mais que suficientes para a Assembleia Municipal questionar a Câmara e exigir que o embargo seja cumprido e que o Senhor como Administradora do Condomínio e, enfim, todas os moradores saibam que é que se passa exatamente, iremos diligência nesse sentido, muito obrigado pela sua intervenção. -----

----- Vamos passar ao orador seguinte, é o Senhor Fernando Vilas Boas Gomes, tem a ver com o funcionamento do estabelecimento noturno da Rua Gustavo Matos Sequeira. Se faz favor. -----

----- **O Município Senhor Fernando Vilas Boas Gomes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ *Muitíssimo boa tarde Senhora Presidente, obrigado pela oportunidade que a Assembleia Municipal me deu, vou ser muito sucinto, o meu dever aqui como representante dos residentes do condomínio do 37-A da Rua Gustavo Matos Sequeira, em São Mamede, e também dos meus vizinhos de 42 do 37 do 39 do 16 é fazer uma coisa muito simples, pedir à Câmara Municipal de Lisboa que faça cumprir um Decreto aprovado... Perdão, que dê cumprimento a um despacho normativo do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de 21 de Fevereiro de 2014, eu já fiz o envio da documentação e eu não quero mais do que apenas apresentar essa documentação.* -----

----- *Por uma vez esta tarde, o anterior Senhor Presidente da Câmara de Lisboa António Costa, não vai ficar com as orelhas quentes, porque eu quero aqui louvar a qualidade jurídica, a qualidade profissional, a abundância de descrição que existe em relação ao problema que nós temos. Eu estou aqui a falar de um estabelecimento de divertimento noturno, é assim que os serviços o designam, um bar instalado numa instalação que seria adequada a uma loja, a uma retrosaria, a uma mercearia de bairro, cuja cave tem sido usada por mais de 2 décadas, 14 anos na minha experiência de residente, como bar sem qualquer horário definido, até hoje não há uma só instituição camarária ou uma entidade responsável que consiga saber ao certo nalgum momento, da nossa história, de péssima relação com este estabelecimento, que está no coração de uma zona residencial, parece absolutamente isento de horários e o despacho que o Senhor Presidente fez, pela primeira vez, foi compreender as condições físicas da zona residencial onde este estabelecimento irrelevante está instalado e tentar ao menos limitar o horário a do estabelecimento! Isso até hoje, na minha experiência de 14 anos de ou administrador ou meramente residente, nunca aconteceu! Há uma aberração que alguém inventou na Câmara que é o horário de after-hours, que é o funcionamento destes estabelecimentos em zonas residenciais até às 4 da manhã, com suspensão até às 6 e reabertura, como se o espaço público envolvente não fosse afetado e o sossego noturno não fosse perturbado pela clientela que frequenta livremente o estabelecimento e nem sequer dá nota, dá conta da informalidade desse funcionamento.* -----

----- *Lembro só, por exemplo, há 4 anos, 4 anos, que o estabelecimento não tem qualquer informação no exterior da identidade empresarial, do número de lugares disponíveis e do horário de funcionamento. Isto é de 10 metros de janelas de quartos de dormir, não se compreende.* -----

----- *A limitação do horário era apenas um passo do começo da solução disto, mas eu queria só citar as palavras do Presidente Vasco Morgado da Junta de Freguesia de Santo António, “Aquilo nem para uma retrosaria, quanto mais para o estabelecimento de divertimento noturno”.* -----

----- *Só um último lembrete, parece que alguém na Câmara está interessado em preservar o património do antigo Bar Memorial, também nesse de 42-A, eu queria aqui dizer frontalmente à Câmara que todo esse património e essa suposta herança histórica da experiência particular desse bar está completamente esquecida, rasurada, já foi desvirtuada múltiplas vezes, portanto, a nossa pergunta é esta: porque é que a licença é eternamente renovada? Porque é que o proprietário não é chamado à responsabilidade?*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção:-----

----- “Tem que terminar.”-----

----- **O Município Senhor Fernando Vilas Boas Gomes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Eu peço desculpa, eu jurei que não ia abusar do meu tempo, mas, enfim, muito obrigado pela oportunidade que me deram da inscrição extra. Obrigadíssimo*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada nós por ter, pelo seu alerta. Chamo a atenção que para além deste despacho normativo do Senhor Presidente, na altura em 2014, houve já um Regulamento aprovado pela Assembleia Municipal sobre esta matéria, portanto, não é admissível que, de facto, estejam estabelecimento aberto sem estar a cumprir as normas que estão em vigor e, portanto, naturalmente iremos instar a Câmara para esclarecer o que é que se passa e aplicar aquilo que é obrigatório e, enfim, verificar então, porque é que as coisas não estão a ser feitas como deve ser.-----

----- Vamos então agora dar a palavra a última pessoa escrita, nós tínhamos 2 pessoas inscritas para por causa do Clube se Futebol “Casalense”, mas decidiram falar só uma das pessoas, portanto, a Senhora Dona Gabriela Batista Miranda, se faz favor.”-----

----- **A Município Senhora Dona Gabriela Batista Miranda**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa tarde a todos os presentes.*-----

----- *Eu venho hoje aqui falar acerca de um Clube com 96 anos de idade. É um clube situado na Quinta do Loureiro, para onde mudaram os moradores do Casal Ventoso, o meu Clube é o Casalense Futebol Clube, apesar de eu já não morar lá há 29 anos ele continua a ser o meu Clube.*-----

----- *Queria chamar a atenção da Câmara Municipal para já pela idoneidade que aquele Clube tem, o bem que aquele Clube tem feito ao longo de tantos anos que fez cá em cima no bairro e agora tenta fazer cá em baixo, mas que não deixam. Não deixam, não apoiam, não querem saber e ultimamente tivemos lá um problema, esse problema estamos a tentar saná-lo, um problema que que tivemos com um determinado indivíduo que fugiu para dentro das instalações, nós não temos culpa nenhuma! E nós recebemos uma notificação em como a PSP quer fechar o bar do Clube, fechando o bar do clube fecham ali aquilo que nós podemos angariar para pagarmos as despesas do clube.*-----

----- Como vocês devem saber, os clubes também têm despesas, temos renda, água, luz e tudo o mais que é inerente a um Clube. Quero chamar a atenção da Câmara Municipal para o bem que aquele clube fez em 96 anos, nós temos 96 anos de história não apenas 92, ou 96 dias nem 96 meses, precisava que alguém lá fosse e tentasse reunir connosco, nem que nós tenhamos que formar ali uma comissão, nós temos alguns jovens querem trabalhar lá, mas não conseguem derivado a não temos apoios de lado nenhum. -----

----- Vocês sabem que o Casal Ventoso foi um bairro muito problemático até há 16 anos, e nós não queremos que este bairro, que agora que é a Quinta do Loureiro se torne num Casal Ventoso número 2, portanto, e o que pode contribuir para isso não se tornar um Casal Ventoso número 2 são os Clubes que estão lá inseridos, portanto, nós tentamos trabalhar com jovens, queremos trabalhar com crianças, temos vários projetos em mente, mas que não conseguimos fazer porque não temos apoios de lado nenhum e, portanto, a única que o coisa que eu peço de facto à Câmara e a quem de direito é que olha para estes clubes de bairro, não só para o “Casalense”, para outros clubes que existem naqueles bairros, que vieram de um bairro muito problemático e que nos ajudem é isso essencialmente que eu peço. Muito obrigada pela vossa atenção e muito boa tarde.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Dona Gabriela, chamar a atenção da Câmara, está chamada através da Assembleia Municipal, gostava de, provavelmente sabem melhor do que eu isto, mas de informar que há formas de solicitar apoio para os Clubes Desportivos e para as Coletividades através do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa, não sei se o Casalense já o fez, se não o fez, não estão a ouvir. -----

----- Não me estão a ouvir. Se não fez poderá fazê-lo, enfim, a Senhora Dona Gabriela poderá fazê-lo, enfim, a Senhora Dona Gabriela agora não está a ouvir-me, mas seria bom, não sei que é a Senhora que está a falar com a Senhora Dona Gabriela. -----

----- Eu gostava que me deixasse de falar, dar a resposta, portanto, eu peço desculpa. Senhora Dona Gabriela, estava a tentar dar-lhe uma resposta e percebi que não me estava a ouvir. -----

----- Aquilo que eu queria salientar, é que há formas de os clubes pedirem apoio formal à Câmara, através do Regulamento de Atribuição de Apoios, não sei se o vosso Clube já se candidatou a esses apoios, se não o fez deve fazê-lo e deve fazê-lo o mais depressa possível, sendo um Clube com 98 anos poderá ter ainda mais apoios porque poderá seguir a ser considerado uma entidade com características históricas pelo trabalho social que desenvolve, saiu recentemente e entrou em vigor no domingo passado, uma legislação sobre esta matéria, portanto, penso que há oportunidades de verem que apoios é que podem ter, mas vão ter que diligenciar para os conseguir e, portanto, solicitá-los formalmente à Câmara Municipal de Lisboa. Muito obrigada. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a intervenção do Público e vamos agora entrar na nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Temos a Leitura de Expediente, eu pedia à Senhora Primeira-Secretária para fazer uma leitura muito sumária, uma vez como as folhas de expediente então disponíveis no *site* da Assembleia, para fazer uma leitura muito sumária do que é que temos recebido.”-----

---- **A Senhora Primeira Secretária, Deputada Municipal Patrocínia César (PS)**, fez a **Leitura do Expediente**:-----

----- “ Senhoras e Senhores Deputados, eu passava agora a uma leitura breve do Expediente entrado na Assembleia Municipal, proveniente da Assembleia da República, temos do Grupo Parlamentar do PCP, uma Declaração de Voto contra a substituição de audições presenciais; temos ainda do Grupo Parlamentar do PEV perguntas dirigidas aos diversos Ministérios e temos ainda da Câmara Municipal de Lisboa respostas do Senhor Vereador Manuel Salgado; temos ainda da Assembleia Municipal de Loures o Edital 10, 11, 12 13, 15 e 17 e da Assembleia Municipal de Sesimbra dos Editais 52 e 62; das diversas Assembleias de Freguesia da Penha de França, Odivelas, Benfica Lumiar, Estrela, penso que não me esqueço de mais nenhuma; uma Moção apresentada pelos eleitos do PCP de Odivelas, uma Moção dos eleitos do BE do Bloco de Esquerda em Benfica; uma Moção aprovada na Sessão de 27 de abril relativa ao 43º aniversário do 25 de Abril; do Lumiar e da Estrela Moção aprovada sob o Centro de Saúde da Lapa; ainda de outras Associações do Fórum Cidadania *emails* dirigidos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, ao Senhor Vereador Manuel Salgado, à Senhora Diretora do Património e Cultura e ainda de moradores e utilizadores da Zona Sul do Parque das Nações e ainda da Plataforma por Monsanto.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Primeira Secretária, fez der facto uma leitura muito sintética.-----

----- De qualquer maneira, lembro que toda esta documentação está disponível, se algum dos Senhores Deputados quiser consultar em detalhe o expediente recebido e que foi aqui canalizado para esta por esta pasta, está à vossa disposição.-----

----- Vamos agora para à vossa consideração as Atas 140 e 142.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA N.º 140 DE 09.05.2017 E ATA N.º 142 DE 23.05.2017;**-----

----- Pergunto se alguém quer intervir sobre estas atas? Não sinalizo intervenções. Vamos pôr à votação separadamente Ata 140. Quem vota contra? Não há votos contra e nem abstenções, **Está aprovada que unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes.-----

----- Agora a Ata n.º. 142. Quem vota contra? Não há votos contra e nem abstenções, **Está aprovada que unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que não estiveram presentes.-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do

seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 140 e 142, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 140, Sessão Ordinária- Segunda Reunião, realizada em nove de maio de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Diogo Feijóo Leão Rodrigues (PS), Maria Sofia Cordeiro (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Rui Paulo Figueiredo (PS), Silvino Correia (PS), Sofia Vala Rocha (PSD), Romão Lavadinho (PCP), Maria Luisa Leiria Ribeiro (CDS-PP), José Franco (IND) e Maria Isabel Gentil Ferreira (IND) -----

----- Ata n.º 142, Sessão Extraordinária, realizada em vinte e três de maio de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), Silvino Correia (PS), Inês Drummond Gomes (PS), Nuno Pintão (PS), Igor Boal Roçadas (PS), Luis Newton (PSD), Mafalda Cambeta (PSD), Paulo Moreira (PSD), Romão Lavadinho (PCP), José Vitor Reis (PCP), Isabel Pires (BE), Maria Luisa Leiria Ribeiro (CDS-PP), Gabriel Fernandes (CDS-PP) e Maria Isabel Gentil Ferreira (IND). -----

----- Vamos entrar agora no período de intervenções relacionadas com Votos, Moções e Recomendações agendados para hoje.” -----

----- **INTERVENÇÕES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES PARA APRESENTAÇÃO DE VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES (GRELHA B – MÁXIMO 60M);**-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Senhores. -----

----- Eu não vou repetir o que está na Proposta do PSD acerca da melhoria do trânsito na zona histórica da Cidade, mas venho aqui lembrar a situação dramática que, neste momento, vivem as vias que cruzam o centro histórico em direção ao rio, estou a falar Rua da Misericórdia, da Rua da Escola Politécnica, das Ruas do Alecrim, os eixos que ligam o Terreiro do Paço a Santa Apolónia e às Portas do Sol, entre outras.-----

----- Estas vias estão permanentemente congestionadas, para além do trânsito criado pelas obras feitas por este executivo, que reduziram a circulação nas vias do eixo central remetendo-as para as circundantes, o “boom” turístico por que Lisboa passa faz circular no centro da Cidade seja hoje um pesadelo para quem tenta circular e para quem quer vai viver. -----

----- As centenas de autocarros turísticos não têm condições de executar manobras em vias estreitas e saturadas nem lugar para estacionar, agravam de modo dramático esta situação. A título de exemplo, por exemplo, ontem em Santa Apolónia um autocarro derrubou um semáforo a tentar fazer inversão de marcha. -----

----- Recentemente foi anunciada a previsão de estacionamento de 80 autocarros, 80 autocarros de turismo do novo terminal de cruzeiros. A circulação quer de acesso, quer de saída destas viaturas vai agravar uma situação já de si é dramática! E eu pergunto: houve algum estudo de tráfego para esta zona? Os moradores e os residentes disseram

alguma coisa acerca desta situação que vai criar um “boom” para além do “boom” já descontrolado que já existe? -----

----- É imperioso que a Câmara tome medidas a curto prazo para minimizar a situação do trânsito em Lisboa, medidas que regulem não só a circulação de veículos afetos à animação turística, mas também a de veículos pesados de passageiros. O turismo é importante para a Cidade e para o país, mas não pode pôr em causa a qualidade de vida dos lisboetas e muito muito menos degradá-la, cabe à Câmara defender os lisboetas e não afastá-los. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários, Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral e Imprensa. -----

----- Hoje o PAN traz uma Moção e uma Recomendação na sequência, aliás, da aprovação em uma hora do Programa de Renda Acessível e tendo em atenção que começou uma alteração de paradigma a neste Programa de Renda Acessível, que já felicitáramos, aliás, a Câmara Municipal de Lisboa pelo facto, cremos que existem mais exemplos de edificado de Lisboa que vão ser sujeitos a obras e que deverão ter a mesma consideração e, portanto, nós apresentámos uma Recomendação à Câmara, no sentido de que aquilo que é património camarário e que vá de alguma forma ser remodelado, tenha o mesmo tipo de tratamento que foi dado aos edifícios da Renda Acessível, ou seja que esse edifícios a seja um concurso lançados pela Câmara, sejam lançados por subcontratação de outras entidades, em projeto, sejam sempre sujeitos a uma verificação sísmica e aos necessários reforços, se for caso disso, e se necessitarem, sempre que necessitarem e, portanto, aquilo que se pede é uma alteração do paradigma total da Cidade, portanto, para todos os edifícios da Câmara e fizemos uma correspondente Moção com o mesmo objetivo para a Assembleia da República para que possa ser alterada a legislação que promovia a um uma moratória a relativamente ao cálculo sísmico, portanto, temos 2 documentos, uma Recomendação para o edificado da Câmara e uma Moção dirigida à Assembleia da República que concerne ao restante edificado para que, finalmente, possa a terminar este nada fazer, a que a Cidade tem estado votada, relativamente à análise sísmica dos edifícios que vão ser remodelados. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, a Senhora Vereadora Paula Marques pediu-me a palavra, pode usar do tempo da Câmara, se faz favor.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos e a todas, muito obrigada Presidente. -----

----- Só muito rapidamente saudar a iniciativa do PAN e também informar que no processo que estamos a já em curso com a reabilitação dos Pátios e Vilas de património Municipal, que estão sob a alçada da habitação, essas mesmas medidas já estão a ser implementadas. “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora, vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Senhora Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, não está, Vereadores, Carlos Colegas Deputados Municipais, Senhoras e Senhores. -----

----- Queria aproveitar a ocasião para saudar a forma como têm decorrido as comemorações dos Santos Populares e as respetivas Marchas, eventos cada vez mais marcantes de uma Lisboa cosmopolita e aberta que mostra ao mundo as suas tradições, por uma verdadeira marca de Lisboa que se estende a todo o país, os Casamentos de Santo António são outro dos pontos altos das comemorações de junho em Lisboa, estes eventos populares constituem vincadamente, quer se queira quer não, tradições de origem cristã que estão enraizadas na cultura alfacinha, a sua origem não é outra senão não a matriz cristã na sociedade. -----

-----Por isso a tentativa de laicizar ou transformar noutros carnavais esta forte tradição popular será sempre um atentado à nossa cultura e um apagar artificial do que mais genuíno se festeja em Lisboa. -----

----- Sobre os Votos, Moções e Recomendações em apreciação, o CDS vai votar favoravelmente as recomendações 2 e 3 do PCP. Em devido tempo estes temas foram objeto da atenção do CDS de forma mais recorrente o do Parque das Nações, onde se assistiu a uma degradação do espaço público, fruto da passagem de competências da Parque Expo para a Câmara e Junta de Freguesia que não estiveram à altura nem corresponderam às expectativas de gestão e manutenção do bom padrão de vida que ali existia.-----

----- O problema da Rua Pardal Monteiro, situada no Bairro dos Loios, Freguesia de Marvila, é há vários anos caracterizado na sua envolvente por áreas expectantes. Durante muitos anos, estas áreas deram lugar à realização da Feira do Relógio, que quer pela sua génese comercial, quer pela movimentação de pessoas e materiais se converteu mais tarde numa zona árida.-----

----- Em 2005 a localização da Feira foi transferida para a Avenida do Santo Condestável, sendo que o espaço anterior deu lugar a estacionamento de veículos pesados. Em fevereiro de 2013, apresentámos uma Recomendação, aprovada por unanimidade, para que a Câmara apresentasse um projeto de requalificação do espaço público da Rua Pardal Monteiro. Decorreram mais 4 anos e a Câmara Municipal de Lisboa não apresentou uma solução urbanística para esta zona. Estamos neste marasmo há 12 anos, excetuando a construção da ciclovia, todas as promessas do Vereador Manuel Salgado caíram em saco roto, é necessário que se dê condições de qualidade

de vida e fruição do espaço público aos milhares de moradores de Marvila, em particular aos do Bairro dos Loios, Lisboa não é só o eixo central.-----

----- A Recomendação 6/145 pela diversidade cultural das festas de Santo António é no mínimo estranha, porque nunca escutámos nenhum protesto contra o modelo que está em vigor, este atual modelo. A diversidade cultural Lisboa manifesta-se em todos os domínios sem que haja perturbação da ordem social nem conflitos, a são e fraterna convivência é uma realidade e ainda bem que assim é! -----

----- Mas os Casamentos de Santo António são também uma tradição possuem um cunho vincadamente simbólico que os ligam à história e à identidade da Cidade e dos seus habitantes pelo que não nos revemos na pretensão que o Bloco de Esquerda manifesta em adulterá-los! Não tarda nada, temos o Bloco de Esquerda nesta tribuna, Bloco de Esquerda nesta tribuna a propor o mesmo em relação às tradições e culturas das outras comunidades que aqui vivem, o que também não nos agrada.-----

----- Termino com a Recomendação 7/145 do Bloco. No CDS nada nos é mais grato do que a celebração da vida pelo que recordar que um facto histórico que levou à caminhada e ao pioneirismo da abolição da pena de morte, civil, porque a militar continua até à 1ª Guerra, é algo que acompanhamos bom grado, no entanto, vamos pedir que seja isolado ponto número 2, no qual votaremos contra. -----

----- Expressar desculpas pela história não faz sentido, porque os pedidos de desculpa acabam por ser sempre seletivos e se as pedimos também as devemos exigir, por exemplo, a todos aqueles que invadiram saquearam nosso território, etc., repito, não faz sentido! Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Público presente, Colaboradores da Assembleia Municipal. -----

----- A luta dos trabalhadores foi e vai continuar a ser o motor da história e todas as lutas, e várias, desde as mais pequenas às maiores, só um contributo para a evolução do processo dialético da nossa vida social e política. -----

----- Os direitos dos trabalhadores são sempre uma resultante da sua ação, da sua defesa e da sua luta por novos salários, carreiras, redução do tempo de trabalho, garantia dos vínculos profissionais. -----

----- Esta é uma confirmação histórica factual que todos têm oportunidade de confirmar no dia-a-dia, bem-haja pois à luta dos trabalhadores pelos seus direitos, pedra de toque da clarificação das políticas de esquerda e de direita. Por isso bem-haja a manifestação, a grande manifestação nacional no dia 3 de junho passado. A esta luta outras estão em curso, menores e maiores e outras se seguirão para defender os interesses de quem trabalha. -----

----- O PCP apresenta neste antes da ordem de trabalhos, 3 Recomendações, duas particularmente sobre o espaço público com obras, referentes a obras iniciadas e nunca acabadas, aqui a já falada Rua Pardal Monteiro e da Luís Cristino da Silva e mesmo a outra, são da Freguesia de Marvila, mas a outras obras particulares e particularmente gravosas para quem passa pela Freguesia do Parque das Nações. Pergunta-se e de certo

modo recomenda-se que a pergunta tem esta resposta: para quando o arranjo dos espaços verdes? Para quando a valorização das obras de arte pública e os jardins de Garcia de Orta? -----

----- Também ainda o PCP lembra uma outra questão importante, que são as condições de trabalho no Complexo dos Olivais. Já foi tema na ordem do dia, já tivemos aqui na Assembleia elevadas discussões sobre esta matéria. A pergunta que se fez na altura e que se volte a fazer hoje, é qual a intervenção dos serviços de saúde e segurança do trabalho? Que relatórios têm sobre a avaliação das queixas e dos problemas existentes nesse complexo? -----

----- Última questão que valeria a pena, das múltiplas Moções que iremos votar favoravelmente na generalidade é a questão das Startup. Bem conhecida, assunto bem conhecido da 2ª Comissão, a que eu presido, não podem ser e já começam a ser demasiadamente considerados como panaceia para as questões de fundo da economia e a substituição das propostas que já vêm de longe, de instalação na Cidade de empresas, de verdadeiras empresas tecnológicas com emprego com direitos, é tempo talvez também de juntar a esta parte aqui que faremos na discussão seguinte da questão do futuro e da campanha eleitoral, para que servem as Startup eleitorais? Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos prosseguir com a intervenção do Partido Ecologista “Os Verdes”, a Senhora Deputada Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- No PAOD desta sessão Os Verdes apresentam quatro documentos. -----

----- Apresentamos um voto de louvor aos Bombeiros portugueses, como forma de reconhecimento e gratidão pelo seu trabalho e dedicação exemplares. -----

----- Por vezes, os Bombeiros trabalham com parcas condições e, mesmo assim, nunca deixam de proteger e socorrer as populações. São inúmeros os motivos que nos levam a saudar e a homenagear todos os homens e mulheres que arriscam a própria vida para salvarem pessoas e bens. -----

----- Apresentamos também um voto de condenação pela desvinculação dos EUA do Acordo de Paris. Este Acordo foi subscrito por 195 países e reflete as negociações de quase todos os países do mundo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, com vista a combater o fenómeno das alterações climáticas. -----

----- Para Os Verdes, esta decisão é inaceitável porque significa a demissão de um dos maiores emissores do objetivo de combater e mitigar o aquecimento global do Planeta. E falamos de um país que representa cerca de 18% das emissões mundiais e que, *per capita*, é mesmo o maior emissor do mundo. Ou seja, esta desvinculação põe em causa o Acordo de Paris e aprofunda ameaça das alterações climáticas. -----

----- Apresentamos também uma recomendação sobre a “Desmaterialização documental de processos urbanísticos”.-----

----- Os processos de licenciamento para obras de reabilitação têm tido um crescimento exponencial nos últimos anos e a Direção Municipal de Urbanismo depara-se com um conjunto de procedimentos adicionais a que deve dar resposta, situação que nem sempre é fácil e célere e que importa otimizar. -----

----- Hoje em dia, é obrigatório entregar os processos em suporte físico, com cópias repetidas em formato papel, para cada Divisão ou entidade de apreciação. Falamos de centenas de páginas de papel que têm que ser entregues, apesar de o processo ser obrigatoriamente também entregue em suporte digital e acabar, maioritariamente, por ser lido e medido nas suas peças digitais.-----

----- Assim, o que Os Verdes propõem é que a Câmara diligencie no sentido de uma progressiva desmaterialização documental dos processos urbanísticos, como aliás, já acontece, e bem, noutros municípios. As vantagens são muitas: para o município e para os requerentes, otimiza-se tempo e recursos humanos, para o planeta, minimizam-se resíduos e desperdícios. Parece-nos, por isso, que Lisboa só tem a ganhar com esta medida.-----

----- Apresentamos ainda uma recomendação “Pela promoção das Coletividades da cidade de Lisboa” porque o papel do associativismo é fundamental na vida do país e da cidade. -----

----- As coletividades cultivam os valores da solidariedade, da democracia e da cidadania e são espaços onde tem lugar a democratização da cultura, do desporto, do lazer e do convívio. -----

----- É também nas coletividades que se exercem e se reclamam os direitos de reunião e de associação, entre outros. Apesar disso, há um conjunto de obstáculos que dificulta ou impede o normal desempenho das suas atribuições sociais, que importa ultrapassar, para que as coletividades possam promover a participação das populações e contribuir para o desenvolvimento local. -----

----- E o objetivo desta nossa recomendação é precisamente, em primeiro lugar, saudar a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto pelo seu 93º aniversário e todos aqueles que, das mais diversas formas, exercem alguma atividade no movimento associativo popular, e reconhecer a importância das coletividades, promovendo e apoiando a sua participação ativa no desenvolvimento de uma cidade mais inclusiva e pugnar pelo acompanhamento e proteção das coletividades de Lisboa, nomeadamente, no que diz respeito à aplicação da lei das rendas.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Temos agora a intervenção da Senhora Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Executivo, Público presente. -----

----- O Bloco de Esquerda apresenta hoje, no período Antes da Ordem do Dia várias Moções e Recomendações que vão no sentido da chamada de atenção para causas ligadas a direitos humanos, direitos individuais e celebração das festas de Lisboa, também como forma de chamar a atenção para problemas que continuam sem resposta na Cidade de Lisboa, como seja a habitação.-----

----- Deste modo, saudamos as marchas populares de 2017, que decorreram de forma alegre e representam um momento de expressão popular da Cidade ímpar, bem como saudamos a marcha vencedora, Alfama. -----

----- Do mesmo modo, saudamos as alterações ao regime do arrendamento urbano. No dia 14 de junho foram publicados os dois documentos que resultaram da convergência de esforços do Bloco de Esquerda, PS, PCP e PEV ao nível da Assembleia da República, diplomas esses que vão no sentido de corrigir algumas das injustiças e iniquidades do regime de arrendamento urbano aprovado pela maioria PSD/CDS. -----

----- Não sendo estas alterações agora em vigor as soluções para todas as injustiças que foram feitas e ainda hoje têm consequências, foram um passo importante para o diálogo e para o trabalho que terá ainda que se fazer no futuro por forma a terminar com um regime que prejudica os mais fracos e potencia a especulação imobiliária; no caso da Cidade de Lisboa, as consequências foram gritantes: desde lojas históricas a fecharem, aos mais idosos a serem despejados, conseguiu-se, agora, travar algumas destas medidas gravosas. -----

----- Assim, os mais carenciados veem dilatados os prazos de enquadramento no Novo Regime do Arrendamento Urbano, um regime mais justo de cálculo de renda no período de transição para o Novo Regime do Arrendamento Urbano e o direito de preferência em novo arrendamento, a par de um conjunto de regras processuais e formais mais protetoras dos cidadãos.-----

----- Consideramos por isso que a Assembleia Municipal de Lisboa, enquanto casa dos representantes dos munícipes, deve saudar a entrada em vigor destas alterações. Mas também deve saudar a luta das moradoras da Rua dos Lagares, que, um dia antes da publicação dos referidos diplomas, promoveram a realização de um “arraial solidário”, visando dar visibilidade à sua luta contra um previsível despejo das suas habitações para a viabilização de mais um projeto imobiliário que, como tantos, é insensível às necessidades habitacionais de quem reside em Lisboa, sacrificando tal interesse ao lucro e à atividade turística, que tanta pressão está a fazer em espacial naquela zona. ----

----- Este arraial, incluído no seio de tantos outros arraiais que povoam a Cidade por essas alturas, conseguiu chamar a atenção para um problema específico destas moradoras, mas também para um problema que alastra por toda a Cidade e isso é de saudar! Pela luta demonstrada e pela necessidade de existirem respostas mais imediatas e concretas a quem não tem onde viver em Lisboa, foi uma demonstração cívica muito importante.-----

----- Também nesse espírito, recomendamos que, no ano de 2018, possa ser promovida a diversidade cultural no âmbito das festas de Lisboa, em especial nos Casamentos de

Santo António, bem como não se dê azo a novas restrições como as que aconteceram este ano ao nível de escolhas musicais. E sobre a Recomendação que o Bloco de Esquerda apresenta neste sentido ficamos e ficam todos os munícipes esclarecidos sobre a posição do CDS aqui tida e fica registada como de facto não existe o respeito necessário por outras culturas, como foi demonstrado pelo Senhor Deputado do CDS.---

----- Por fim, Senhora Presidente, o Bloco de Esquerda apresenta uma Recomendação para que se possam assinalar no município os 150 anos da abolição da pena de morte por crimes civis em Portugal, bem como assinalar a efeméride dos 200 anos da execução de Gomes Freire de Andrade, tal como os restantes mártires da pátria. Num momento internacional de tantos retrocessos e em que a pena de morte ainda permanece em demasiados locais do mundo, é importante manter vivas as memórias dos momentos em que a civilização avançou para uma maior proteção da vida humana e da sua dignidade e, sim, é importante o reconhecimento dos males que a história fez a muitos cidadãos e por isso mantemos as nossas Recomendações tal como estão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra agora o Senhor Deputado Manuel Lage, do Partido Socialista. -----

----- A Mesa forma que só temos mais uma inscrição para o período de Antes da Ordem do Dia, se alguém se quiser inscrever é a altura.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Partido Socialista relativamente ao Voto número 5, que traz aqui hoje, gostaria de saudar a Câmara Municipal de Lisboa pelo prémio obtido nos “*Startup Europe Awards 2016*”, é um prémio que é atribuído à Câmara Municipal de Lisboa e é um prémio que a Câmara ganhou e que, naturalmente, é benéfico e é positivo para a economia da Cidade, para a Cidade e para os munícipes e naturalmente não é a única forma desenvolvimento económico da Cidade, mas não podemos deixar de reconhecer a importância que as “*Startup*” e que o projeto desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a ter, especialmente quando ele é reconhecido internacionalmente e, naturalmente que apelamos ao voto favorável do Voto de Saudação do Partido Socialista. -----

----- Relativamente ao Voto número 4, do PEV, a condenação pela desvinculação dos Estados Unidos da América, do Acordo de Paris, o Partido Socialista votará, obviamente, a favor. E relativamente ao Voto, 6 do Bloco de Esquerda, que ainda agora a Senhora Deputada Isabel Pires aqui nos falou, das Marchas Populares votaremos também favoravelmente e é com agrado, aliás, que vemos esta inversão da posição do Bloco de Esquerda que ainda em anos transatos manifestava uma posição oposta, relativamente às mesmas, portanto é com muito gosto que vemos que, afinal, o trabalho do município tem vindo a ser desenvolvido de forma de benéfica e positiva que até conquista o Bloco de Esquerda para as Marchas Populares da Cidade e,

portanto, felizmente que o trabalho está a ser bem feito pela que a Municipal e isso merece o reconhecimento também do Bloco de Esquerda. É de saudar isso! -----

----- Relativamente às Recomendações número 1, 2, 3, 5, 8 e 9 apresentadas pelas oposições do PCP do PEV do PAN e do PSD, todas elas merecerão o voto favorável do Partido Socialista! O Complexo dos Olivais, os espaços públicos no Parque das Nações, a promoção das Coletividades em Lisboa, a segurança sísmica dos edifícios municipais a reabilitar, por parte do PAN, todos eles merecerão o nosso voto favorável, até a Proposta do PSD que a Senhora Deputada Margarida Saavedra aqui nos veio apresentar, como sendo a grande proposta para resolver o problema caótico que se passa no trânsito em Lisboa e que é a Proposta do PSD, são estudos de circulação e estacionamento, não seja por causa disso, o Partido Socialista vota favoravelmente a solução que o PSD tem para aquilo que considera ser um problema caótico, estudos, façam-se os estudos se é essa a solução que nos apresentam, então nós votaremos naturalmente os estudos, não é essa a nossa posição relativamente à situação do trânsito em Lisboa, mas não estamos contra que se realizem estudos muito pelo contrário. -----

----- Por fim gostaríamos de referir que quanto à Moção número 1, a alteração do regime excecional e temporário, aplicável à reabilitação de edifícios aqui apresentado pelo PAN, Senhor Deputado, esta matéria como vossa Excelência sabe e também já que o referiu não é da competência desta Assembleia Municipal, o PAN aliás, não só elegeu um elemento para a nossa Assembleia Municipal de Lisboa, mas também já tem um Deputado na Assembleia da República e, portanto, em matéria legislativa é lá que o PAN deverá fazer também e já poderá fazer também fazer ouvir a sua voz e, portanto, a nossa Recomendação é que o PAN apresente esse tipo de Moções e lute por essas alterações legislativas em sede própria, na Assembleia da República e não na Assembleia Municipal, que não é o local adequado para esse efeito e, portanto, são estes os sentidos de votos que o Partido Socialista tem nesta altura para indicar. Disse, Senhora Presidente. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado Manuel Lage, muito obrigada. Vamos prosseguir. -----

----- A Mesa informa que se registou mais um pedido de palavra, o Senhor Deputado Miguel Coelho do Partido Socialista, será a última inscrição, depois não sei se a Câmara quer usar da palavra, não tenho nenhuma sinalização nesse sentido, veremos.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Lopes (PNPN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Senhor Presidente da Câmara, Caros Deputados, Caros Cidadãos. -----

----- No diz respeito à Recomendação número 2, apresentada pelo Partido Comunista e só porque ela fala no artigo 3, tem a ver com os Jardins Garcia da Orta, e que é uma responsabilidade da Junta de Freguesia e não da Câmara Municipal, só queria, a Junta de Freguesia queria deixar desde já informado, portanto, a que os Jardins Garcia de

Orta estão em franca recuperação, neste momento, o 1º talhão de Macau está completamente rejuvenescido e aberto ao público.-----

----- Em obra estão os talhões 2 e 3 e o talhão 4 e 5 estão em projeto de plantação, em colaboração com o Arquiteto João com a Senhora Arquiteta também, que faz parte também, Cristina Castelo Branco, que faz parte da Comissão Científica para respeitar todas as plantações integrais do conjunto. -----

----- De resto, nós queríamos deixar aqui o convite também, a Junta de Freguesia aos Senhores Deputados para nos acompanharem numa visita aos jardins e onde faremos uma explicação com os Senhores Arquitetos que estão com a responsabilidade da recuperação integral dos mesmos, isto teremos muito gosto em explicar tudo o que está a acontecer e o que vai ser feito. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Embora eu tenha por princípio que as Juntas de Freguesia não devem justificar as suas decisões e a sua atividade perante a Assembleia Municipal, mas perante as Assembleias de Freguesia e tendo até oportunidade o Bloco de Esquerda de daqui a 2 dias levantar e apresentar as Moções todas as de objeção, de protesto porque vai haver uma Assembleia de Freguesia da Freguesia de Santa Maria Maior, eu não quero deixar, no entanto, de comentar aqui, não só por respeito para com todos os meus colegas, mas também para repor a verdade, não quero deixar de comentar aqui alguns comentários que são feitos na Recomendação número 6, em que citam diretamente a Freguesia de Santa Maria Maior, da qual eu sou Presidente. -----

----- Permitam-me uma nota de entrada, porventura irónica, longe vão os tempos em que as forças políticas que sustentam agora o Bloco de Esquerda reclamavam mais música portuguesa na rádio, reclamavam contra a “*anglo saxonização*” da nossa música, longe vão esses tempos, agora estamos porventura noutros tempos que o que importa é, de facto, misturar e trazer todo o tipo de música.-----

----- Eu como sempre defendi esta posição, não estou nada preocupado com isso, mas longe vão os tempos em que os Senhores invetivavam, sempre que se ouvia na rádio qualquer música que não fosse música portuguesa, longe vão os tempos! -----

----- Contudo quero dizer aos Senhores o seguinte: Santa Maria Maior é o espaço mais diverso e mais multicultural da Cidade de Lisboa e eu tenho muito gosto nisso, muito orgulho e é por isso que esta Freguesia é uma Freguesia especial! Ali convivem pacificamente e em grande harmonia cerca de 30 e tal nacionalidades, nepaleses paquistanês, hindus, chineses, africanos dos diversos países de língua oficial portuguesa e não só, portugueses naturalmente, convivem pacificamente, ainda há dias estive numa festa numa escola, uma escola católica, numa festa de fim de curso que tinha 14 nacionalidades e não há nada mais gratificante de ver que essa festa de final de curso era uma festa integradora, em que as diversas nacionalidades se afirmavam sem nenhum tipo de exclusão, e isto devo dizer com muito orgulho, mas também entendo que importa perceber que as tradições culturais, eu estive há dias a comemorar

o Ramadão a convite da comunidade islâmica na Mesquita que temos ali na Mouraria, como vou participar daqui a dias na no desfile da comunidade hindu, como participo todos os anos no desfile da comunidade chinesa, enfim, mas também não devemos nunca rejeitar aquilo que também é genuíno da nossa cultura portuguesa e, de facto, nós também temos que ter orgulho em ser portugueses e na nossa cultura, não podemos agora para querer ser modernos, querer diminuir tudo aquilo que é nosso e achar que é bom e o que vem lá de fora, porque eu também estou farto de ouvir música pimba dos outros nossa própria música, também é bom que a gente percebe um bocado as coisas!-----

----- Santa Maria Maior, e é preciso conhecer os territórios e também tomar decisões em função dos territórios e vai ver que não houve nenhuma decisão de proibição, a Junta de Freguesia Santa Maria Maior diretamente patrocina 2 arraiais ou em parceria com o Renovar a Mouraria que é um arraial de fusão, é um arraial de diversidade cultural, onde aparecem todos os tipos de música e nós estamos muito satisfeitos em patrocinar e estamos ali de corpo e alma e, em certa medida, não patrocinando o arraial de Alfama, entreviu no arraial de Alfama a pedido da Comissão de Festas, e o que é que acontece regra geral em todos os anos em Alfama? É que aquilo é um arraial diferente, de retiros, no centro das ruas onde moram e dormem pessoas e aquilo que era tradição até aqui é que que retiro tinha a sua própria música aos altos berros, em distâncias de 10 metros umas das outras, e músicas diferentes, desde música popular portuguesa a música estrangeira, a música anglo-saxónica, enfim, todo o tipo de resultado, não havia nenhuma harmonia e era uma enorme confusão e quem reclamava eram os residentes que, pelos vistos tão pouco interessam aqui ao Bloco de Esquerda, quem reclamava eram os residentes! E havia também o problema de a música encerrar às horas certas, como sabe, não há um polícia para cada retiro nem para cada arraial, infelizmente que não há, nós não estamos numa sociedade policial, felizmente, eu já vivi debaixo de uma e sei o que é que isso é, não estamos, mas como sabem também quando também quando não há nenhum tipo de fiscalização as pessoas não cumprem horários e criam naturalmente, grandes padecimentos para quem quer descansar, para quem tem que acordar no dia seguinte, para quem tem filhos e que têm que estudar, para quem tem familiares doentes, pessoas idosas, isso tudo! E este ano, a pedido da Comissão de Festas do arraial de Alfama, a Junta de Freguesia assumiu a música e a seu pedido também, no arraial de Alfama só decidiu passar música portuguesa a pedido dos próprios interessados e, portanto, não houve aqui nenhuma manifestação de proibição, houve aqui a correspondência a um pedido que nos pareceu lógico, porque o arraial de Alfama não é igual ao arraial do Renovar a Mouraria, como também não é igual ao arraial do Grupo do Desportivo da Mouraria, também no próprio bairro a 200 metros de distância e gerir bem o território e, em certa medida governar bem localmente é ter em conta as especificidades concretas de cada sítio e tomar as decisões que lhe parecem mais adequadas em defesa dos interesses de quem ali mora e, portanto, fazer disto aqui uma grande demagogia, não querem a música, não querem misturar culturas, não querem outro tipo de músicas, nada disso corresponde à realidade! O que se quer é tomar decisões que sejam decisões consensuais, decisões

acertadas e decisões que não agridam as pessoas que ali moram, mas sobretudo que as protejam!-----

----- E é nesta medida que em Santa Maria Maior se tomou esta decisão e eu devo dizer que agradeço muito a publicidade que estão a fazer esta Freguesia nesse aspeto, porque eu desde o vosso comunicado só tenho tido ainda mais incentivos para colocar música portuguesa ali naqueles arraiais, devo dizer, eu próprio tenho travar essas circunstâncias, nós promovemos a ópera e quando promovemos a ópera não pomos o fado. Nós promovemos o fado e quando pomos o fado não pomos a ópera, promovemos o jazz e quando perdemos o jazz não pomos isso, portanto, também é preciso perceber.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção:-----

----- “ O Senhor Deputado precisa de mais tempo? Eu peço mais tempo ao Partido!” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Agora ter vergonha da nossa própria música e achar que a nossa própria música nos diminui, também faz favor, não estava à espera do Bloco de Esquerda, que assumisse uma posição tão reacionário quanto essa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Penso que há um pedido de palavra da Câmara, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos, muito rapidamente só para agradecer ao PCP ter apresentado esta Recomendação sobre o Complexo dos Olivais, aliás, a no final deste mês estávamos já a preparar um relatório, um relatório semestral, que daríamos conhecimento dele à Câmara e à Assembleia, mas e, portanto, com todo o gosto informaremos sobre as questões e sobre as metodologias que temos seguido, mas não queria deixar de informar, desde já, que todas as queixas têm sido avaliadas que temos feito monitorizações da distribuição dos caudais, da humidade, de temperatura, da renovação do ar, do ruído, do CO 2, só para referir algumas, que todas têm sido de forma muito acutilante e acima daquilo que é o padrão normal, feita vigilância médica a vários níveis nas instalações e aos trabalhadores do Município e, portanto, a ideia é que possamos dar conta de tudo isso aos Deputados e aos Senhores Vereadores.-----

-----Dizer-lhes também que há um problema numa das frações das cinco frações e dar já essa nota já, que se mantém quase desde o início, tendo sido agravada depois pela segunda leva de trabalhadores para, portanto, a segunda fase de transferência de trabalhadores para aquelas instalações, temos tido ali uma dificuldade acrescida que foi uma mudança de proprietários do próprio edifício, mas tivemos uma reunião, há poucos há pouco tempo com a Administração e estamos numa de duas situações, ou eles resolvem num prazo que tem que ser razoável e portanto, terá que ser no próximo

mês ou então nós próprios, Município, vamos utilizar a prerrogativa que o contrato nos confere, que é nós fazermos a intervenção e depois apresentaremos contas ao proprietário do edifício. -----

----- Dar-vos nota disso, mas, no fundo, para vos dizer que com todo o gosto entregaremos em breve, logo que esteja pronto, ele terá a data até, será a monitorização analisada até 30 de junho e depois entregamos a esta Assembleia esse mesmo relatório. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhores Vereadores, creio que estamos em condições de pôr à votação agora os documentos do PAOD. Eu creio que, pelo menos CDS-PP assinalou algumas coisas em que queria votações separadas, Eu agradeço que confirmem pelo telefone, aqui para a Mesa, para eu nas votações saber que estou a fazer e, portanto, se por acaso não der conta assinalem mesmo o vosso lugar. -----

----- Vamos passar em primeiro lugar à votação dos Votos que foram apresentados, temos o Voto 1/146, Voto de Louvor aos Bombeiros Portugueses, apresentado pelo PEV. -----

----- **VOTO DE LOUVOR Nº. 1/146 (APRESENTADO PELO PEV) – “ AOS BOMBEIROS PORTUGUESES”**-----

----- (O Voto de Louvor 1/146 fica anexado a esta Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto de Louvor 1/146 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **VOTO DE SAUDAÇÃO Nº. 3/145 (APRESENTADO PELO PCP) – “ AO DIA NACIONAL DE LUTA – 3 DE JUNHO DE 2017”** -----

----- (O Voto de Saudação 3/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Votos contra do PSD. Abstenções do MPT, CDS-PP, PS e PNP. Votos a favor PCP, BE, PEV, PAN e IND. **O Voto de Saudação 3/145 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 4/145 (APRESENTADO PELO PEV) – “ CONDENAÇÃO PELA DESVINCULAÇÃO DOS EUA DO ACORDO DE PARIS”**-----

----- (O Voto 4/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto 4/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **VOTO Nº. 5/145 (APRESENTADO PELO PS) – “ VOTO DE SAUDAÇÃO PELO PRÉMIO NOS “STARTUP EUROPE AWARDS 2016”**-----

----- (O Voto de Saudação 5/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra. Abstenção do BE. Votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. **O Voto 5/145 foi aprovado por maioria.** -----

----- **VOTO Nº. 6/145 (APRESENTADO PELO BE) – “ VOTO DE SAUDAÇÃO ÀS MARCHAS POPULARES 2017”**-----

----- (O Voto de Saudação 6/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **O Voto 6/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **VOTO Nº. 7/145 (APRESENTADO PELO BE) – “ VOTO DE SAUDAÇÃO PELAS ALTERAÇÕES AO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO E AOS MORADORES NA RUA DOS LAGARES, Nº. 25”** -----

----- (O Voto de Saudação 7/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante) -----

----- O Senhor Deputado do CDS-PP pede a votação em separado de qual ponto do Voto 7/145? É que não está aqui explicado qual é, é o ponto 2? Então votamos o ponto 1 e depois o ponto 2 deste Voto 7/145.-----

----- Vamos pôr à votação o Ponto 1 do Voto nº. 7/145. Votos contra do PSD. Votos de abstenção do CDS-PP e MPT. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **O Ponto 1 do Voto 7/145 foi aprovado por maioria.**-----

----- Vamos pôr à votação o Ponto 2 do Voto nº. 7/145. Votos contra do PSD, CDS-PP e MPT. Não há abstenções. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **O Ponto 2 do Voto 7/145 foi aprovado por maioria.**-----

----- Vamos pôr à votação o Ponto 3 do Voto nº. 7/145. Votos contra do PSD. Votos de abstenção do MPT e CDS-PP. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e IND. **O Ponto 3 do Voto 7/145 foi aprovado por maioria.**-----

----- Vamos agora passar à consideração das Moções, há apenas uma Moção apresentada pelo PAN. -----

----- **MOÇÃO Nº. 1/145 (APRESENTADO PELO PAN) – “ ALTERAÇÃO DO REGIME EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO APLICÁVEL À REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS”**-----

----- (A Moção 1/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação a Moção nº. 1/145. Votos contra do PS e do PNP. Não há votos de abstenção. Votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e IND. **A Moção nº. 1/145 foi aprovada por maioria.**-----

----- Vamos prosseguir, é provavelmente extemporâneo o que eu vou dizer mas como já há votação, não há alteração do Voto, o Governo já anunciou que vai fazer isto, mas enfim, provavelmente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem essa informação.-----

----- Vamos prosseguir e passamos à Recomendação nº. 1/145, do PCP, sobre o Complexo dos Olivais. -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 1/145 (APRESENTADO PELO PCP) – “ COMPLEXO DOS OLIVAIS”** -----

----- (A Recomendação 1/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação nº. 1/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 2/145 (APRESENTADO PELO PCP) – “ ESPACOS PÚBLICOS NA FREGUESIA DO PARQUE DAS NACÕES”**-----

----- (A Recomendação 2/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação nº. 2/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 3/145 (APRESENTADO PELO PCP) – “ ESPACOS PÚBLICOS NA FREGUESIA DE MARVILA”** -----

----- (A Recomendação 3/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação nº. 3/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 4/145 (APRESENTADA PELO PEV) – “ DESMATERIALIZAÇÃO DOCUMENTAL DE PROCESSOS URBANÍSTICOS”**-----

----- (A Recomendação 4/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante) -----

----- Vou pôr à votação. Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação nº. 4/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 5/145 (APRESENTADA PELO PEV) – “PELA PROMOÇÃO DAS COLETIVIDADES DA CIDADE DE LISBOA”** -----

----- (A Recomendação 5/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo XII e dela faz parte integrante) -----

----- Nesta Recomendação, os Senhores Deputados do PSD pedem para separar o Ponto 3 na Recomendação nº. 5/145, muito bem. Então na Recomendação 5/145 que tem 4 pontos nós vamos excluir neste momento o Ponto 3 e vamos pôr à votação os Pontos 1 e 2. Não há votos contra e nem abstenções. **Os Pontos 1 e 2 da Recomendação nº 5/145 foram aprovados por unanimidade.** -----

----- Vamos pôr agora à votação o Ponto 3. Não há votos contra. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e IND. **O Ponto 3 da Recomendação nº 5/145 foi aprovado por maioria.**-----

----- Vamos pôr agora à votação o Ponto 4. Não há votos contra e nem abstenções. **O Ponto 4 da Recomendação nº 5/145 foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº. 6/145 (APRESENTADA PELO BE) – “PELA DIVERSIDADE CULTURAL NAS FESTAS DA CIDADE (SANTO ANTÓNIO)”**-----

----- (A Recomendação 6/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante) -----

----- Agora sim na Recomendação 6/145 o PS quer por pontos, são todos os pontos ou algum em particular? Certo. -----

----- Então vamos começar por votar o Ponto 1 da Recomendação 6/145. Votos contra do MPT, 1 IND (Senhora Deputada Ana Gaspar),do CDS-PP e 1 PS (Senhor Deputado

Miguel Coelho). Abstencões do PSD e 1 IND. Votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 4 IND. **O Ponto 1 da Recomendação 6/145 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos passar ao Ponto 2 da Recomendação 6/145. Votos contra do CDS-PP, MPT, 1 PS (Deputado Miguel Coelho), 1 IND (Deputada Ana Gaspar), 1 PS (Deputado António Cardoso). Votos de abstenção do PS, PNP, 1 IND (Deputado José Franco) e PSD. Votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN, e 4 IND. **O Ponto 2 da Recomendação 6/145 foi aprovado por maioria.** -----

----- Vamos passar ao Ponto 3 da Recomendação 6/145. Votos contra do MPT, PS, CDS-PP, PNP e 2 IND (Deputada Municipal Ana Gaspar e Senhora Presidente da AML). Votos de abstenção do PSD e 2 IND. Votos a favor 2 IND, PCP, BE, PEV e PAN. **O Ponto 3 da Recomendação 6/145 foi rejeitado.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 7/145 (APRESENTADA PELO BE) – “COMEMORAÇÃO DOS 200 ANOS DA EXECUÇÃO DE GOMES FREIRE DE ANDRADE E DOS “MÁRTIRES DA PÁTRIA” E DOS 150 ANOS DA CARTA DE LEI DE 1 DE JULHO DE 1867, QUE ABOLIU A PENA DE MORTE POR CRIMES CIVIS”**-----

----- (A Recomendação 7/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos então votar esta Recomendação 7/145 ponto por ponto. -----

----- Vou então pôr à votação o ponto 1 da Recomendação 7/145. Não há votos contra e nem abstenções. **O Ponto 1 da Recomendação 7/145 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Ponto 2 da Recomendação 7/145. Votos contra do PSD, CDS-PP, MPT, PNP e PS. Votos de abstenção 3 IND. Votos a favor PCP, BE, PEV, PAN e 3 IND. **O Ponto 2 da Recomendação 7/145 foi rejeitado.**-----

----- Ponto 3 da Recomendação 7/145. Não há votos contra e nem abstenções. **O Ponto 3 da Recomendação 7/145 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Pontos 4, 5 e 6 da Recomendação 7/145. Não há votos contra e nem abstenções. **Os Pontos 4, 5 e 6 da Recomendação 7/145 foram aprovados por unanimidade.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 8/145 (APRESENTADA PELO PAN) – “REFORÇO ESTRUTURAL E DE SEGURANÇA SÍSMICA DOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS A REABILITAR”**-----

----- (A Recomendação 8/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação 8/145 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **RECOMENDAÇÃO N.º 9/145 (APRESENTADA PELO PSD) – “REGULAMENTAÇÃO DA CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO DE AUTOCARROS TURÍSTICOS”**-----

----- (A Recomendação 9/145 fica anexado a esta Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- Não há votos contra e nem abstenções. **A Recomendação 9/145 foi aprovada por unanimidade.** -----

----- Senhores Deputados, terminámos o período de Antes da Ordem do Dia, muito obrigada pela vossa colaboração.” -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Agora dizer o seguinte, nós vamos começar pelo período relacionado com a Informação Escrita do Senhor Presidente, o ponto das Contas, o Relatório de Gestão e demonstrações Financeiras Consolidadas não pode ser votado hoje, uma vez que já deu entrada nesta Assembleia na sexta-feira passada. -----

----- O ponto número 2 não pode ser aprovado hoje não pode ser discutido, discutido poderia, mas não pode ser votado hoje, porque só deu entrada na Assembleia na sexta-feira passada, portanto, terá que ser a próxima reunião, em todo o caso, o ponto número 3 é uma votação por voto secreto e, portanto, a Mesa informa que, a partir deste momento, vamos abrir as urnas no *foyer* pequeno, à vossa direita para no decurso desta fase dos trabalhos relacionados com a Informações Escrita do Senhor Presidente, os senhores Deputados não irem todos ao mesmo tempo, mas procurem ir discretamente votar para podermos resolver a questão do da Proposta 339. -----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 339/CM/2017 - LISTA DE CANDIDATOS A JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÊNIO 2017/18, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 36.º DO DECRETO-LEI N.º 156/78, DE 30 DE JUNHO; VOTAÇÃO POR ESCRUTÍNIO SECRETO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta 339/CM/2017 fica anexado a esta Ata, como Anexo XVI e dela faz parte integrante) -----

----- Posto isto, peço para não irem todos ao mesmo tempo, naturalmente, mas posto isto vou pedir ao Senhor Presidente da Câmara que use da palavra para fazer a apresentação de Informação Escrita.” -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, E DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 3H 20M;**-----

----- (Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra, devidamente, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra apresentou a sua Intervenção Escrita: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- É com gosto que faço hoje a apresentação da Informação Escrita, mas permitam-me que situe e que a faça de uma forma diferente do habitual. Estamos-nos a aproximar

do fim do mandato, deste mandato autárquico e creio que se impõe um balanço geral sobre aquilo que foi conseguido e aquilo que nos falta fazer relativamente aos grandes objetivos colocados no início do mandato em 2013. -----

----- O contexto do País e da Cidade em 2013 era profundamente diferente do atual. Em 2013, nós encontrávamo-nos no terceiro ano consecutivo de recessão, o maior período de recessão da nossa história, incluindo os tempos da Grande Depressão dos anos 30. -----

----- A economia tinha-se retraído cerca de 7 por cento, tínhamos um desemprego que chegava a quase 20 por cento na Área Metropolitana na Grande Lisboa e colocava em risco de exclusão quase 1 em cada 5 dos nossos ativos e tinha-se instalado no país um clima de desesperança para com o futuro do país e em que a indicação e a ideia para os mais novos é que, de facto, o melhor seria emigrarem porque não encontrariam oportunidades no nosso país. -----

----- Este é com crueza o diagnóstico da situação económica e social em 2013 e sobre o qual todos os partidos apresentaram as suas Propostas para a liderança da Cidade de Lisboa. Do ponto de vista deste executivo a linha de fundo foi clara, nós queríamos fazer deste mandato autárquico, um ponto de viragem, um ponto da demonstração de uma política anti cíclica, um ponto de demonstração de como era possível governar de forma diferente na Cidade, mas também a partir da força motriz que é a Cidade de Lisboa podemos contaminar a região de Lisboa e também o resto do país. -----

----- E hoje passados quase 4 anos desde esse ato, desde esse momento, há uma palavra que podemos dizer com confiança nos olhos dos lisboetas, é que nós cumprimos com este projeto, nós cumprimos com este compromisso! E no fim do mandato autárquico é da maior importância podemos fazer este balanço, porque é preciso percebermos bem de onde é que viemos, quais eram as condicionantes, o que é que nos propusemos fazer, o que é que fizemos, de facto, e a verdade é que a nossa primeira prioridade é uma prioridade, foi uma prioridade de dar força à economia da Cidade, dar força à economia da Cidade e o que nós fizemos foi assegurar que durante todo o período do mandato, nós também tínhamos uma política de impostos baixos, de forma a deixar nas famílias e nas empresas o maior rendimento possível. -----

----- Ao longo deste mandato, foi possível manter a decisão que vinha do mandato anterior, do final do mandato anterior, da Câmara de Lisboa praticar a taxa mínima legal do IMI, de ser a Câmara que mais devolve IRS em toda a Área Metropolitana de Lisboa e que tem um vasto conjunto de isenções na Derrama, que atingem do conjunto muitíssimo significativo, da nossa economia local. -----

----- Passados 4 anos, cumprimos com este objetivo e para termos uma noção do que ele significa na vida das pessoas e da Cidade, esta política resultou uma redução de cerca de 350 milhões de euros para as Finanças do Município, que era o que poderia ter acontecido se o município aplicasse as taxas legais máximas que estão disponíveis por Lei, mas significou que estes 350 milhões foram dirigidos às famílias e às empresas, numa transferência de rendimento superior a 1440 euros durante todo o mandato. -----

----- Em Lisboa, fruto da nossa política da governação, as famílias viram devolvidos 1440 euros, que foi um apoio significativo na melhoria dos seus orçamentos. Ao mesmo tempo nós prosseguimos uma política de saneamento financeiro das contas da Cidade, com um ponto de honra, pagar a tempo e horas aos nossos fornecedores, este facto foi da maior importância, porque permitiu a sobrevivência de muitas micro, de muitas pequenas empresas, de muitas médias empresas que dependem da sua capacidade de fornecer a Câmara de Lisboa para poder sobreviver. -----

----- Quem conhece bem a vida de uma micro e uma pequena empresa, sabe bem que o receber a tempo e horas pode fazer a diferença entre a morte ou a vida de uma empresa e dos empregos que a ela estão associados! Ora, nós conseguimos vir reduzindo paulatinamente o tempo de pagamento, como forma de apoiar de forma mais importante a economia da Cidade e hoje somos uma instituição a todos os títulos, entre as públicas e as privadas, exemplar na forma como se relaciona com os seus fornecedores. -----

----- Ao mesmo tempo, nós continuamos com a redução da dívida do município. A redução da dívida tem-nos permitido uma melhoria da sustentabilidade financeira e se ouço muitos dizer que a redução da dívida se deveu à operação do Aeroporto de 2012, eu respondo que estão enganados. A redução da dívida realizada na Câmara Municipal de Lisboa entre 2007 e 2013 foi superior a 609 milhões de euros, significa 2 aeroportos e se considerarmos também a redução de todas as contingências associadas à Câmara de Lisboa, isto é, os riscos, aquilo que pesava sobre nós, as contingências judiciais que vinham do passado se arrastavam daqueles processos em contencioso que iam correndo aqui pelas vias da nossa da nossa Cidade e pela vida da política da nossa Cidade, a redução foi ainda mais significativa, a redução do passivo da Câmara Municipal de Lisboa foi superior a 820 milhões de euros, o equivalente a 3 aeroportos inteiros! Significa isto que o fim deste mandato, do ponto de vista financeiro, mostra-nos uma Câmara mais forte, mais sólida, mais capaz de agir na economia e também uma Câmara mais credível perante a Cidade e perante o País, mas, ao mesmo tempo como instrumento de apoio à economia fizemos uma aposta decisiva na reabilitação urbana. -----

----- A reabilitação urbana que era, sem dúvida, o objetivo político perseguido por todos os executivos municipais, pelo menos desde o pós 25 de Abril, em particular nos últimos 20 anos, a reabilitação da Baixa tornou-se um objetivo central da política da Cidade, da esquerda à direita, de todos os partidos, de todas as forças, para o qual procuramos todas as soluções coletivas para que ela acontecesse. A verdade é que essa reabilitação começou a acontecer em massa neste mandato e muito contribuiu, naturalmente, o investimento estrangeiro, muito contribuiu o investimento e a descida das taxas de juro no mercado nacional, muito contribuiu uma perspectiva de concentração do investimento no imobiliário e menos no setor financeiro, é verdade, este foi o contexto externo e a Cidade viveu em particular a partir de 2014, mas a verdade é só uma, se nós não tivéssemos feito a revisão completa dos Regulamentos do PDM, a todos os regulamentos associados à reabilitação urbana, se não tivéssemos feito uma alteração na cultura do próprio funcionamento dos serviços, de maior

confiança, celeridade na relação com os investidores, nada disto teria acontecido e a verdade é que os resultados estão aqui para o demonstrar.-----

----- O investimento na reabilitação urbana medido pelas licenças emitidas pela Câmara em construção e reabilitação, passou de 106 milhões em 2013, 129 milhões em 2014, 324 milhões em 2015, 479 milhões em 2016 e 522 milhões em 2017. Isso dá um total de mais de 1.450 milhões de euros, investimento, emprego, reabilitação da Cidade que só foi possível devido à ação decidida deste Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, à ação decidida desta Assembleia Municipal, quando aprova uma área de reabilitação urbana extensa, com os benefícios que aprovou, quando aprova programas como o Reabilita Primeiro e Paga Depois, quando define programas como o Renove, quando define a regulamentação mais segura e mais certa para os investidores e quando têm uma cultura de apoiar o investimento na Cidade, e este investimento fez toda a diferença para o emprego, para as condições de vida de muitos, para a subsistência de muitas empresas e este investimento nesta escala teve impacto na Área Metropolitana e na recuperação do País. -----

----- Quero por último referir ainda na frente da economia dois aspetos, dois temas, o primeiro dos quais o do turismo, que é hoje, naturalmente, um tema central de debate na Cidade e sê-lo-á sempre daqui para a frente. O turismo, felizmente é uma realidade que hoje nós podemos discutir e que podemos debater e que é uma realidade naturalmente complexa, nas contradições que ele encerra, que ele traz consigo e se muitas vezes nós que temos os impactos do turismo nos bairros históricos, se muitas vezes discutimos o impacto do turismo sobre a questão da habitação se muitas vezes nós discutimos o impacto turismo sobre as próprias características da autenticidade da nossa Cidade, eu acho que nós não podemos nunca discutir o turismo sem discutir o impacto no emprego, na riqueza e nas condições de vida da população da Cidade de Lisboa! -----

----- Eu acho que está errado a posição, por um lado de quem acha que o turismo é um mal de forma simplista e que devemos no fundo e que o ideal era não termos esse turismo e ter medo do turismo, mas acho que está igualmente errada a posição do lado oposto, é dizer que nós podemos crescer indefinidamente da mesma forma sem cuidarmos que o turismo está a transformar a vida da Cidade de Lisboa! Mas é por isso que eu gostava de trazer aqui a importância do número de que nós estamos a falar e da importância para a subsistência e para a vida económica da nossa Cidade. O turismo representa hoje no Concelho de Lisboa um valor de vendas agregada de cerca de 6.300 milhões de euros, 6.300 milhões de euros, isto é o equivalente para a economia do País e 4 setores do calçado, 4 vezes o setor do calçado e é um valor para a economia do país de cerca de 3 vezes a Fábrica da Autoeuropa! Não estamos a falar unicamente do Concelho de Lisboa, estamos a falar do rendimento da hotelaria, da restauração, da construção, do comércio, de tudo o que está associado à dinâmica do fenómeno turístico e, por isso, nós não podemos nunca esquecer nem a dimensão, nem a complexidade, nem a exigência do debate para aquele que é indiscutivelmente e tem sido, uma das portas importantes para as condições de vida de tantos e tantos na Cidade de Lisboa. -----

----- Quero referir dois últimos aspetos, um o esforço e o salto que a Cidade deu do ponto de vista da sua economia mais dinâmica, mais criativa, mais inovadora, que não tendo uma expressão do ponto de vista macroeconómica com a dimensão do turismo, naturalmente, tem hoje uma expressão impressionante do ponto de vista da visibilidade da nossa Cidade e da capacidade de nós crescemos mais no futuro, a verdade é que a Cidade hoje é um enorme espaço de produção de talentos, um enorme espaço de produção de inovação, um enorme espaço de gestão de novas iniciativas, que estão diretamente inseridas na moderna economia global. Para termos um número só, que vos queria dar as 300 *Startup* tecnológicas na Cidade de Lisboa, as 300 maiores *Startup* tecnológicas da Cidade de Lisboa tem hoje um valor superior a 1.200 milhões de euros, é isto que vale o que é o empreendedorismo tecnológico na nossa Cidade e é hoje uma realidade em expansão, que está inserida nas redes internacionais, que permite que muitos venham para cá criar a sua empresa, que podem depois sair para desenvolver a sua empresa e que muitos hoje fazem a partir de Lisboa, porque confiam que Lisboa é hoje um espaço central de inovação, mas é também um espaço de abertura, de tolerância e de bem-estar para todos, independentemente da sua raça, da sua origem ou da sua religião. -----

----- Quero por último referir o investimento que nós temos feito na economia local de proximidade, aquilo que muitas vezes se designa como a economia mais próxima da subsistência, porque ela é uma economia muito assente e muito caracterizada pelo autoemprego, muito assente pela capacidade de servir as necessidades das comunidades locais onde estão inseridas, não é economia exportadora, não é economia inovadora nos setores, mas é uma economia que desempenha um papel central não só na satisfação das necessidades das pessoas, mas que desempenha um papel central no sistema de emprego e no sistema de coesão dos territórios. Temos feito um trabalho importante de aposta nesta área, falo naturalmente do programa das Lojas Com História, mas quero destacar aqui o programa importante que está lançado e que está em amplo desenvolvimento, da qualificação dos Mercados Municipais. -----

----- Aquilo que fizemos este mandato foi passar de uma realidade em que tínhamos 2 mercados que se tinham autonomizado com um perfil marcadamente diferente daquilo que eram os mercados originais, e bem, para um Programa Mercados de Lisboa, que aposta na requalificação dos espaços dos mercados como eles o são, mercados de proximidade, mercados de produtos de substituição de grandes superfícies, com a capacidade de servir as economias locais sejam particulares ou seja a restauração, temos feito um trabalho importante e vários Mercados da Cidade, alguns já estão concluídos, outros estão em curso neste momento e vários estão preparados para um próximo mandato serem prosseguidos, porque o investimento na economia local de proximidade, quem o negligenciar falhará uma resposta importantíssima ao emprego e à coesão na nossa Cidade. -----

----- O segundo ponto, o segundo ponto central da nossa estratégia foi a melhoria da qualidade de vida e começámos por um trabalho imenso, de que não irei aqui dar detalhe, porque já tantas e tantas vezes o fizemos, que foi a Reforma Administrativa da Cidade. -----

----- Volto aqui a dar uma palavra de congratulação a todos os Presidentes de Junta, a todos os Membros dos Executivos que estiveram envolvidos, porque foi notável o trabalho que fizeram em 4 anos. Não é fácil encontrarmos qualquer organização pública, ou privada, capaz de em tão pouco tempo ser sujeito a um choque tão grande nas suas competências, nos seus recursos, nas suas instalações, na forma como se organiza e como se relaciona com os cidadãos, em tão pouco tempo e passado tão pouco tempo ter essa capacidade de executar bem as novas competências e mais ainda de ser capaz de querer novas e de executar bem as novas competências, quero pois deixar uma palavra de saudação a todos os Presidentes de Junta a todos os Membros de todos os Executivos, pelo notável trabalho que foi feito na Cidade nesta matéria. -----

----- Mas ao mesmo tempo, o trabalho e o processo de descentralização permitiu que a Câmara reorganizasse os seus serviços e concentrássemos energias em prestarmos melhor os serviços que ficaram indiscutivelmente do lado da Câmara Municipal e fizemo-lo sempre com uma visão, a visão da defesa do serviço público, porque nós acreditamos no serviço público! Nós acreditamos que não há nenhuma razão para a ideologia que acha que o bom serviço é o prestado pelas entidades privadas e que o serviço público não pode ser de qualidade e excelência! Não, nós acreditamos que o serviço público pode ser de qualidade e de excelência se tiver os meios adequados, se tiver a estratégia adequada, se tiver os recursos adequados e se tiver um clima de diálogo e de concertação que permita que as organizações avancem e neste mandato que nós definimos 3 prioridades do ponto de vista da melhoria dos serviços, 3 prioridades, a primeira das quais os serviços de higiene urbana. O processo de descentralização para as Juntas tornou claro que nós precisávamos de reforçar os nossos meios ao nível da Higiene Urbana e que precisávamos de alterar a forma como nos organizámos, e foi isso que fizemos com a admissão de novos cantoneiros, para os quadros em regime definitivo, com a aquisição de novas viaturas, com a aquisição de um novo método de recolha selecionado para os bairros históricos, mas também para aqueles locais em que nós sabíamos e sabemos que a recolha seletiva porta-a-porta não era eficiente e que provocava a colocação de resíduos na rua e no espaço público, ora, tudo isto está a avançar numa reforma com grande significado e com condições de sustentabilidade, porque ao criarmos a taxa de resíduos, nós consignamos uma parte importante das receitas da Câmara, que não poderão ser retiradas do que são os Serviços de Higiene Urbana, porque elas são uma responsabilidade essencial do município. -----

----- Em segundo lugar a nossa área de intervenção foi a manutenção da Cidade. A manutenção da Cidade onde nós concentramos nas Unidades de Intervenção Territorial o conjunto dos recursos para cuidar em primeiro lugar da manutenção e dos projetos de proximidade, a quem atribuímos os melhores meios e recursos dirigentes que tínhamos na Câmara disponíveis, a quem atribuímos os recursos financeiros, a quem atribuímos os recursos humanos e hoje é inegável dizermos que a nossa Cidade está mais mantida, com mais qualidade e com menos zonas de abandono! E quero deixar aqui uma palavra de felicitações a todos os profissionais que encararam e que incorporaram esta unidade de novo e que hoje passados estes anos têm hoje resultados para apresentar,

com uma Cidade que está mais cuidada e com melhor, para melhor agrado e melhor qualidade de vida de todos. -----

----- A terceira área de serviço público na qual nós investimos e que tínhamos definido esse investimento, foi área da Proteção Civil e do Regimento Sapadores de Bombeiros. Eu lembro-me bem, Senhores Deputados, quando ainda não ocupava estas funções e era Vereador responsável do pelouro, do cenário que me era descrito pelos profissionais do setor, do que tinha resultado para a Corporação, para o Regimento de Sapadores Bombeiros, as Leis que tinham limitado não só a provisão dos cargos de chefia, o que tinha causado um enorme perturbação numa estrutura fortemente hierarquizada, mas também a impossibilidade de substituição das aposentações perante um corpo que tinha tido um regime de admissões bastante concentrado no tempo, há umas décadas atrás, recordo-me bem desse momento, e recordo bem também da forma como nos eram colocados os défices de investimento nos equipamentos de proteção individuais, nas viaturas, nos próprios fardamentos que correspondiam não só ao instrumento de trabalho, mas também um instrumento da própria representação e dignidade do Regimento Sapadores Bombeiros, ora, eu acho que nós temos que ter muito orgulho naquilo que foi feito nestes 4 anos, porque o Regimento de Sapadores Bombeiros manteve o que é o seu carácter de unidade de excelência e de referência no serviço público na Cidade de Lisboa, reforçou os seus índices de eficácia, é hoje um Regimento que está melhor equipado, que tem os fardamentos, que tem mais viaturas, que tem novos quartéis que estão a abrir assegurando uma melhor distribuição territorial, que tem mais bombeiros, porque entraram já na 1ª incorporação e há o compromisso de em outubro, se assim a houver candidatos com a qualidade suficiente de serem admitidos mais 100 novos bombeiros para o Regimento de Sapadores Bombeiros para que possamos, de uma vez por todas, colmatar o que foram as terríveis lacunas no serviço público resultante das Leis que vigoraram até 2015. -----

----- Falo deste tema aqui com orgulho do trabalho que foi feito e também da decisão e da coragem das decisões que tomámos! Nós estamos-nos a aproximar de um tempo em que é normal que a demagogia e o populismo muitas vezes assumam mais destaque no debate político e público, mas eu quero reafirmar aqui o seguinte: a Proposta que aqui apresentei da criação de uma taxa de proteção civil que consigna receitas de dimensão significativa exclusivamente à proteção da Cidade e ao Regimento de Sapadores Bombeiros é das melhores decisões que este Executivo apresentou!-----

----- É das melhores, porque se trata de proteger um corte fundamental do serviço público, é uma das melhores porque se trata de proteger um corpo fundamental do serviço público das oscilações orçamentais ou até das decisões diferentes de executivos, com menos apreço pelo serviço público. A verdade é que as taxas de proteção civil é uma taxa que não pode ser retirada da proteção da Cidade, é uma taxa que não pode ser retirada, recursos que não podem ser retirados por outros fins, para outros meios e hoje permitam-me, Senhores Deputados, quando o país infelizmente tem que fazer um debate em circunstâncias tão dolorosas, nada devemos pensar na decisão que aqui tomamos muito antes de sermos confrontados com o momento que nos exigisse de fazer um investimento sem precedentes na proteção na nossa Cidade. ---

---- Terceiro ponto relativamente à qualidade de vida, prende-se naturalmente com o emblemático projeto da Praça Em Cada Bairro, não vou aqui delongar muito, porque já muitas vezes aqui falei e é evidente o orgulho particular que tenho com este projeto, o projeto da Praça Em Cada Bairro é o projeto que corporiza uma nova visão sobre a Cidade, uma nova visão sobre o espaço público da Cidade, uma nova visão sobre a forma como a Cidade deve ser construída para as pessoas, para os cidadãos, para que todos possam usufruir de forma democrática e livre o espaço público. -----

---- Foi um investimento sem precedentes, está a ser um investimento sem precedentes, que, obviamente, nos custou a crítica e a incompreensão de muitos, custou naturalmente, é evidente, a divergência de outros se opuseram sempre esta política e legitimamente a ela, mas podemos hoje dizer também com orgulho que ainda bem que tomamos estas decisões. Quando vemos hoje as praças que estão concluídas, da Avenida da República ao Cais do Sodré, quando vemos hoje as praças que estão em construção por toda a Cidade, quando vemos a diferença da fruição do espaço público e da forma como se encara a Cidade, quando vemos a rapidez com que as pessoas ocuparam os espaços criados é um grande orgulho termos lançado este projeto. -----

---- Quero neste âmbito destacar um ponto importante, que foi a prioridade que nós demos à acessibilidade pedonal, a acessibilidade pedonal eleita à condição de direito básico da vida da Cidade, porque muitos eram aqueles que tinham receio hoje de sair à rua por não terem condições de segurança e por temerem terem quedas que os e mobilizassem e caíssem e podemos chegar ao fim deste mandato com um sentimento de que demos um grande avanço nesta matéria. Muito há para fazer, muito há ainda para fazer em muitos locais, em muitos Bairros em muitas Ruas desta Cidade, mas o que nós fizemos não tem paralelo, na instalação de pavimentos confortáveis, na instalação de pavimentos confortáveis e integrados com a Calçada à Portuguesa, no rebaixamento das passadeiras, só no total mais de 2500 passadeiras foram rebaixadas e se para o comum das pessoas que está nesta sala isto tem pouco significado, basta perguntar a alguém que infelizmente esteja, tenha que fazer a sua mobilidade e a sua vida quotidiana numa cadeira de rodas, para perceber bem a diferença do investimento que foi feito na Cidade. -----

---- Quero neste ponto, quero neste ponto da qualidade de vida salientar também o que fizemos em matéria de mobilidade e a aposta central no transporte público. O modelo que nós hoje temos de mobilidade em Lisboa e na Área Metropolitana não tem qualquer tipo de sustentabilidade, nem económica, nem financeira, nem social e muito menos ambiental! A Cidade de Lisboa hoje recebe cerca de 370 mil automóveis todos os dias e tem uma contradição e um aspeto particular, que uma parte da população trabalhadora da Cidade de Lisboa não reside na Cidade de Lisboa, assim que a economia melhora aumenta o número de carros na Cidade de Lisboa. A Área Metropolitana em Lisboa foram vítimas do forte desinvestimento no transporte público pesado na Área Metropolitana de Lisboa e também das decisões erradas, profundamente danosas que foram tomadas no último Governo ao nível do Metropolitano e ao nível da Carris. Ainda não resolvemos tudo, claro, nem temos ainda decisões para tudo, até porque muito não depende de nós, mas naquilo que hoje

depende de nós que é a Carris, neste ato histórico da Carris ter regressado a casa, nós já temos resultados para mostrar, quando nós definimos uma política de acessibilidade, quando nós reduzimos os passes sociais para cerca de metade, para aqueles que têm mais de 65 anos e quando definimos que era um direito o acesso ao transporte público e não algo que ficasse condicionado da entrega de não sei quantos número de papéis a comprovar condições de recursos que, na prática, muitas vezes significa um limite ao acesso à mobilidade, nós hoje o que sabemos é que em 3 meses apenas há mais 300 mil viagens feitas por pessoas com mais de 65 anos na Cidade de Lisboa! -----

----- E quando fizemos o mesmo para os mais jovens, o que nós sabemos é que temos mais 40 mil viagens só em 3 meses, feitas por jovens até aos 12 anos, que hoje podem usufruir gratuitamente da Carris, e isto nós só estamos no início, nós só estamos no início do caminho, porque estas medidas em simultâneo com a aquisição de novos autocarros, cujo concurso vai ser lançado na próxima semana, com a criação das linhas de Bairro que iniciarão agora o seu funcionamento, nas primeiras que se vai estender a sua introdução ao longo de mais de um ano, com a contratação de mais motoristas, o que nós vamos ter é um sistema público maior, de mais dimensão, mais confiável, mais robusto e com estes tarifários vai ser capaz de servir com qualidade muito mais pessoas, esta é uma área particular do avanço que nós fizemos e uma área de particular orgulho no trabalho que nós aqui realizámos.-----

----- Mas é evidente que uma política de mobilidade integrada exige outros elementos, por isso, decidimos a construção de mais 4 mil lugares de estacionamento, muitos dos quais como se o dissuasores e em áreas de Interface com o transporte público, outros fundamentalmente destinados à população residente e da mesma forma definimos uma rápida expansão do nosso plano de ciclovias, neste mandato abrimos mais de 43 quilómetros de ciclovias na Cidade de Lisboa, mais 43 face àquilo que tínhamos e estão neste momento em construção ou em projeto mais 60 quilómetros de ciclovias e esta semana iniciaram-se os testes do sistema de Bicicletas Partilhadas para que Lisboa possa dispor de um instrumento integrado entre as bicicletas, o transporte público, a acessibilidade pedonal que melhore a utilização e a mobilidade de todos, mas uma mobilidade mais saudável, uma mobilidade mais acessível a todos, uma mobilidade mais amiga do ambiente, uma mobilidade acima de tudo sustentável, com o desenvolvimento da nossa Cidade. -----

----- Ouço sobre esta matéria uma crítica fácil, que é dizer, mas que não faz sentido a substituição de vias, ou do automóvel, por bicicletas, que não faz sentido a aposta nas ciclovias, que não faz sentido apostar tanto nos meios suaves de mobilidade, é um erro! Faz sentido, porque é evidente que as bicicletas não servirão de mobilidade, de instrumento de mobilidade para muitos na Cidade, é evidente que não servirão, pelo menos para já, quando a rede não for ainda a ampla, segura, capaz de abarcar muitas pessoas e mesmo quando ela estiver totalmente completa há pessoas que pelas suas características pessoais ou familiares terão que se deslocar de automóvel. Ninguém nega isso, agora, a verdade é que a existência de uma rede de ciclovias, a existência de mais oportunidades de mobilidade de forma diferente é melhor também para aqueles que circulam de automóvel.-----

----- Se pensarmos que se houver mil pessoas nesta Cidade, podem ser estudantes, podem ser trabalhadores no hospital, podem ser trabalhadores no local com bons Interfaces com os serviços públicos e os transportes públicos, se nós pensarmos em quaisquer mil trabalhadores da Cidade de Lisboa ou quaisquer mil pessoas que troquem o carro pela bicicleta, significa que nós estamos a retirar 5 quilómetros de fila ao trânsito desta Cidade e com esta opção ganham todos, ganha quem mudou para a bicicleta, mas ganha também quem está a utilizar o automóvel, porque tem menos congestionamento e menos tráfego nas nossas ruas!-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente, eu estou a alertá-lo só que está a usar já o seu tempo resposta, naturalmente haverá cedências tempo, mas de qualquer maneira para poder a gerir o seu tempo”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu com a sua Intervenção Escrita:-----

----- “Acelerar, Senhora Presidente, vou acelerar.-----

----- Agora quero eu referir, neste aspeto, os avanços que fizemos, os avanços extraordinários que fizemos na matéria da estrutura verde da Cidade, na criação dos corredores verdes, na ampliação destes corredores verdes, na requalificação de espaços verdes, que são espaços de fruição pública e que estão bem sintetizados na ida à final de Lisboa na candidatura a Capital Verde Europeia. Aquilo que mais surpreendeu o júri do concurso foi perceber que havia membros do júri que tinham conhecido Lisboa há 10 ou 15 anos atrás, e que quando viram as imagens de Lisboa hoje não reconheceram o que estava a acontecer. Desde a extensão dos corredores verdes às hortas, ao cuidado na requalificação dos jardins, à utilização da água, à redução de utilização de água para rega no nosso espaço público, ao trabalho em matéria de mobilidade elétrica, o que viram foi algo que não esperaram! Isto significa um avanço grande do ponto de vista da nossa qualidade de vida.-----

----- Mas quero terminar este ponto com uma decisão e com um projeto que nos orgulha profundamente, que é o Projeto do Plano Geral de Drenagem. O Plano Geral de Drenagem era uma necessidade da Cidade há décadas. Conheceu alguns mandatos atrás do trabalho importante no seu avanço, mas pelas razões financeiras do município não foi possível avançar com ela antes. Ora, nós assumimos que íamos fazer este Plano de Drenagem e estamos a fazê-lo, Senhores Deputados, como estamos a fazer na Proteção Civil da Cidade, não por causa de uma urgência, mas por causa da consciência que temos de que temos que proteger a Cidade e é por isso que eu vos posso anunciar com orgulho que o Plano Geral de Drenagem, o investimento principal do plano, porque ele têm vindo a ser executado nas várias obras da Cidade, foi aprovado na última Reunião de Câmara com unanimidade de todos os Vereadores. Um projeto da Cidade, um projeto para a Cidade, um projeto que uma vez concluído vai proteger de forma significativa toda a zona baixa da Cidade da intensidade e da ferocidade das cheias que ciclicamente nos assolam e este é um investimento que fazemos num tempo de importância, porque a verdade é que as alterações climáticas

não são um desafio do futuro, as alterações climáticas são uma realidade! A ocorrência de fenómenos extremos, cada vez mais extremos, de forma mais rápida ou por intervalos mais curtos, é hoje uma realidade com a qual temos que conviver! É, por isso, um gosto que este mandato termina com a aprovação, que peço célere nesta Assembleia do que é o do concurso ou a repartição de encargos para que este concurso do Plano de Drenagem possa avançar sem mais demoras e sem mais tempo.-----

---- E quero aqui salientar, para aqueles que tantas vezes criticam os políticos, os partidos, o próprio debate ideias, quero aqui salientar a unanimidade que este projeto mereceu ao longo destes anos na Câmara Municipal de Lisboa, a forma como foi tratado, como foi amplamente debatido na Câmara, aqui na Assembleia, como foram recolhidos contributos. Deixar uma palavra de agradecimento ao Engenheiro Silva Ferreira, a toda a equipa técnica que coordenou e que o elaborou, e agora entramos na fase difícil e exigente, que é executar, mas vamos ser também aqui bem-sucedidos!-----

----- Senhora Presidente, o terceiro ponto do nosso programa era a afirmação dos direitos sociais e os seus direitos sociais são direitos múltiplos, são os direitos da cidadania da vida da Cidade, são direitos que têm que ser afirmados, não têm que ser pedidos, não tem que ser reclamados uma vez que eles estão consagrados, eles têm que ser afirmados pelas instituições públicas, tem que ser, estão consagrados e são direitos das pessoas e nós demos prioridade a fazer isso mesmo neste mandato, com um pelouro próprio dirigido aos Direitos Sociais, mas também com uma prioridade em todas as áreas com forte expressão dos direitos de cidadania! Face às nossas competências, é evidente que a principal área e área mais forte é naturalmente a do direito à habitação e aquilo que nós fizemos um trabalho também de que nos orgulhamos. Nós temos na habitação social, estamos a fazer o maior investimento, fizemos neste mandato o maior investimento na habitação social desde o tempo dos programas de realojamento, mais de 67 milhões de euros, usados na requalificação dos Bairros Municipais, usados na construção nova no Bairro da Boavista e no Bairro Padre Cruz, para eliminarmos os fatores, aquelas situações de maior degradação e vamos prosseguir com a nova construção no Bairro da Cruz Vermelha. Ao mesmo tempo atribuímos mais de 1220 casas que hoje são atribuídas, por concurso, pelo estrito cumprimento das regras e por uma estrita avaliação de atribuir, a quem tem verdadeira necessidade! -----

----- Ao mesmo tempo lançamos um ambicioso programa de consagrar e de afirmar o direito à habitação para as classes médias, agora, o segmento das classes médias, e lançamos o Programa da Renda Acessível para mais de 6300 casas, para casas com valor entre 200 e 400 euros, para casas que serão no centro da Cidade, reabilitadas ou de construção nova, com bons acessos, com boas acessibilidades, com bons instrumentos e fizemo-lo e já começámos com a primeira operação que já foi aprovada, a Operação da Rua de São Lázaro levará a cabo a construção de mais de 120 novas casas destinadas exclusivamente à classe média e será no fundo o arranque de um programa ambicioso que mobiliza uma parte muito importante do Património Municipal. Neste programa a Câmara alocou mais de 300 milhões de Património

Municipal a que terá que se juntar o património privado, o investimento privado para realizarmos este investimento.-----

----- Prosseguirmos também com empenho o investimento na Escola Pública, nas creches, resolvendo um problema grave herdado com o Governo anterior da não assinatura dos contratos-programa com as várias creches que impediam que as pessoas com necessidades os seus filhos acessem às creches em Lisboa, nas mesmas circunstâncias que em todo o resto do país e o número de vagas aumentou significativamente. Fizemos também e colocámos em marcha uma estratégia efetiva de apoio à População Sem-abrigo, com a compreensão plena de quando falamos de uma População Sem-abrigo nós não estamos a falar de um grupo homogéneo, com as mesmas características, que possa ser tratado com uma qualquer burocracia ou um programa! Cada caso é um caso, e foi com esta consciência que foram sendo encontradas as respostas que permitiriam tratar cada caso como um caso e se é verdade que a melhoria da situação económica felizmente nos permitiu que muitos dos nossos concidadãos deixassem esta situação, é verdade também que neste mandato, fruto da extraordinária colaboração com a Rede Social de Lisboa, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com o Ministério da Saúde e com as mais de 400 Instituições que pertencem à Rede Social, nós conseguimos reduzir que na Cidade de Lisboa, a População Sem-abrigo reduzisse significativamente. -----

----- Por último, ainda neste ponto fazer uma menção investimento no Desporto, com a recuperação das Olissipiadas, os Jogos da Cidade, que neste mandato mobilizaram mais de 25 mil jovens e crianças. O reforço do apoio ao desporto escolar e também o apoio sem precedentes que foi dado às iniciativas da sociedade civil para aumentar a prática desportiva. -----

----- Quarto e último ponto, Senhora Presidente, e termino, foi a linha política que definimos de afirmação de Lisboa como uma Cidade Global, uma Cidade que investisse na Cultura, uma Cidade que fizesse da Cultura não me área sectorial, mas que investisse na Cultura como parte central de um programa de desenvolvimento, aquilo que aqui fizemos é de um grande significado, no aumento da rede de bibliotecas, na qualificação da rede de bibliotecas, na abertura da segunda maior biblioteca da Cidade na zona oriental em Marvila. Aquilo que fizemos no apoio aos vários e a todos os tipos de expressão artística e cultural e no fortíssimo investimento que, mesmo em tempos de crise, nós dedicamos a este setor. -----

----- A Cultura representa na Câmara mais de 6 e meio por cento do orçamento, em 4 anos mais de 225 milhões de euros de orçamento, o que contrasta bem, aliás, com uma realidade muito maior do que a nossa, que é a realidade da Administração Central e, neste ponto, da Lisboa Cidade Global há um ponto ao qual dedicamos particular importância que foi a recuperação do nosso património histórico e identitário, aquilo que muitas vezes as pessoas se identificam e se ligam e aqueles equipamentos, aqueles espaços daqueles locais cuja sua degradação introduz nas pessoas também um sentimento de tristeza e de perda para com a sua Cidade e com as suas memórias! A lista é muito extensa e não a poderia fazer aqui de forma exaustiva, mas desde o Museu do Aljube, aos Terraços do Carmo, à Cerca da Graça, ao Capitólio, ao Pavilhão

Carlos Lopes, ao fecho da ala poente e ala nascente aos Claustros da Graça que serão abertos no próximo a fim de semana, a recuperação do Padrão dos Descobrimentos, ao projeto do Museu Judaico, ao projeto do novo, do fecho do Palácio da Ajuda, um projeto emblemático que marcará os próximos anos na Cidade, mas, por último o projeto da Nova Feira Popular de Lisboa, ou melhor dizendo, da nova casa da Feira Popular de Lisboa! -----

----- Este mandato ficará marcado pela devolução à Cidade, pelo início da devolução à Cidade e aos lisboetas de algo que está intrinsecamente marcado no seu património afetivo e histórico, o que é a sua Feira Popular. Adquirimos os terrenos, iniciamos as obras, as obras estão neste momento em curso e a nova casa da Feira Popular não é hoje um sonho adiado, não é hoje um projeto no papel, é uma realidade em execução que dentro de alguns anos vai servir de novo a Cidade e os lisboetas e hoje com a projeção que o nosso País tem e a projeção que Lisboa ganhou, nós hoje podemos afirmar que a nossa linha de uma Lisboa global, aberta e tolerante, é hoje uma referência na Europa e no Mundo, e é-o cada vez mais pelas piores razões, mas nós temos feito e faremos daqui uma mensagem muito forte para todos de que em Lisboa todos têm direito à sua oportunidade, ao seu espaço de vida, à sua hipótese para melhorarem a sua vida e dos seus, porque nós aqui somos intolerantes com intolerância, porque somos uma Cidade que quer acolher todos, porque é esta a nossa identidade! Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, o Senhor Presidente naturalmente utilizou tempo da Câmara, que é o tempo de resposta. -----

----- A Mesa tem indicação já do Grupo Municipal do PNP e dos Independentes que cederão tempo, se for necessário para as respostas, se for necessário. -----

----- E agora sim, vamos dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos. Tem a palavra em primeiro lugar o Senhor Deputado Magalhães Pereira do Partido Social Democrata. -----

----- Senhores Deputados, eu lembro mais uma vez, que não o façam todos ao mesmo tempo, mas que está a decorrer uma votação e, portanto, aqueles que puderem ir votando durante as várias intervenções assim farão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Deputados, Serviços Municipais, Público e Comunicação Social presente. -----

----- Como de costume e já é quase um pleonasmo, esta Comunicação Escrita do Presidente é uma série de nulidades que nada acrescentam a Lisboa e o redator que substitui o Presidente da Câmara na sua execução, comete até erros primários de português e não consegue resistir a uma torrente ridícula de anglicismos e de estrangeirismos primários, evidência de falsa cultura, ao ponto de num pequeno

paragrafo conseguir escrever *workshop* por quatro vezes. Talvez agora tenha aprendido o que essa palavra quer dizer. -----

----- E também como de costume, a apresentação que aqui fez o Presidente da Câmara nada, absolutamente nada, tem a ver com o que se escreve nesta Comunicação que mais não é do que um simples exercício de propaganda e de auto satisfação, ocupando páginas e páginas com banalidades, repetindo à exaustão as mesmas propostas, as mesmas considerações, as mesmas inaugurações.-----

----- Senhora Presidente, nada do que eventualmente ocorreu de verdadeiramente importante neste período de dois meses da vida da cidade, se integra nesta Informação Escrita.-----

----- E o que ocorreu foi a continuação do desrespeito pelo bem-estar da população, a flagrante inversão de prioridades em que esta Câmara se especializou, o contínuo transtorno da vida das pessoas e a prossecução de obras de fachada que tornam o dia-a-dia dos lisboetas num Inferno constante.-----

----- Não é fácil de compreender até o que subjaz ao chamado Programa de Monitorização e Intervenção contra Riscos Antrópicos e Naturais que constitui, que por sua própria natureza é um libelo contra a Câmara de Lisboa.-----

----- Bem prega Frei Tomás. Faz o que ele diz, não faças o que ele faz.-----

----- Então não é que se recomenda que não se implantem novas construções nas margens do Rio e em zonas aluvionares o que só por si condenaria a construção no Triângulo de Ouro na foz da Ribeira de Alcântara e na Boavista Nascente onde se pôs a EDP, ou no Campo das Cebolas onde faz já nem se sabe o quê.-----

----- E não é que igualmente se condena a construção em socacos suportados por muros de contenção, como se fez na encosta da Rua das Taipas e noutras zonas da cidade e se queria até fazer na Penha de França.-----

----- E não é que o mesmo se recomenda em Pedreiras, ao contrário do que permite e promove o Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito, sem se saber ainda muito bem como é que se vai conseguir sair e entrar nessa aldeia de luxo em construção.-----

----- E tudo não obstante se reconhecer e lembrar a identificação no PDM de 2012 das áreas de vulnerabilidade a inundações, de suscetibilidade ao efeito de maré, de movimentos de massa em vertentes, de solos contaminados, o que não só não impediu, antes permitiu, as construções referidas, como potenciou também as emanções de benzeno no Parque das Nações na construção de Parque subterrâneo e os acontecimentos que poderão ocorrer na área da Matinha.-----

----- Continuam a ser também muito ameaçadores para a cidade, as sucessivas delimitações de Unidades de Execução, instrumento que a Câmara utiliza para subtrair operações de significado urbano à fiscalização específica pela Assembleia Municipal, justificando-se esta Câmara com a degradação de construções, a justaposição de AUGI's ou loteamentos recentes quando é certo que na cidade as operações urbanísticas só acontecem quando e onde e como a Câmara o permite e promove.-----

----- Mas como já se disse, este Senhor Presidente herdeiro o que prefere é fazer oposição à Oposição e é conhecida certa agressividade que emprega sempre que é confrontado com opiniões diferentes.-----

----- Acusa terceiros também de falta de transparência, mas apesar de confessar a criação de novas e importantes fontes de receita para a Câmara, como as taxas, tachinhas e as novas imposições, apresenta um cenário financeiro idílico, sem embargo das relevantes verbas municipais transferidas para a Associação de Turismo de Lisboa, instituição cujos interesses são exteriores a Lisboa e tem uma gestão familiar e é presidida pelo próprio Presidente da Câmara.-----

----- Entretanto a cidade transforma-se num estaleiro geral a céu aberto, com trânsito caótico, deixando a Câmara de se dedicar à tarefa principal que lhe é cometida, de proporcionar melhor cidade aos que aqui vivem, trabalham ou entram diariamente em Lisboa. -----

----- Esta Comunicação Escrita é assim mais do mesmo. -----

----- Propaganda como modo de vida.-----

----- Chegando agora à última hora do seu meio mandato, anuncia a construção de milhares de casas para a classe média e que mesmo que o programa venha a ter início, com o financiamento ativo de privados num casamento a longo prazo sem separação de bens, não estará concluído antes de decorridos larguíssimos anos. -----

----- E continua a alienar o seu património disperso, sem sequer a cobertura de um Regulamento do Património aprovado por esta Assembleia, em vez de colocar essas casas à disposição das famílias que delas necessitam e que aqui as vêm solicitar e rogar constantemente. -----

----- A Câmara não cria habitação social há 10 anos, como não o fez para Renda Acessível, ficando o problema da habitação por resolver e continuando Lisboa a expulsar os seus Filhos.-----

----- A marca fundamental desta Câmara Municipal é portanto a prioridade que dá ao que enche o olho, às obras de fachada, aos propósitos claramente eleitoralistas, em detrimento da vida dos lisboetas.-----

----- Enriqueceu-se o Município retirando rendimentos às pessoas, mas o Presidente vangloria-se que tem boa situação financeira. -----

----- Voltámos ao tempo das promessas e da demagogia, como a apresentação hoje do Senhor Presidente claramente demonstra e onde apresentou os mesmos velhos, estafados e irrelevantes argumentos. -----

----- O que é importante é constatar que a sua indiferença social é que é absolutamente indesculpável.-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, vamos prosseguir. Naturalmente confirmarão que na sala não está exatamente o quórum obrigatório, mas já há pessoas que estão a votar e portanto a verificação de quórum está a ser feita automaticamente, à medida que as pessoas assinam na lista de presenças da votação, portanto, não estou com essa preocupação neste momento. -----

----- Vamos prosseguir com o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, do Bloco de Esquerda.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Registrar apenas que a bandeira do Município, que está por detrás dos oradores daquele microfone está ao contrário, está do avesso. -----

----- Não sei se a Senhora Presidente sabia que o Senhor Presidente da Câmara hoje ia fazer o mandato e o fez por maldade ou foi só uma desatenção! Acredito que sim. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, ouvimos com atenção o seu balanço destes anos de Executivos do PS à frente da Câmara Municipal de Lisboa e por isso, queremos falar-lhe do que é mais importante para os lisboetas, falar do que é o essencial para as suas vidas e quero falar-lhe, por isso, dos transportes e mobilidade e da habitação, são esses os temas que hoje como sabe e sublinha nas suas intervenções mais recentes, são os temas que infernizam a vida de milhares de lisboetas. -----

----- São esses os temas mais difíceis e são esses os temas que tendo ouvido as suas últimas intervenções percebemos que são os temas do “agora é que é”, “Estivemos 10 anos à frente da Câmara Municipal de Lisboa, agora é que é! Agora é que vamos tratar da habitação, agora é que vamos tratar dos transportes.”. -----

----- Mas antes de ir estes dois temas queria falar-lhe primeiro de um outro tema que preocupa muitos os lisboetas e que tem sido a muito abordado pela Câmara no último mês, e falo-lhe de precariedade.-----

----- O discurso que a Câmara Municipal de Lisboa tem feito no último mês sob precários e sobre precariedade, diz tudo sobre a forma como trata estes trabalhadores. Há um mês atrás, no dia 22 de maio, o Vereador responsável pelos Recursos Humanos chamou a imprensa e apresentou esta ideia peregrina que é dar mais pontos às empresas que concorrem para trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa, que têm os seus trabalhadores contratados de forma legal, que respeitam aos seus trabalhadores, essas empresas que respeitam os seus trabalhadores levam mais pontos, as que não respeitam, que tenham trabalhadores precários e alguns ilegais levam menos pontos, mas, no final, reunida a pontuação e sobrevalorizado naturalmente o preço com que concorrem à Câmara Municipal de Lisboa poderemos ter empresas, com menos pontos por respeitarem menos os trabalhadores, mas que ganham concursos na Câmara Municipal de Lisboa, não respeitando os trabalhadores e tendo em alguns casos contratados trabalhadores ilegais, porque estão a recibos verdes, de forma ilegal. E foi nessa altura que o Vereador disse, quando perguntado sobre quantos eram os trabalhadores precários na Câmara Municipal de Lisboa foi categórico “Uns 10 ou 20.”, “Serão muito poucos, uns 10 ou 20.”, e é curioso que um mês depois esses 10 ou 20 duplicaram, ouvimos o mesmo Vereador, um mês depois, dizer “Afinal, são quase 40.”. -----

----- São quase 40 entre quase 400 prestadores de serviços, mas são quase 40 os precários, de certeza! E veremos porque, entre estes 400, há muitos que não são considerados precários porque foram catalogados como “profissões liberais”, portanto,

um trabalhador a recibos verdes na Câmara e Municipal de Lisboa, que é Arquiteto, que é Engenheiro ou que é Jurista é um trabalhador liberal e, portanto, é um prestador de serviços, é um recibo verde legal e por isso pode manter-se dessa forma. -----

---- Esse, como sabe, não é o critério para definir a legalidade ou ilegalidade do vínculo contratual. Se este Arquiteto, se este Engenheiro ou se este Jurista presta um serviço à Câmara de Lisboa que não é pontual, que é regular, que tem continuidade, então não deve ser pago a recibos verdes e deve ter um contrato com a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa sabe isso, o Senhor Presidente sabe isso, mas tentam enganar os tolos com esta informação que prestaram. E tanto sabe que no próprio dia anunciou, anunciou nesse momento que ia abrir um período de contratação de 106 trabalhadores e diz que, entre estes trabalhadores estão arquitetos, estão engenheiros, estão juristas e, portanto, estes trabalhadores liberais podem ter contratos de trabalho na Câmara Municipal de Lisboa e muito bem e esperemos que assim seja! -----

---- E, portanto, gostaríamos de saber quantos destes 106 estão nos quase 400 que se diz que não são trabalhadores a falsos recibos verdes? E, por isso, a política da Câmara Municipal de Lisboa tem sido varrer a precariedade para debaixo do tapete, e isto não pode acontecer de maneira nenhuma. -----

----- Já disse o Vereador que nesta análise que fez, só os que têm mais de 3 anos, devem ser considerados para esta listagem, porque o Governo disse que assim seria no PREVPAP, aqui na Câmara Municipal de Lisboa também seriam tratados da mesma maneira, é uma forma errada, porque se há um trabalhador precário com falsos recibos verdes na Câmara Municipal de Lisboa e trabalha há 2 anos e meio, isso é um precário, não deixa de o ser por não estar há mais 3 anos na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E as Empresas Municipais, Senhor Presidente? São da sua responsabilidade ou não são da sua responsabilidade? Perguntámos-lhe aqui há umas semanas sobre os trabalhadores do São Jorge e sobre o *outsourcing* que a EGEAC faz com os seus equipamentos culturais e nenhuma resposta! -----

----- Queremos ver esses números Senhor Presidente, queremos o Relatório que foi anunciado pelo Senhor Vereador onde tem os números de todos os trabalhadores precários da Câmara Municipal de Lisboa, aliás, entregámos 2 requerimentos, um e janeiro sobre trabalhadores precários, outro em março, e imagine, zero respostas! -----

----- Precisamos de mais transparência, este é um assunto sério e precisamos de toda a transparência possível! -----

----- Depois quero-lhe falar dos 2 pontos que anunciei há pouco, mobilidade. O Presidente tem desdobrado as suas comunicações públicas para falar de mobilidade, é verdade, disse ontem na televisão “falhámos na mobilidade”, falhámos nós como País em geral, mas quer dizer, acredito que sim e sublinho que o País tem falhado na forma como lida com a mobilidade, mas falhou a Câmara Municipal de Lisboa e falharam os Presidentes de Câmara Municipal de Lisboa que nos últimos anos, falharam na mobilidade e nas soluções de mobilidade na Cidade. Não sei, sei que está a abanar a cabeça, que diz que não e, portanto, não tem nenhuma responsabilidade sobre a mobilidade na Cidade de Lisboa, pois dizemos-lhe que tem toda a responsabilidade! ----

----- E digo-lhe, a mobilidade na Cidade é hoje uma catástrofe, é uma catástrofe na economia, são horas a fio de gente parada à espera de poder chegar aos seus locais de trabalho ou às suas escolas ou às suas universidades, e é uma catástrofe ambiental porque sabemos, as análises de ar em Lisboa são das piores da Europa, há avenidas da Cidade de Lisboa onde e os níveis de toxicidade são inaceitáveis para os parâmetros europeus e, por isso, temos um problema gigante entre mãos. -----

----- E pergunta-se o que é que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tem feito nos últimos anos para defender a Cidade e para defender o direito à mobilidade? O que é que fez em particular sobre o Metro de Lisboa? Sobre o Metro de Lisboa e sobre a sobrelotação de carruagens, o que é que fez? O que é que disse à Câmara Municipal de Lisboa sobre este tema? Sobre as queixas dos passageiros, as centenas, os milhares de queixas mensais que chegam aos livros de reclamações relativamente às viagens no Metro em Lisboa? As avarias são permanentes e diárias, ainda hoje, a Linha Azul esteve a parada várias dezenas de minutos, por problemas na rede. O que diz o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre o Relatório da inspeção, que a Autoridade da Mobilidade e Transportes fez em dezembro deste ano, ao Metro de Lisboa e em que dizia que “a frequência dos comboios em nenhuma linha da rede de Metro de Lisboa era cumprida em 50 por cento, nenhuma! Não havia numa Linha que cumprisse, aliás, a Linha Azul nem chegava aos 29 por cento! O Metro de Lisboa não respeita o contrato de concessão que tem com o Estado e o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa não diz nada sobre isto!-----

----- O que é que disse o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa quando o Metro anunciou que a Linha Azul e a Linha Amarela teriam percursos alternados, e em que uma em cada duas carruagens não terminava o percurso até ao final da Linha, menos serviço público de transportes. O que é que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa disse ao Conselho de Administração do Metro de Lisboa? Gostaríamos de saber o que é que disse quando há poucas semanas, como faz todos os anos, o Metro de Lisboa anunciou que ia passar a ter um horário de Verão? Sabemos todos o que é o horário de Verão, menos carruagens, menos serviço público de Metro depois de um ano de mau serviço público de transportes do Metro de Lisboa, das avarias, da sobrecarga das Linhas, da frequência que não é garantida, depois desse ano inteiro, sabendo que a Cidade está sobrecarregada com visitantes, Horário de Verão, o que é que disse ao Metro de Lisboa o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa? Nada! Não disse nada, silêncio! Silêncio da Câmara, silêncio do Presidente! -----

----- Pior do que isso, não ouvimos o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa falar sobre o Metro de Lisboa, sobre a deficiente prestação de serviço público de mobilidade na Cidade de Lisboa, mas ouvimo-lo há um mês atrás a sublinhar e a subscreverem e a assinar um Plano de Expansão da Rede do Metro de Lisboa, que é o maior erro que vamos pagar muito caro pelas próximas décadas! Já tivemos aqui esse debate, tivemos cá especialistas, tivemos cá os atores fundamentais da Empresa do Metro de Lisboa, a Comissão de Trabalhadores, a Administração e ouvimos essas críticas e sabemos que há uma parte grande a população da zona ocidental de Lisboa que vai voltar a ficar de fora da expansão da rede do Metro e esse é um erro que vamos pagar muito caro com

esta obstinação de fazer uma rede circular, numa zona da Estrela a Santos que já está relativamente bem servida, 100 milhões de euros por quilómetro dessa rede é um erro demasiado grande para ser tomada de ânimo leve!-----

----- Depois falar-lhe do outro problema que assola milhares de pessoas nesta Cidade, habitação. O direito à habitação, todos os dias Lisboa perde habitantes, como sabe, continuam os despejos, continua a expulsão de gente da Cidade de Lisboa e, por isso, precisamos de respostas imediatas e precisamos de coragem nessas respostas, conhecemos bem a sua Proposta de fazer uma PPP para construir 9 mil casas em Lisboa, e sabemos que nessa PPP à cabeça são entregues 3 mil casas aos privados, que entrarem neste negócio, e por isso, volto a fazer-lhe a proposta que lhe fiz aqui há semanas, avance com o Projeto-piloto da Rua de São Lázaro, mas em regime de 100 por cento público! É possível fazer e a Cidade ganhava se o fizesse! Porque se o fizer resgata 52 apartamentos dos 172 que se prevê naquela intervenção, porque os 120 que falou há pouco são os que ficam para a Câmara em regime de renda acessível, porque os 52 que perfazem o valor total daquela intervenção irão para os privados, irão entrar no carrossel da especulação imobiliária. -----

---- Esse é um erro fundamental e não pode tomá-lo! 11 Milhões de euros de investimento naquela Rua e dir-me-á que é um valor alto, é sim senhora, mas é para habitação e é uma prioridade e, por isso, digo-lhe que a taxa turística deve ser usada aqui! Use a taxa turística para habitação em Lisboa, responda ao problema fundamental de quem vive e quer viver em Lisboa com esta intervenção piloto, com um investimento de 100 por cento público, porque tem 2 hipóteses e tem que decidir, ou faz 120 casas na versão PPP ou faz 172 na versão pública, que agora propomos, são 52 fogos a mais que podem servir para alojar as famílias ameaçadas de despejo! E nós conhecemos tantas e o Senhor Presidente conhece tantas, aliás, há poucas semanas soubemos que lhe foi enviada uma carta da Rua dos Lagares, são 16 famílias estão a ser alvo de despejo e que precisam de uma resposta urgente. Vão ficar na rua no final de agosto e não podem ficar na rua, têm de ter uma resposta da Câmara Municipal de Lisboa, porque é assim que uma Cidade digna trata os seus habitantes e os lisboetas e por isso, precisamos de uma resposta corajosa e coragem neste tema tão difícil, que é o da habitação, implica duas decisões muito importantes, a primeira é parar imediatamente com a venda de património, estancar essa hemorragia, já vamos tarde. É verdade, mas insistir nesse processo de venda de património é a pior forma de enfrentar o problema e de poder responder com um programa robusto de habitação em Lisboa e o segundo é este exemplo que lhe dei e é abandonar esta parceria público privada e concretizar o projeto, o Programa Renda Acessível, de uma forma 100 por cento pública, para que todas as casas possam ser para os lisboetas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra agora a Senhora Deputada Carla Madeira do Partido Socialista.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores, Público e Comunicação Social. -
-----O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se pela apresentação desta Informação Escrita, que traduz uma intensa atividade e um cuidado acrescido com as pessoas, uma atividade que apresenta uma grande preocupação com a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- A equipa liderada pelo Presidente Fernando Medina tem prosseguido com determinação a concretização do Programa que mereceu o apoio dos lisboetas, uma Cidade de Lisboa Para As Pessoas, desde logo a preocupação com a cidadania e a participação ativa dos cidadãos, envolvendo-os no processo de tomada de decisão, tendo à disposição dos lisboetas inúmeros mecanismos de participação dos cidadãos, o Orçamento Participativo, iniciado por esta maioria em 2007, faz parte de forma indiscutível da gestão Municipal, contribuiu para a aproximação da Câmara aos seus municípios e para uma gestão Municipal mais participada e adaptada às suas necessidades e anseios. -----

----- O OP comemorou 10 anos de existência, assinalados pela Câmara com um concerto no recém remodelado Pavilhão Carlos Lopes, que celebrou igualmente a candidatura de Lisboa a Capital Europeia do Desporto em 2021, motivo de orgulho para todos nós e a dinâmica desportiva que a Cidade adquiriu é notável, a Câmara levou a cabo mais uma edição das Olissipiadas, os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa têm contribuído para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens e para a união e integração destas na sua Cidade e na sua Freguesia. -----

----- O Programa Municipal de Desporto Náutico Clubes de Mar tem promovido a igualdade de oportunidades no acesso aos desportos náuticos por parte dos nossos jovens e uma maior fruição do Rio Tejo. -----

----- O Dia Mundial da Atividade Física foi assinalado com uma mega aula de hidroginástica em diversas infraestruturas desportivas da Cidade, sob o lema Atividade Física, Eu Faço. -----

----- A Câmara e o Ministério da Educação assinaram igualmente um protocolo que prevê a utilização de pavilhões desportivos de 15 escolas da Cidade por entidades indicadas pela Autarquia como clubes e coletividades. -----

----- E porque também de promoção da saúde se trata, Lisboa tem investido na criação de espaços verdes e na plantação de árvores, reconhecimento disso é o facto de Lisboa ser finalista do Prémio Capital Verde da Europa 2019. Este prémio é o mais importante reconhecimento europeu da política ambiental de uma Cidade, pela primeira vez uma Cidade Portuguesa e do Sul da Europa chegou à fase final da candidatura a este Prémio Europeu, resultado de uma política ambiental que transformou a Cidade nos últimos 10 anos. -----

----- A educação continua a ser uma marca desta maioria que, no âmbito do programa Escola Nova tem reabilitado o parque escolar da Cidade. No passado mês de maio a Cidade passou a contar com mais uma escola, a Escola Básica Maria Barroso, localizada no Largo da Boa Hora, com capacidade para 150 alunos, 50 em jardim-de-infância e 100 no 1º Ciclo. -----

----- Esta escola recebe o nome de uma das personalidades mais marcantes da cultura portuguesa e com um papel de relevo na intervenção política nacional, situada em pleno centro histórico significa um investimento importante para as famílias desta zona da Cidade tão carente de equipamentos educativos. -----

----- Preocupada com as famílias a Câmara assinou ainda protocolos no âmbito do projeto rede de creches, de forma a garantir que as crianças e famílias de uma dezena de IPSS possam usufruir dos serviços e programas municipais já existentes e possam também expor as suas iniciativas.-----

----- Nos direitos sociais, gostaríamos de saudar em especial a sensibilidade da Câmara para as questões da igualdade, a Câmara assumiu-se mais uma vez como o município que promove a igualdade e que reconhece os direitos e a cidadania plena de todas as pessoas, independentemente da orientação sexual ou identidade de género. -----

----- No dia 17 de Maio, Dia Internacional de Luta Contra a Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia foi hasteada a bandeira arco-íris nos Paços do Concelho, um sinal claro do compromisso de Lisboa na luta da defesa dos direitos das pessoas LGBTI.-----

----- No passado dia 17 de Junho, inaugurou em conjunto com a Junta de Freguesia da Misericórdia, o Mural de Homenagem às Vítimas de Homofobia, Lesbofobia, Bifobia e Transfobia no Jardim do Príncipe Real para que quem passe naquele local, saiba que os autarcas, quer da Câmara, quer da Junta de Freguesia da Misericórdia promovem a igualdade e combatem a discriminação. -----

----- A Câmara, a ILGA, a EGEAC e a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior realizaram no passado sábado no Terreiro do Paço, o Arraial Lisboa *Pride*, o maior e mais participado evento LGBTI do País. Foi impressionante ver a maior praça de Lisboa e do País completamente cheia, o Senhor Presidente da Câmara marcou presença e assumiu o compromisso com a causa da igualdade, da liberdade e da diversidade. Não há dúvida de que a Cidade de Lisboa é cada vez mais a Cidade da diversidade e da tolerância!-----

----- A nível da economia e do empreendedorismo a Cidade também tem deitado cartas, decorreu a 6ª edição da Semana do Empreendedorismo de Lisboa, fortemente ligada à nova marca e plataforma digital *May of Lisboa*, que representa e agrega toda a comunidade empreendedora e de inovação da Cidade. Esta iniciativa teve a participação de cerca de 5 mil pessoas e contou com mais de 30 eventos de entrada gratuita, com cerca de 70 parceiros envolvidos. Lisboa afirmou-se mais uma vez como uma das Cidades mais empreendedoras e criativas da Europa. -----

----- A Câmara tem revelado uma preocupação singular com as Lojas Com História, enquanto a Nova Lei do Arrendamento expulsava muitas destas lojas, destruindo o património lisboeta, a Câmara procurava construir mecanismos que protegessem esta importante herança, por isso lançou o Programa Lojas Com História, um projeto que visa preservar as Lojas da Cidade de Lisboa com características únicas a nível da longevidade, da atividade económica, do património e da cultura, trata-se de reconhecer a singularidade de espaços únicos na nossa Cidade e de os legitimar simbolicamente através da criação de uma distinção e através de potenciais apoios e incentivos. Aproveito para saudar as alterações efetuadas à Lei do Arrendamento, tão

solicitadas pelo Município de Lisboa e felizmente acolhidas pelo Governo e pelo Parlamento. -----

----- Destas alterações saliento a proteção especial atribuída às Lojas Históricas, ficando a cargo das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia o reconhecimento das mesmas, uma vez identificadas estas lojas não poderão ser submetidas às regras gerais do Regime de Arrendamento Urbano, pelo prazo de 5 anos. Ao mesmo tempo, os senhorios não poderão opor-se à renovação do contrato por um período adicional de 5 anos. -----

----- Igualmente importante foi o aumento do período transitório de 5 para 10 anos, para que os inquilinos com rendas antigas com mais de 65 anos ou deficiência igual ou superior a 60 por cento e carências financeiras, e é esta alteração dos escalões de rendimento, agora mais justos e compatíveis com a realidade atual. -----

----- O reconhecimento da importância do trabalho dos Bombeiros e da Polícia Municipal é algo que não podemos deixar de referir, o Regimento Sapadores Bombeiros reforçou o corpo de bombeiros profissionais em mais 45 elementos, e a Polícia Municipal viu reforçada a sua intervenção com a integração de 92 elementos e de 40 novos ciclomotores. Foi igualmente inaugurado o novo Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, na Alta de Lisboa, que irá servir as Freguesias de Santa Clara e do Lumiar, aumentando a resposta numa das zonas com mais residentes da Cidade de Lisboa. -----

----- A Reforma Administrativa foi um importante marco na gestão da Cidade de Lisboa, melhorando a eficiência e a eficácia da resposta aos cidadãos. Como forma de assinalar e debater o ponto de situação desta importante reforma, o Município organizou uma Conferência Internacional sobre a Reforma Administrativa da Cidade, este complexo e extenso processo de descentralização de competências é atualmente nacional e internacionalmente um exemplo a seguir, muito ainda há a fazer, mas não há dúvida de que a Reforma Administrativa veio aproximar o poder político dos cidadãos e veio melhorar a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- E nesse esforço de aproximação do Município aos cidadãos foi lançada a Plataforma Na Minha Rua Lx, que permite a qualquer cidadão denunciar problemas relativos ao espaço público através do seu telemóvel ou *tablet*, recebendo sempre *feedback* sobre a resolução do mesmo, cria-se desta forma uma relação direta entre o município e os seus munícipes, uma ferramenta democrática ao serviço de todos. -----

----- A Câmara e a EGEAC organizaram mais uma vez com sucesso o Concurso das Marchas Populares de Lisboa, este importante evento, que enche de orgulho cada um dos bairros e das suas gentes, de louvar o desportivo dispositivo de segurança e os serviços de higiene urbana. Após uma noite de folia em que dezenas de milhares de pessoas encheram a Avenida e os bairros da capital, os serviços da higiene urbana da Câmara e das Juntas de Freguesia não descansaram enquanto não deixaram a Cidade novamente limpa, tendo sido alvo de elogios por parte de estrangeiros e da comunicação social. -----

----- Por tudo isto, o Partido Socialista felicita a Câmara pela construção de uma Cidade mais inclusiva, justa, solidária e empreendedora. Uma Cidade da qual os lisboetas se orgulhem e onde as pessoas são o seu ativo mais importante. -----

----- Senhor Presidente, temos muito orgulho em si e na sua equipa!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Agora tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Silva Santos, do Partido Comunista Português. -----

----- Senhores Deputados, eu creio que já todos terão votado, em todo o caso se alguém ainda não votou agradeceia que o fizesse porque estamos prestes a encerrar as urnas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A pretexto da Informação Escrita do Presidente Abril/Maio foi aberta formalmente a pré-campanha eleitoral, que já tinha de resto a ser desenvolvida pelo Executivo do Partido Socialista. -----

----- A apresentação oral do Senhor Presidente nada, mas mesmo nada teve a ver com a Informação Escrita. Centrando-nos nos pontos apresentados e os principais traços nesta caracterizam este relatório e o que o acompanha em propaganda é, sem dúvida, a pressa e o atropelamento das mini inaugurações, a enumeração repetida, repetida, de eventos e resultados, mesmo dos menos relevantes. -----

----- Também é característico afunilamento para fim de mandato de projetos com implicação urbanística relevante. A manutenção de múltiplos atrasos, nos pequenos arranjos necessários, é notória em toda a Cidade, particularmente na parte periférica. -----

----- As questões de fundo da Habitação, da Mobilidade, e da Economia e do Trabalho continuam em aberto e serão relançadas para o futuro! Estamos em campanha eleitoral, vamos discutir as propostas e soluções para uma Lisboa integradora e com qualidade habitacional, cultural e social. Uma verdadeira Urbe, uma Cidade mais igual, mais humana e mais solidária e que não é compatível com a atual especulação imobiliária e excesso de monocultura do turismo. -----

----- A nossa oposição crítica à política do Executivo foi essencialmente positiva e podemos afirmar que a generalidade das propostas e medidas favoráveis à Cidade e aos lisboetas, a maioria teve o nosso contributo e o nosso apoio ativo. -----

----- A nossa ação em minoria, como é timbre do PCP e dos seus aliados, foi centrada nas ideias e propostas favoráveis aos trabalhadores, aos reformados e aos mais necessitados, que sabemos que estas ideias estas propostas, que no caldo da luta política têm vindo a fazer o seu percurso, têm sim vindo a ser desenvolvidas e não raras as vezes conseguimos que vinguem, fruto do trabalho político institucional e de massas. -----

----- São vários os exemplos de propostas que defendíamos no início isoladamente e que vieram a tornar-se, pela sua justeza, em ideias e propostas adotadas pelo

Executivo. Sem a nossa vigilância crítica muitas problemas e opções políticas erradas para a Cidade teriam sido agravadas. No entanto, não foi possível prevenir nem promover todas as propostas que gostaríamos para a Cidade!-----

----- A Cidade precisa de mais e melhor intervenção, e particularmente lembrando um belo ditado, com o dinheiro disponível e com os meios disponíveis, podemos afirmar de uma forma categórica que teríamos feito mais e melhor, por isso, vamos continuar a lutar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Vamos dar a palavra à Senhora Deputada Cláudia Madeira, do Partido Ecologista “Os Verdes”.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigada Senhora, Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Na apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Os Verdes tencionam abordar os seguintes temas:-----

----- 1. Em primeiro lugar, sobre a prevista construção de um elevador na estação de metro da Baixa-Chiado, apesar de nada ser referido neste relatório, consideramos importante que o executivo se pronuncie.-----

----- Esta estação é uma das mais movimentadas e a mais profunda de toda a rede, tem um total de doze lanços de escadas rolantes que avariam com frequência e durante longos períodos de tempo, pelo que é imprescindível que se construa um elevador que garanta uma efetiva acessibilidade plena aos utentes.-----

----- Não é por acaso que desde que esta estação abriu, em 1998, está previsto um elevador desde o átrio até à superfície, em complemento às escadas rolantes. Mas este projeto nunca avançou e Os Verdes tiveram conhecimento que a Câmara Municipal de Lisboa emitiu um parecer desfavorável à instalação dessa infraestrutura nas Escadinhas do Espírito Santo.-----

----- O executivo não pode andar, por um lado, a defender a acessibilidade plena e, por outro lado, a inviabilizar uma solução que é há muito uma reivindicação dos utentes, além de estar prevista há vinte anos. Por isso, pretendemos saber qual a razão para que a Câmara tenha emitido um parecer desfavorável à instalação deste elevador e se está a ser equacionada outra solução que sirva a população.-----

----- Importa ainda relembrar que Os Verdes apresentaram em Fevereiro de 2015 uma recomendação precisamente sobre este assunto e que foi aprovada por unanimidade. Se o executivo passou a ter outro entendimento, seria importante que informasse esta Assembleia.-----

----- 2. Em segundo lugar, e mais uma vez, não encontramos uma única referência sobre a remoção de amianto. Perante esta ausência de informação, gostaríamos que o executivo nos informasse se durante o período compreendido por este relatório nada foi feito no sentido da resolução deste problema na cidade.-----

----- 3. Um terceiro aspeto, passando às questões da habitação e concretamente sobre o Programa de Renda Convencionada, diz-nos o executivo que desde o início do ano foram atribuídos 19 fogos. Ora, isto nem chega a quatro casas por mês. -----
----- Se em cada edição há dez casas disponíveis para milhares de candidaturas, o que espera o executivo para mudar a política de habitação em Lisboa? Como espera resolver os problemas graves de habitação com uma capacidade de resposta mínima? ---
----- O Programa de Renda Acessível, apesar de todos os anúncios, atribuiu zero casas e assim continuará durante os próximos tempos. Apesar de todas as promessas aquando da tomada de posse do Sr. Presidente da Câmara, Lisboa continua a ter um défice significativo de habitação. Era importante que o Sr. Presidente não se esquecesse deste número – zero – quando faz balanços do trabalho feito, ou melhor, por fazer. -----
----- Esta maioria não leva o direito à habitação a sério e agravou o problema da habitação. Por um lado, temos a Câmara a optar por privilegiar o investimento de especuladores no centro da cidade, o que favorece a expulsão das pessoas que cá viviam, e por outro lado, não toma as medidas necessárias a garantir um direito constitucional. -----
----- Não chega identificar o problema, é preciso resolvê-lo. Uma solução passa por a Câmara não vender o seu património para especulação imobiliária, e disponibilizar mais casas. É preciso menos propaganda e mais casas para as pessoas. -----
----- 4. Na Direção Municipal de Estrutura Verde, Ambiente e Energia, encontramos indicação de que terão sido removidos os revestimentos e as estruturas degradadas do edifício do antigo Restaurante Panorâmico de Monsanto. Perante isto, já há mais alguma informação sobre a requalificação deste espaço ou vamos continuar a andar de anúncio em anúncio, sem nada acontecer? -----
----- Ainda sobre o Parque Florestal, e perante o dantesco panorama de fogos florestais que dramaticamente assola o País, Os Verdes estranham o seguinte: -----
----- O mapa de pessoal de polícia florestal municipal contempla 82 lugares. Porém, destes, apenas 28 estão preenchidos, fazendo turnos e tendo de atender aos apelos em todos os parques, quintas e jardins da capital, seja na Bela Vista, nas Conchas e Lilases ou no José Gomes Ferreira, como aconteceu há dois fins-de-semana. Senhor Presidente, perante isto que medidas já foram tomadas para reforçar o número de efetivos? -----
----- Gostaríamos também de saber que medidas foram já aplicadas no sentido de minimizar os riscos de incêndios nas áreas sob regime florestal da responsabilidade do município. -----
----- 5. Depois, na página 32, na informação da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, é referida uma Carta de Solos Contaminados, adiantando-se que se está a fazer o tratamento dos dados disponíveis. -----
----- Sendo este um assunto que tem merecido grande atenção por parte de Os Verdes, por ser preocupante para os municípios, gostaríamos de saber em concreto em que consiste esta carta e que medidas serão tomadas com base no resultado desse levantamento. -----

----- 6. Por fim, o Senhor Presidente deve ter-se equivocado porque parece que acabámos de assistir a uma sessão de campanha eleitoral. Mas a verdade é que estamos a apreciar a Informação Escrita. Diz a introdução deste relatório que “importa levar ao conhecimento da Assembleia Municipal de Lisboa a informação escrita respeitante ao período compreendido entre Abril e Maio”. Parece que sobre isto pouco ou nada o executivo tem a dizer e o Senhor Presidente decidiu querer transformar esta Assembleia Municipal num minicomício, obviamente apenas aplaudido por uma bancada.-----

----- Mesmo assim, no balanço que fez aqui esqueceu-se de falar dos problemas de mobilidade, de habitação, da expulsão de pessoas da cidade, entre muitos outros. -----

----- Mais do que balanços, mais do que propaganda, é preciso falar das pessoas, para as pessoas, cara a cara, e acima de tudo resolver esses problemas. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, eu creio que estamos a chegar, em termos de votação no voto secreto que está a decorrer no *foyer*, eu penso que já todos os Senhores Deputados terão votado, pelo que eu vou mandar encerrar as urnas e pedia uma, já tenho um escrutinador voluntário, a Senhora Deputada Florisbela Pinto, pergunto se mais algum Senhor Deputado se oferece para escrutinador, para termos dois escrutinadores. -----

----- Aqui deste lado se alguém se oferece? A Senhora Deputada Ana Páscoa. Então agradecia que dessem indicações aos serviços para encerrarem as urnas e as duas Senhoras Deputadas vão fazer a sua parte. -----

----- Entretanto eu também pedia aos serviços que avisassem os Senhores Deputados que estão no bar, que é altura de voltarem à sala, porque, neste momento também já estamos sem quórum, estamos com o quórum de funcionamento, mas não temos quórum de deliberação na sala, sabendo eu que os Senhores Deputados estão cá, porque agora mesmo acabámos de contabilizar 54 Senhores Deputados que votaram, portanto, estão cá, não estão aqui na sala, portanto, vou pedir para o chamarem para a sala e vamos prosseguir.-----

----- Quem tem a palavra agora é o Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN. -----

----- A Mesa informa que termina com a intervenção do Senhor Deputado Miguel Santos a 1ª volta e temos dois Senhores Deputados inscritos para a 2ª volta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Público em geral e Imprensa. -----

----- Este ritual das Informações do Senhor Presidente é sempre útil, mas nalgumas alturas fica um pouco, um pouco confuso. Eu digo confuso, porque mais do que a referir as questões da informação, estivemos aqui a falar sobre, digamos, um resumo, uma avaliação do Mandato e por isso eu se calhar, iria fazer também uma mistura das duas coisas.-----

----- Relativamente às questões que nos são caras eu queria dizer que algumas começaram de forma bastante positiva no início do Mandato, mas a foram-se perdendo pelo caminho, não sei se essa falta de gás, de ânimo, porque é que terá acontecido, mas o que é facto é que nas nossas várias causas as coisas foram esmorecendo. -----

----- Tivemos um Regulamento Municipal do Animal, que nunca chegou a sair a do papel, várias reuniões que não deram em nada. Uma tentativa de servir de base para um regulamento feito exclusivamente pela Câmara que foi rejeitada pela maioria.-----

----- Relativamente a recomendações que fizemos passar tivemos O Pombal Contracetivo, que foi aprovado e que depois passaram um ou mais anos, já não me lembro bem, até que fosse feito um pelo Orçamento Participativo e, entretanto, continuamos a ter, portanto, os pombos da Cidade a serem capturados, como nos diz a Informação Escrita e só neste último relatório tivemos mais 1592 pombos, que tiveram certamente um triste fim. -----

----- Relativamente à Casa dos Animais sabemos que há necessidade ou de a expandir ou de protocolar cooperação com outras entidades e que isso falou-se a meio do Mandato, mas ficou em “banho-maria”, não se avançou e, neste momento, há digamos, uma situação de bloqueio que nem, portanto, a Casa do Animal tem capacidade para receber todos os animais que lá chegam, nem existem outras facilidades para que isso possa acontecer. -----

---- Eu queria referir que na descrição do que se passou na Casa do Animal de Lisboa existe uma consistente falta de descrição relativamente às espécies, apenas são referidos canídeos e felídeos e depois diz-se “12 outras espécies”, como se não fosse relevante saber o que é que a Câmara faz relativamente a outros animais que não canídeos e felídeos.-----

----- Ainda na questão dos animais, queria referir que relativamente ao CRAS finalmente foi aprovado, foi aprovado um estudo prévio, mas este estudo prévio anda para ser aprovado também há anos. O que é que se pode esperar relativamente ao CRAS e a desenvolvimentos? -----

----- Relativamente à questão dos 39 animais que deram entrada no CRAS e que não se encontram em recuperação, nem foram libertados, o que é que lhes aconteceu? Foram encaminhados para outras entidades, porque é que a taxa de anilhagem é apenas 80 por cento? -----

----- Na questão dos espaços verdes, em menos de um mês, o seu Presidente referiu em duas súmulas de mandato, num caso que foram inaugurados 90 hectares de novas áreas verdes e ainda ontem, no dia 26, anunciou que foram, portanto, inaugurados 200 novos espaços verdes, hectares de novos espaços verdes. Era bom que tivéssemos uma referência única para saber exatamente qual o número correto ou se estamos a falar de coisas completamente diferentes. Destes espaços verdes convinha saber o que é que são 200 hectares de espaços verdes? É um novo parque florestal miniatura? Ou o que é que compõem 200 hectares de espaços verdes? -----

----- Depois queria também referir a questão da saúde, que é uma questão que também nos preocupa e que tivemos aprovada uma Moção nesta Assembleia, relativamente à proteção ambiental para que a Assembleia da República declarasse uma Zona ECA de

proteção para os navios que andam a libertar a partículas, toneladas de partículas na costa portuguesa. Nós referimos na altura e essa Moção referia que era preocupante aquilo que se iria passar com a abertura do terminal de cruzeiros que trará mesmo ao centro de Lisboa essa libertação de partículas cancerígenas e que era urgente que isso fosse declarado. A pergunta que eu faço é: desde a declaração de Zona ECA, há mais de um ano, que diligências é que o Senhor Presidente da Câmara fez junto do Governo para que a Zona ECA fosse finalmente declarada?-----

----- Nós fizemos na Assembleia da República algumas diligências, mas não surtiram efeito. Quais as diligências que o Executivo Municipal fez também para a defesa dos cidadãos e da sua saúde? -----

----- Houve evidentemente coisas muito positivas e ninguém pode dizer que o PAN não aponta todas as coisas positivas que são feitas, fomos regularmente fazendo isso, porque achamos que é de justiça assim fazê-lo, mas existem muitas coisas negativas, como algumas das que eu referi, que não foram feitas. Aquilo que eu queria, Senhor Presidente, ainda vai a tempo de resolver problemas graves como alguns dos indicados, e outros, e gostaria que nos surpreendesse, para bem de todos e pelo bem de Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Vamos entrar e então agora na 2ª volta e tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro, do Partido Comunista Português.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadoras, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Queremos colocar 4 questões ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira tem a ver com o Hospital da Luz e com as obras de atravessamento do subterrâneo. Nós fizemos o requerimento há meses a Câmara Municipal, ao Senhor Presidente sobre este assunto e apresentámos aqui uma Proposta que foi aprovada por unanimidade. -----

----- No requerimento, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que não foi o Senhor Presidente que assinou, foi uma pessoa do gabinete, sucintamente sobre esta questão do atravessamento subterrâneo e à superfície também de espaço público, tanto na frente da obra do espaço onde foi destruído o melhor equipamento dos Bombeiros, o melhor Quartel, o mais moderno, como nas próprias traseiras e foi necessário, porque era uma resposta muito sucinta ao requerimento, apenas evocando legislação para as autorizações, foi necessário insistir numa visita de 3ª Comissão ao terreno e foi aí nessa visita que todos nós verificámos que são mais de mil metros quadrados, atravessados em subterrâneo e no espaço superior, portanto, público, à superfície e vemos efetivamente aquilo que são os túneis, vimos de longe do próprio Hospital, do 4º. Andar, mas deu para verificar que há ali, digamos, muito espaço público municipal atravessado, que servirá, são notícias que surgem, também o próprio Continente e o Colombo. -----

----- Obviamente que haverá aspetos positivos e haverá aspetos negativos e haverá o pagamento, digamos assim, de mensalidades ou anualidades do Hospital da Luz, daquela estrutura imensa do ponto de vista financeiro, que não é só o Hospital da Luz, e que beneficia obviamente a utilização do espaço. Pode haver aspetos benéficos e com certeza que haverá, nas traseiras, na entrada das viaturas para os subterrâneos e para os parques, mas, na realidade, a Câmara deveria ter mandado uma informação mais completa sobre estes aspetos e não mandou. -----

----- E nessa visita nós considerámos que efetivamente era necessário esclarecer tudo isto. Vamos ver como é que é a 3ª Comissão desenvolve os seus trabalhos, mas gostaríamos de trazer aqui esta nota que realmente é muito espaço, são muitas facilidades e, obviamente, têm que ter as contrapartidas necessárias em relação ao Município. -----

----- A outra questão tem a ver com o Metro, com o Metropolitano, ainda hoje à hora de almoço a Linha Azul estava com uma enorme avaria na sinalização, estava completamente parada e acumulam-se as pessoas nas estações à espera do Metro que nunca mais aparecia. -----

----- Está anunciada e vai ser efetivada o encerramento da estação de Arroios, de 18 para 19 de Julho, nós gostaríamos de realmente questionar a Câmara no acompanhamento do processo. A previsão de obras será de 2 anos, que a Câmara acompanhe, digamos a reabertura desta estação, que é fundamental ali numa zona da Praça do Chile, na Morais Soares, de toda uma zona que serve a Cidade e que vai com este encerramento de 2 anos, previsíveis mas a averiguar e a Câmara dirá o que sabe ou não, mas realmente de que vai ser muito duro para aquela zona, embora todos nós possamos passar a beneficiar de 4 carruagens em vez das 3, e então na Linha Verde é terrível, é terrível viajar ali. -----

----- Uma outra questão tem a ver ainda com o turismo, turismo não é só turismo em Lisboa, Senhor Presidente da Câmara, o turismo foi a alternativa que nos deixaram, a serventia, a toalha na mão, o atendimento dos estrangeiros, etc., tem os aspetos que tem, desenvolvimentos positivos, a região de Lisboa rapidamente nos anos 90 ainda ultrapassou o Algarve em desenvolvimento turístico, isso foi benéfico, defendeu-se o património, mas hoje a situação é, sendo benéfica em muitos aspetos económicos, é muito prejudicial em termos de identidade e em termos da nossa vida aqui nesta Cidade! -----

----- Desde logo no aluguer das casas, no alojamento local, na expulsão de cada vez mais habitantes da Cidade de Lisboa e o impedimento da vinda de jovens e famílias para a nossa Cidade. O Senhor Presidente falou dos 5 ou 6 mil milhões de euros, em que beneficiamos, mas não falou do que é que a Câmara pensa fazer para criar condições de realmente não acontecer este dramático suicídio, auto suicídio da Cidade de Lisboa em relação à sua identidade e até à qualidade de vida, digamos, que nós tínhamos, na Baixa nos locais que gostávamos de fruir e de viver. -----

----- Depois a questão dos Bombeiros, o Senhor Presidente falou da integração de 48, serão 45 recrutadas que ficaram, mais um novo recrutamento de cem dos quais ficarão não se calhar a totalidade, mas as vagas são 300, cerca de 300 e, portanto, obviamente

que gostaríamos de que se trabalhasse no sentido de preencher um quadro que tem décadas, tem anos, muitos anos de vazios de Bombeiros.-----

----- Senhora Presidente, esta questão é que não ajuda nada! Dos Senhores Deputados virem falar com os Senhores Vereadores, eu agradecia e logo aqui perante a tribuna, realmente agradecia que houvesse alguma atenção em relação às intervenções que são feitas, não faz sentido.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador Carlos Castro e o Senhor Deputado João Magalhães Pereira, está a ser pedido que não façam essa interrupção!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Finalmente depois destas questões, Senhor Presidente da Câmara, uma questão que tem a ver com a escrita da Informação do Senhor Presidente. Refere-se a determinada altura, Jardim e Parque Hortícola Aquilino Ribeiro Machado e refere-se a Aquilino Ribeiro Machado, como o 1º Presidente da Câmara Municipal, é uma nota histórica. O 1º Presidente eleito que foi efetivamente Aquilino Ribeiro Machado, mas o 1º Presidente da Comissão Administrativa do processo de democratização, e eu participei nesse processo, Senhor Presidente, com o Governo Provisório e com o próprio MFA, foi o Engenheiro Caldeira Rodrigues, pai, como sabem, de Maria João Rodrigues, Deputada Europeia do Partido Socialista, etc., etc., e convirá ter respeito por aqueles que logo no 25 de Abril deram as suas capacidades para realmente se democratizar, para finalmente criarmos condições para a eleição das Câmaras, das Juntas de Freguesia, portanto, devemos ter isso em conta e valorizar realmente um homem que foi um homem muito sério e competente e que ajudou a criar outra Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, temos o último Senhor Deputado, aliás, Senhora Deputada Sofia Rocha, se faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa tarde a todos. -----

----- Começo por dizer que o Senhor Presidente da Câmara foi bastante inexato numa série de coisas, a primeira foi aqui numa referência que fez logo no início da intervenção quando passou do ano de 2013 para o ano de 2017 como se não tivesse havido 2015 pelo meio, e que foi que pintou de negro o quadro de 2013, com um grande desemprego e situação bastante difícil para os portugueses, que é verdadeira, esqueceu-se de dizer é que tinha havido um resgate em 2011 e esqueceu-se de dizer quem é que o tinha pedido e depois, esqueceu-se de dizer que em 2015 o Partido que governava Portugal sob a égide da *Troika* foi eleito em eleições e ganhou eleições, portanto, não passámos precisamente de 2013 para 2017. -----

----- Quanto à questão do mandato e do balanço, nós não tivemos só aqui a fazer um balanço, Senhor Presidente, nós tivemos a fazer, o Senhor Presidente fez um balanço e muitas promessas eleitorais. -----

----- Quanto ao balanço, ele é um balanço dos seus 2 anos de mandato, mais os 2 anteriores de António Costa, mais os 6 anteriores, ou seja, nós estamos aqui a julgar 10 anos de Executivo Socialista e recentemente coligado com os Independentes em Lisboa. -----

----- Quanto ao mandato destes 4 anos, 2 de António Costa e 2 seus, o balanço é claramente negativo, mas quanto àquilo que se passou no início do seu mandato, eu recordo-me que o seu primeiro ato teve lugar no dia 6 ou 7 de Abril de 2015, e foi a uma escola, foi o seu primeiro ato, e foi dizer “que a paixão era a educação”. Anda um bocadinho sumida, eu tenho o recorte, posso-lhe mostrar, eu recordo-me, disse que tinha ido a uma escola, são um erro na Ajuda, porque era a grande aposta para o seu mandato, isto aconteceu no dia 6 ou 7 está nos jornais. E por essa altura fez também umas declarações que para o seu mandato “queria mais pessoas, mais Tejo e melhores contas”, era isso que queria! O balanço deste mandato é um balanço de endividamento, de venda de património e de mais taxas e impostos. -----

----- É verdade que chamaram ao endividamento Plano de Investimento, mas é um contrato de endividamento com o Banco Europeu de Investimento. É a endividamento e, quando eu digo que é endividamento, não é o PSD só que está a dizer, o Tribunal de Contas disse exatamente a mesma coisa, porque depois a Assembleia Municipal foi obrigada a assinar um outro contrato que previa um corte de financiamento de endividamento para metade. -----

----- Quanto às taxas, o Senhor Presidente, agora candidato desde ontem, aqui veio dizer que a paz a Proteção Civil, etc. e ligou-a inconscientemente e sub-repticiamente à tragédia que aconteceu em Portugal, também se esqueceu de dizer que esta mesmíssima taxa de Proteção Civil contra a qual o PSD se manifestou desde a 1ª hora foi julgada pelo Senhor Provedor de Justiça, que não é uma pessoa qualquer, merecedora de dúvidas, o suficiente para a enviar para o Tribunal Constitucional, onde ainda está, portanto, o balanço é de endividamento, de venda de património, não esqueçamos os que já foram alienados 500 milhões de património nos quais, como dizem sempre, estão também os terrenos do aeroporto, aliás, decorre neste momento e as pessoas tendem a esquecer-se uma a hasta pública cujo dia de entrega de Propostas vai ser no dia 14 de Julho, mais uma das muitas que já foram feitas por esta Câmara para mais uma venda de património, o preço base desta vez, são 14 milhões, depois de termos há muito pouco tempo alienado grande parte daqueles terrenos da Praça de Espanha. -----

----- Portanto, o Senhor Presidente fez aqui um balanço e quanto a esse balanço esqueceu-se de falar nalgumas coisas, esqueceu-se de fora da 2ª Circular. Esqueceu certamente! A 2ª Circular foi anunciada com pompa e circunstância, foi retirada numa noite de nevoeiro, nunca mais apareceu. -----

----- O Metro era para ser do Município até setembro de 2016, desapareceu quando o Autarca de Loures disse que não era nada conveniente que o Metro passasse para Lisboa. -----

----- A Carris de que de que falou e que é um tema preponderante nas últimas Informações Escritas, a Carris que vai endividar a Câmara Municipal, não obstante o Senhor Presidente ter conseguido chutar para o Estado Central o complemento das reformas de 10 milhões de euros por ano, dos trabalhadores da Carris, ainda assim vai endividar em muitíssimo o Município, aqueles 15 milhões que a EMEL já tratou de dar ao Município não vão chegar. A EMEL vai-se pôr a fiscalizar, como já foi anunciado dia e noite, 24 horas por dia e no dia em que a EMEL deixar de conseguir e os lisboetas deixaram de conseguir pagar a Carris através da EMEL vai surgir outra coisa qualquer, porque nada vai vedar a Carris, como é evidente!-----

----- Quanto à EMEL foi tornada nesta máquina de confisco, as pessoas atualmente pagam uma renda para viverem numa casa e uma renda para estacionarem o carro, ou à porta de casa ou à porta do trabalho, é preciso uma renda para o carro. Não obstante o Senhor Presidente falar nos parques, nas soluções, nas mobilidades, a situação que as pessoas atualmente, é um carro e não sabem o que é que hão de fazer, até porque, como sabemos todos, temos essa experiência, há mais dísticos de moradores do que há lugares para pôr o carro. -----

----- Quanto à Feira Popular a Feira Popular é um dos maiores logros deste mandato, foi à praça duas vezes, das duas vezes o Senhor Vereador João Paulo Saraiva disse tinha, não disse paletes nem resmas, mas disse que tinha dezenas de interessados, viu-se! Viu-se! Foi duas vezes à praça, não foi vendida, aliás, aquela ideia peregrina do Primeiro-ministro António Costa trazer para a que a Agência do Medicamento chegou a ser veiculada nos jornais, que era para pôr nos terrenos da Feira Popular para disfarçar o tamanho do embuste e do desaire, porque ele fez a reversão que fez e deu mau resultado, as contas estão como sabemos! Duas tentativas de vender aquilo e não conseguiram e agora punha-se lá a Agência do Medicamento para fingir que não se tinha passado nada.-----

----- Quanto ao Capitólio são 40 milhões de euros do erário público lá enfiados, anda-se a oferecer o Capitólio a todo o promotor da Cidade ninguém o quer, os promotores não querem porque aquilo tem custos exorbitantes, que é um custo que os operadores dizem de abrir as portas cada noite, é insuportável, e a Câmara usa o Capitólio onde enterrou 40 milhões de euros para fazer atos de propaganda privada e eventos privados e chama os promotores da Cidade, para lhes oferecer aquilo a meia dúzia de patacos e ninguém quer e então lá 40 milhões enfiados! -----

----- Quanto ao Pavilhão Carlos Lopes, onde eu estive com muita honra e muito gosto no dia da abertura, porque eram os 70 anos do nosso grande atleta, eu achei que o problema estava resolvido, fiquei boquiaberta quando o mês passado o Diretor-geral da Associação Turismo de Lisboa dá uma entrevista que eu li ao Negócios e que diz assim: “o Pavilhão Carlos Lopes é muito engraçado mas não serve para nada. Lisboa continua a precisar de um grande pavilhão para eventos, o Carlos Lopes não serve.”, fiquei boquiaberta, até pelo Senhor tem tido responsabilidades ao longo dos anos, não

é? Então para que é que foi tão investimento do Carlos Lopes? O Diretor geral poderá explicar? Eu não consegui! -----

----- Quanto ao Plano de Drenagem, quanto ao Plano de Drenagem, tem graça, porque ao longo destes mandatos todos, de cada vez que cai um pingão, de cada vez que chove, quando chove um bocadinho mais o Vereador José Sá Fernandes dá uma conferência a dizer “é desta que o plano avança”, basta chover! Chove, Sá Fernandes dá uma conferência de imprensa! O Plano nunca saiu do papel, foi sendo adiado e agora, desta vez vai ser feito, vai e vai porque se pediu dinheiro emprestado ao BEI. O Plano de Drenagem está lá, assim como está este investimento que é endividamento para os Bairros Municipais, mas também lá está aquilo que o Tribunal de Contas obrigou a Câmara a fazer, que eles não queriam, o Tribunal de Contas disse assim “ isto vai para trás e os Senhores agora expliquem em que projetos é que querem meter o dinheiro” e foi quando vieram os projetos que nós vimos! Até passadeiras lá tem, pede-se dinheiro emprestado para pintar passadeiras, basta olhar para o anexo! É que é Plano de Drenagem, os Bairros Municipais, tudo muito bem, a regeneração urbana, tudo bem, Uma Praça em Cada Bairro, também lá está! As obras no Eixo Central também lá estão, está lá tudo, tudo e, portanto, os 500 milhões que se arrecadaram em venda de património afinal serviram para quê? Não foi para o Plano de Drenagem, pese embora, para pagar a dívida?...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Vereadores, desculpem mas não podem dar apartes. Não pode dar apartes Senhor Vereador.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ Então muito bem! Então se é assim, se é para pagar a dívida e depois se vai pedir dívida ao BEI, expliquem lá como é que o Senhor Presidente da Câmara diz que as contas estão melhores? Paga-se de um lado e vai-se pedir emprestado no outro! Não consigo perceber, não consigo perceber! -----

----- Quanto ao Plano de Drenagem vai avançar, mas é errado estarmos aqui a analisar isto como o balanço, não avançou, não existe. Foi agora aprovado, porque o BEI dá o dinheiro, por isso é que na Câmara foi aprovado! -----

----- Bom, quanto à questão do Turismo, como é óbvio que o Senhor Presidente disse e com razão, fonte de receitas importantíssimas para a Cidade e para o País, dinamizador da economia, revolucionou a Cidade, tudo isto é verdade, os custos são, como é evidente, a classe média lisboeta convertemo-nos ao turismo, eu não partilho da visão catastrofista do PCP, mas há consequências na atuação deste Executivo, temos é que ser sérios na análise, é Turismo, sim senhor, é Turismo, mas tornou-se uma Cidade cara, a Madonna vem cá e acha barata, é normal! Nós achamos cara, não é? Portanto, há danos colaterais por assim dizer, os danos colaterais são a classe média lisboeta que não pode cá viver, não vale a pena fugirmos da questão.-----

----- Já outros Partidos levantaram a questão, aliás, a Deputada Cláudia Madeira disse uma coisa, as pessoas fazem um ar distraído, mas ela tinha toda a razão, quer dizer,

porque quanto à Renda Convencionada os últimos números, as últimas casas que foram, foram 10,10, 10 casas em Renda Convencionada, isto não é normal! -----
----- Quanto aos milhares de casas que hão de aparecer são exatamente iguais aos milhões de carros que haviam de passar nas autoestradas em PPP, milhões! -----
----- Estes terrenos, o primeiro, o primeiro, agora esta Rua de São Lázaro, estamos à espera de ver que construtores é que vão aparecer para construir aqueles prédios que nenhum privado no seu juízo perfeito, a menos que a Câmara lhe dê muito dinheiro, vai fazer, porque com uma Cidade inteira, com uma Cidade inteira a vender e a comprar quem é o construtor civil, mostrem-me um que está interessado em ir ao banco pedir dinheiro fações que vão render um terço do rendimento disponível, não há ninguém! A menos, a menos que se faça umas pelas outras, e que uma mão lava a cara e as duas, enfim, sabem como é que funciona, não é? Que é de repente há uns ajustes diretos, esquisitos, que ninguém sabe explicar, vamos ver se esse pessoal dos ajustes diretos não parece muito interessado em fazer casas nestas circunstâncias! Vamos aguardar! Isto sobre a Renda Acessível, porque há de haver milhares, milhares de casas, agora está aberto o primeiro concurso para Renda Acessível, não há uma única casa, aliás, o Deputado e agora Candidato Ricardo Robles diz isso muitas vezes, é casas, casas, casas não há e com sorte lá para 2021. -----
----- Bom, ainda sobre a questão social e não obstante o grande empenho do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e sobre a situação das pessoas Sem-abrigo em Lisboa, os últimos números e penso que todos os partidos e todas as forças políticas estão de acordo nisto, ainda são maus, as pessoas Sem-abrigo a viver em Lisboa ainda são cerca de 400. São os números oficiais, é preocupante, isto tem de ser revisto. -----
----- Duas notas finais, uma para congratular este foi o 1º Mandato da Reforma Administrativa e penso que toda a gente estará de acordo, que é globalmente positiva, houve na base um entendimento político alargado, que ultimamente não tem existido para coisíssima nenhuma. -----
----- A nota final vai para a demagogia, a demagogia, o Senhor Presidente, agora candidato referiu-se à demagogia, eu não ia dizer nada se ele não tivesse dito, se não falasse na demagogia, mas ontem, o Senhor Presidente da Câmara no 1º ato inaugural não é e nas promessas, estive atenta, estive atenta! Nas promessas disse uma coisa, não é nova porque o argumento já tinha sido ensaiado pelo Vereador, Senhor Vereador Manuel Salgado, e portanto, não foi completamente novo, mas eu achei que aquilo ia ficar por ali, mas não ficou, e então é o seguinte: Lei das Rendas. A Lei das Rendas tem as costas largas! A Lei das Rendas tem sido usada como desculpa política para tudo aquilo que sucedeu aqui em Lisboa, a Lei das Rendas não tem culpa nenhuma que o Senhor Presidente da Câmara seja também o Presidente da Associação de Turismo e na sua dupla condição autorize aos 20 hotéis por ano! A Lei das Rendas não tem culpa, não tem culpa nenhuma, mas o que é que aconteceu? O Secretário de Estado deste Governo que já lá leva 2 anos, é uma pessoa moderada, razoável, que sobre a Lei das Rendas deu uma entrevista ao Expresso de 25 de Março que disse: “foi ótimo, a situação anterior era calamitosa, Lisboa estava a cair aos bocados, portanto, nós agora vamos rever a Lei, não vamos mudar grande coisa, um ou outro acerto”. Este Governo

apoiado na maioria que tem na Assembleia da República teve uma oportunidade única de voltar ao congelamento das rendas. Ideia defendida em parte pelos partidos da extrema-esquerda que também suportam este Governo e teve a possibilidade de paralisar outra vez o arrendamento e de voltámos ao congelamento das rendas, e o que é que este Governo, o que é que esta maioria fizeram na Assembleia da República? Não fizeram nada disso! Reviram-na pontualmente nalguns aspetos e ela ficou como estava, com uma pontual revisão! No essencial aquilo que tinha acontecido, que era que a liberalização das rendas manteve-se, mas há muita falta de seriedade quanto em relação à questão da Mouraria o Senhor Vereador Manuel vai à Mouraria e perante o aperto das famílias que estão na iminência de ser despejados diz “Aqui d'el rei, culpa da Lei das Rendas”! Qual Lei das Rendas? Qual? Esta que acabaram de rever? É dessa? Então porque é que não reviram, porque é que não congelem novamente as rendas? Porque é que não as congelam? Onde é que está a coragem política? Congelem-nas, congelem-nas, não congelaram e continuam a usar uma desculpa de mau pagador, ontem, o Presidente Fernando Medina e agora candidato, vem dizer que “a Lei das Rendas cria muita instabilidade nas pessoas, vamos propor o Governo outra coisa”, vamos propor? Acabaram de rever a Lei! Em dois meses vão propor o quê? O congelamento das rendas? É que se vão propor, têm de avisar as pessoas ou aquilo era pura demagogia? Era pura demagogia, Senhor Presidente, dizer que vai propor ao Governo contratos à antiga e por tempo indeterminado? Isto não é demagogia, isto é do pior que se tem visto, é um mau sinal para a campanha! E assim termino, muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Só para sua informação as alterações à Lei do Arrendamento Urbano não foram da iniciativa do Governo, foram da iniciativa dos Grupos Parlamentares, o Governo não apresentou nenhuma Proposta de Lei, é só uma questão de correção, de rigor, não há nenhuma Proposta de Lei do Governo, houve projetos de lei dos Grupos Parlamentares e, por acaso, nem houve nenhum do Projeto de Lei do Partido Socialista, foram de outros partidos que apresentaram projetos de lei na Assembleia da República, é só por uma questão de rigor. -----

----- O Senhor Presidente tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente e Senhores Deputados. -----

----- Permitam-me que inverta a ordem das respostas e começo precisamente pela Deputada Sofia Vala Rocha, que tem o condão de fazer uma intervenção, com cerca de 10 pontos, em 10 assuntos diferentes e com condão, é que consegue não acertar um único, um único!-----

----- Não há um ponto da intervenção da Deputada Sofia Vala Rocha que tenha qualquer aderência com a realidade, nem sequer aqueles que só dependem de confirmação factual. -----

----- Começamos, o balanço negativo, claro não estava à espera que o aplaudisse, mas que caracteriza como o balanço do endividamento da venda de património e das taxas. Senhora Deputada, este Executivo iniciou funções em 2013 e continua um processo de redução do endividamento da Câmara de Lisboa sem precedentes! A dívida da Câmara de Lisboa e das Empresas Municipais era em 2007, de 1.130 milhões da Câmara, mais 117 milhões das Empresas Municipais, é hoje, nas contas de 2016, 560 milhões da Câmara Municipal e 77 nas Empresas Municipais. Neste Mandato, só neste Mandato, nos últimos 4 anos, reduziram-se 83 milhões de euros na dívida da Câmara Municipal de Lisboa, qualquer pessoa, qualquer Técnico Oficial de Contas do PSD lhe pode confirmar aquilo que lhe estou a dizer, significa que em 4 anos, significa, peço desculpa, que ao longo de 10 anos, desde 2007 até agora, desde que esta Maioria PS+ tomou conta da Câmara que estava falida e em desgoverno institucional, a Câmara Municipal de Lisboa reduziu a dívida em 609 milhões de euros e se a Senhora Deputada não tem de memória o número, eu digo-lhe que isto é uma redução superior a 2 Aeroportos de Lisboa. Redução da dívida em 609 milhões de euros, a Senhora Deputada chegar aqui e dizer que a dívida aumenta é algo perfeitamente notável, notável! Porque assegura-se, aliás, ao nível das notícias falsas que circulam pela Internet e hoje muito em voga nos *media* norte-americanos, porque verdadeiramente a dívida diminuiu. O que é que a Senhora Deputada tem dificuldade em compreender e dificuldade em compreender? Tem dificuldade em compreender como é que a Câmara pode pedir um crédito e ao mesmo tempo reduzir a sua dívida! Eu explico-lhe, eu explico-lhe Senhora Deputada, nós podemos anualmente, a Câmara de Lisboa, senão fizer nada, se não fizer rigorosamente nada, a Câmara de Lisboa amortiza anualmente 70 milhões de euros do seu serviço da dívida, estamos obrigados contratualmente, temos contratos de créditos uns que vêm muito lá detrás, outros que vêm médio tempo, nós anualmente amortizamos 70 milhões de euros da nossa dívida, se nada fizermos isso acontece! -----

----- Significa que, se não fizermos nada, volta ao exercício, se não alienarmos mais patrimónios, se não comprarmos mais património, se não tivermos receitas extra, se não tivermos nada, 70 milhões de euros é quanto a dívida reduz todos os anos. Significa que se contrairmos um crédito e que use esse crédito em 70 milhões por ano, chegarei ao final do ano e a dívida da Câmara não aumentou! É isto que a Senhora Deputada não conseguiu ainda perceber sobre o acordo quadro do BEI, é que o acordo quadro do BEI é uma linha de crédito, que nos permite utilizar, que só a dívida quando é utilizada para investimento e que só aumentará a dívida da Câmara se for usada para investimento num volume tal que seja superior àquilo que a Câmara anualmente reduz. -

----- Oh Senhora Deputada, peço-lhe desculpa, a Senhora Deputada pode trazer aqui todos os temas, mas trazer o tema das Contas da Câmara de Lisboa, que passaram da situação de uma Câmara falida, para uma situação que anualmente reduz a sua dívida e reduz o seu passivo e tem as melhores contas dos últimos anos de sempre pelo 3º ano consecutivo, Oh Senhora Deputada, não é propriamente de uma grande habilidade política! -----

----- E mais Senhora Deputada, nós não só reduzimos a dívida como nós reduzimos as contingências que a Câmara tinha, o passivo da Câmara é composto por 2 grandes rubricas, a dívida que é efetiva, contratada, e as contingências, aquilo que não é a dívida mas que pode haver a probabilidade de vir a ser, em síntese, os nossos processos judiciais, as nossas heranças, os nossos de tesourinhos deprimentes que ao longo dos anos se acumularam na Câmara de Lisboa Eu fui sempre dando nota a esta Câmara dos vários acordos e entendimentos que foram sendo feitos na redução dos riscos sobre a Câmara de Lisboa e é por essa razão que o passivo da Câmara de Lisboa diminuiu de 2009 para 2016 em 823 milhões de euros. 823 milhões de euros, Sabe que é que é igual a isto em Aeroportos, a conta? Três Aeroportos, os 3 Aeroportos e só neste Mandato, a redução do passivo, que inclui a redução da dívida que já falei dos 80 milhões, a redução global entre passivo e contingências são 291 milhões de euros, só neste Mandato o passivo reduz em mais do que um aeroporto e o aeroporto foi no mandato anterior como a Senhora Deputado sabe, e por isso, discutir a solidez das contas da Câmara de Lisboa neste contexto, parece-me perfeitamente a despropósito. ---

----- Segunda questão, diz a Senhora Deputada, a Câmara vendeu e desbaratou património, Senhora Deputada eu já tive oportunidade de dar os números, mas volto a dar-lhos. No último mandato entre 2013 e 2016, que são as últimas contas que nós temos disponíveis, a Câmara de Lisboa comprou mais património do que aquilo que vendeu, comprou mais do que aquilo que vendeu, nós aumentamos o nosso balanço em matéria de património, nós aumentámos o nosso ativo, o que se passa é que nós fizemos uma gestão ativa do nosso património, o que se passa é que nós comparamos umas coisas e vendemos outras, vendemos prédios que para serem reabilitados, vendemos prédios que não tinham utilização para serviços da Câmara e compramos outros para benefício das políticas municipais. Olhe, comprámos o Vale de Santo António, que estava no contencioso com contrato com privado e pagamos 40 milhões de euros para fazer esse acordo, mas ficamos com a propriedade do Vale sabe qual é o futuro do Vale é um Programa de Renda Acessível. -----

-----Sabe onde é que nós nos compramos, sabe que nós neste momento estamos a construir a nova casa da Feira Popular, em Carnide, todos aqueles terrenos foram comprados pela Câmara de Lisboa. Sabe quando nós estamos a centralizar os serviços da Câmara nos Olivais, na Baixa, no Campo Grande, estamos a comprar e compramos edifícios para poder centralizar os serviços e vamos depois vender, o Entrepasto foi comprado, o edifício do Entrepasto foi comprado, Senhor Deputado, obrigado aliás pela lembrança, foi comprado e é por esta razão para poder centralizar, ter mais serviços nos Olivais e que, obviamente, pois nos vai permitir gerir melhor não só ter melhores serviços a funcionar, mas depois também poder alienar edifícios que estão espalhados pela Cidade e que têm menos uso, como também nos vai permitir acabar com contratos de arrendamento que hoje pesam muito sobre as contas do Executivo e os Senhores Deputados conhecem-nos e por esta razão, Senhora Deputada, é notável que me venha dizer que há uma estratégia global de alienação geral do património quando nós, entre 2013 e 2016, as vendas de património foram de 204 milhões de euros, 204 milhões e 190 mil euros e as compras foram de 249,120 mil euros, estas são

as contas, este é o balanço deste Executivo, a Câmara neste Mandato, nas contas até 2016 comprou mais património do que aquele que vendeu. -----

----- Em terceiro lugar, o mito das taxas que aumentaram desmesuradamente, Senhora Deputada, há 2 tipos de taxas. A primeira é a taxa dos resíduos e as taxas de saneamento, essas taxas a Câmara de Lisboa estava em falta com a adaptação ao quadro legal, são taxas que a Senhora Deputada encontra em todos os municípios, todos os municípios, todos os municípios já fizeram essa adaptação, Lisboa não tinha feito, é obrigatório por Lei fazê-la e nós fizemos essa adaptação e se comparar o preço destas taxas com o preço que essas taxas têm nos municípios limítrofes da Área Metropolitana vai ver que no global, nós somos dos municípios em que estas taxas têm um peso menor em toda a Área Metropolitana. -----

----- Eu não quero aqui fazer nenhuma crítica a nenhum colega, nem sequer de outro partido político, porque naturalmente há Concelhos que é natural que as taxas sejam mais elevadas, por exemplo, num concelho em que a rede de saneamento se tenha que estender por muito mais espaço por uma área geográfica muito maior, uma área mais dispersa é normal que o investimento e saneamento custo mais, o que posso dizer é que as taxas de resíduos e saneamento são as taxas das taxas mais baixas de toda a Área Metropolitana e a Senhora Deputada, aliás, tem boa forma de o esclarecer que é ir ao *site* da ERSAR e fazer os testes, como é que seria morar aqui ao lado em Oeiras, como é que seria lado morar em Cascais, como é que se ia morar por exemplo em Mafra, como é que seria morar em muitos outros municípios aqui à volta e vai chegar à conclusão que afinal, Lisboa e bem governada e que as taxas são mais favoráveis! -----

----- Há de facto, uma diferença em matéria, duas diferenças, em matéria de política de taxas face aos outros municípios, a primeira é a política relativamente à taxa da Proteção Civil. Vários municípios no país não tem essa taxa de Proteção Civil, alguns têm, outros não têm. Nós decidimos tê-la e nós decidimos tê-la em boa hora e volto a dizer que foi uma boa decisão que nós tomámos, porque é uma receita que fica consignada aos serviços de proteção civil, é uma receita fica consignada à sua melhoria, à sua qualificação e à melhoria da sua eficácia. Sabe qual é a grande diferença? Nós poderíamos ter tido outra solução que não a criação da taxa, nós poderíamos ter tido uma solução fiscal, de maneira diferente, para arranjar receitas para o Regimento Sapadores Bombeiros, mas nós decidimos criar esta taxa consignada porque esta taxa é que vai proteger o sistema de proteção civil da Cidade aos ciclos baixos que podem acontecer nas Finanças do Município, esperemos nós que não nos próximos anos, e por esta razão esta é uma diferença que nós assumimos com coragem e vejo agora uns muito afoitos com a demagogia, vamos mas é cortar, vamos dar qualquer coisa às pessoas que as pessoas querem é diminuir as taxas, querem diminuir os encargos! Pois olhe que lhe vou dizer isto mesmo, farei na campanha eleitoral a defesa desta taxa, porque esta taxa defende e protege melhor a Cidade de Lisboa. -----

----- Mas há uma segunda diferença, que é a Taxa Turística e eu recordo-me bem da posição que o PSD assumiu, e que o Governo do PSD na altura assumiu, de que a taxa turística era algo que era profundamente errado que a Cidade não devia fazer e que iria matar a galinha dos ovos! E lembro-me bem dos Deputados do PSD aqui, as críticas e

os ataques que fizeram à taxa turística, como forma de financiamento da Cidade de Lisboa, uma taxa que existe na generalidade as grandes capitais, uma taxa que existe para pôr a contribuir aqueles que não pagam impostos na Cidade e a Senhora Deputada pertence a uma bancada que durante meses me critica e ataca o Executivo por criar a taxa turística e não tem nenhum pudor em chegar aqui dizer “não, agora devem usar a taxa turística para construir casas para os para os lisboetas”, é porque vocês estiveram contra a introdução da taxa turística contra a introdução da taxa da taxa turística! -----

----- Senhora Deputada, diz-me que eu hoje não falei aqui da 2ª Circular, Senhora Deputada não falei hoje da 2ª Circular até por uma certa cortesia, talvez para não a embaraçar, porque a 2ª Circular é verdadeiramente um tema que, neste momento só embaraçante para o PSD, por uma razão, porque é o exemplo claro do que é que foi a atitude política do PSD neste mandato da Câmara, é que foi o PSD que mais combateu a obra da 2ª Circular, que mais combate, que apela sobre o drama a tragédia, os erros, a Cidade iria virar um caos, um pandemónio não era gerível, etc., etc., etc., nós tomamos a decisão que tomámos devido a uma situação de contingência, não a fazemos e quando não a fazemos, diz a Senhora Deputada, “mas não estão a fazer? Mas não a estão a fazer? Mas não estão a avançar? Mas não a deviam estar a concretizar?”, Senhora Deputada, é o cúmulo do que é a demagogia política aplicada no debate público, é que atacam-nos metade do mandato por fazer e perante a decisão de não fazer atacam-nos também por não a fazemos! -----

----- Senhora Deputada já esclareci várias vezes a situação do Metro não ser hoje gerido pela Câmara de Lisboa, já lhe esclarecer e não volte a insistir, porque é um erro, o Metro não é gerido pela Cidade de Lisboa porque nós entendemos que não tínhamos condições para gerirmos em simultâneo a entrada da Carris e entrada do Metro da Cidade de Lisboa e, como já expliquei e a Senhora Deputada pode testemunhar nos seus companheiros de Partido que exerceram funções governativas, nunca a posição da Câmara de Lisboa no início das negociações com o anterior Governo, com o Secretário de Estado, Sérgio Monteiro e com os Ministros correspondentes e com o Primeiro-Ministro à época foi de ter a Carris e o Metropolitano, aliás, se a Senhora Deputada quiser recuar à memória histórica regressa aos documentos aprovados na Câmara e nos mandatos aprovados ainda na Câmara e foi o mandato para fazer as negociações para a Carris e só depois de o Governo ter dito que eram as duas ou nada é que a Câmara disse que perante as duas ou nada, nós preferimos as duas, mas a nossa posição de negociação foi sempre a Carris, porque nós consideramos que não teremos a mesma capacidade, até financeira, para a realização e para a gestão do Metro neste momento, e volto a sublinhar Senhora Deputada com esta ênfase, neste momento, neste momento! --

----- A questão seguinte, diz a Senhora Deputada que a Carris vai a endividar o município. Senhora Deputada, eu percebo-a bem, eu percebo-a bem, eu percebo-a bem, aliás, porque a Senhora Deputada faz parte de um Partido que apostou na estratégia de destruição do transporte público de passageiros, porque a verdade é muito simples, Senhora Deputada, quem conhece bem o tema do transporte público sabe bem que é possível, Senhora Deputada é possível, é possível ter empresas de transporte rodoviário que sejam rentáveis, é possível tê-las! -----

----- Há empresas de transporte rodoviário rentáveis, várias no setor privado o são, que não tenham dívida, é possível tê-las, o que não é possível ter é empresas de transporte público que sejam só por si rentáveis sem subsidiação de outras fontes de financiamento! E é fácil de perceber porquê, se nós tivéssemos uma empresa de transporte que a única coisa que fizesse, fosse transportar pessoas do Campo Grande até ao Rossio todos os dias, em vários movimentos por dia, seguramente que se tratariam de Linhas rentáveis. Se nós fizéssemos Linhas que cobrissem, por exemplo, só a Ponte 25 de Abril de Almada para Lisboa tratar-se iam de Linhas rentáveis, são! Oh Senhora Deputada, deixe-me concluir, já vou concluir e já vai perceber o ponto, já vai perceber o ponto, o problema é que é o que não é rentável são verdadeiramente as necessidades de serviço público que existem numa Cidade como Lisboa, o que não é rentável e transportar e ter um transporte disponível para as pessoas da Ajuda para o centro da Cidade, à noite ou de Marvila para o centro da Cidade ou da Ajuda para um hospital, ou do Beato para um hospital central, essas Linhas não são rentáveis e o que acontece naturalmente... Não Senhor Deputado, O Senhor Deputado se for ver, foram precisamente muitas dessas Linhas que foram cortadas no tempo do último Governo para preparar a empresa para entregar a privados! -----

----- Oh Senhor Deputado e este é um debate central sobre o futuro da Cidade, debate central sobre o futuro da Cidade porque, ao contrário do que a Senhora Deputada diz, as obrigações de serviço público obviamente que não cobrem, não estão cobertas pelos resultados da empresa. Mas não estou aqui e não estão em nenhum lado do Mundo! Oh Senhora Deputada, recomendo-lhe para informação deste debate uma pesquisa rápida na Internet sobre quais as fontes de financiamento de todos os sistemas de transporte público nas capitais europeias? E verá uma coisa simples, a bilheteira oscila entre 50/60 por cento do valor das receitas, tudo o restante, acima disso são receitas de outras fontes, a bilhética não cobra as necessidades todas do serviço público, não cobra porque não cobre e, por isso quando o Governo anterior decidiu que não havia indemnizações compensatórias, decidiu que nenhuma entidade pagava para a Carris, o Governo estava disposto a entregar a Carris porque queria entregar a Carris limpa para uma concessão a privado, era a condição central do concurso, o que é que fez antes? O que fez antes e cortou de 30 por cento da oferta, e cortou 30 por cento da oferta precisamente nas zonas são as zonas mais atingidas e que são as zonas que precisavam de serviço público, é por isso que faz um concurso em termos de poder impor um privado que não haja indemnizações compensatórias. Senhora Deputada, é uma escolha política, é uma escolha política, mas é uma escolha política que nos diferencia profundamente do PSD, profundamente, é que a Senhora Deputada prefere ter uma empresa que dê prejuízo zero e que não exija um esforço ao Orçamento da Câmara e eu prefiro ter uma empresa que tenha financiamento da Câmara que nós aqui coletivamente tenhamos o poder para decidir as fontes como o financiamos, mas que preste um serviço público à Cidade é uma diferença de fundo! -----

----- Continua a ser a Senhora Deputada que diz que os terrenos de Entrecampos, duas tentativas de venda falhadas, Senhora Deputada, só tenho que lhe dizer uma coisa, nós não somos todos iguais e nós não colocaremos estes terrenos à venda, quando não

tivermos a convicção profunda de que estamos a fazer a defesa do património Municipal! E nós não colocaremos os terrenos à venda em condições que achamos que não estamos a fazer a defesa do património Municipal e, por isso, se a Senhora Deputada acha que eu alguma vez iria promover uma venda que não defendesse o património Municipal, mas que só que permitisse ter aqui uma bandeirola política no balanço do mandato, está completamente enganado e não conhece! Senhora Deputada os terrenos são património da Câmara Municipal de Lisboa, os terrenos são património dos cidadãos de Lisboa e os terrenos são património da nossa Cidade e só serão alienados nas condições e, quando houver condições para nós fazermos uma operação que beneficia a situação do Município de Lisboa, não antes, não antes, não a qualquer custo e não para ser um simples crédito político!-----

----- A Senhora Deputada continua, eu já não sei em que ponto uma lista, mas até agora tem sido cada uma cada achado! A Senhora Deputada diz que o Capitólio custou 40 milhões de euros, eu não faço ideia é que a Senhora Deputada encontrou essa conta, a Senhora Deputada tem que me enviar seguramente essa conta. As obras do Capitólio orçar em cerca de 7 milhões de euros, 7 milhões de euros, Senhora Deputada. As obras Capitólio custaram cerca de um quinto, menos de um quinto daquilo que a Senhora Deputada diz, um quinto!... -----

----- Senhora Deputada peço desculpa, aqui há matérias, há questões que são matérias de facto, há questões que são matérias de facto, não são matérias de debate, quanto é que custa uma empreitada quanto é que custa uma obra é um problema de facto, há documentos, há contratação, há contratos, há pagamentos e, por isso, a obra não custou, tem um valor que terá orçado, não tem aqui de memória para lhe dar o número ao cêntimo nos valores finais, mas o orçou 7 milhões de euros! E também o que está a acontecer, não é nada do que a Senhora Deputada... E eu se estiver enganado também pedirei desculpa com toda a com toda a facilidade. Senhora Deputada, mas já agora, já agora, nesse trajeto de confirmação dos números, peço-lhe também confirmação sobre os números das compras e das vendas de património que é para não repetir aqui, já lá vou, deixe –me só fazer-lhe este pedido, já que vai confirmar números sobre o Capitólio e os valores do Capitólio peço-lhe que também que confirme os números das aquisições e das vendas património, contando escritura a escritura, podem até ir ao Notário, podem ir ao ver à Conservatória, ver tudo escritura a escritura quanto é que comprámos e quanto é que vendemos, que é para não a ouvir, que é para eu não voltar a ouvir aqui a dizer que a Câmara seguiu uma política de diminuição do património! Senhora Deputada, eu só lhe peço a confirmação...”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa mas o Senhor Presidente está no uso da palavra. O Senhor Presidente está no uso da palavra em tempo cedido! A Senhora Deputada se quiser usar da palavra pode inscrever-se, mas agora tem que dar oportunidade ao Senhor Presidente de usar o seu tempo! -----

----- Eu lembro ao Senhor Presidente que tem tempo cedido mas também tem intervenções dos outros Senhores Deputados que também colocaram questões, o Senhor Presidente saberá gerir o seu tempo da melhor maneira!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Sim, sim Senhora Presidente, agradeço-lhe, muito obrigado, eu deixo-me levar no entusiasmo desta intervenção. -----

----- Senhora Deputada, neste momento peço-lhe como lhe disse um exercício que é fazer a análise de como foram as compras e as vendas de património e concluir que nós adquirimos mais do que vendemos património entre as contas de 2013 e 2016 e peço-lhe, aliás, que faça esse exercício, que apresente de novo este exercício, eu farei com humildade um pedido de desculpas, se eu tiver enganado, e peço que a Senhora Deputada estenda a mesma metodologia relativamente àquilo que propôs que o Capitólio. -----

----- Quanto às propostas, nós neste momento temos propostas para a gestão do Capitólio. Nós abrimos um concurso e temos propostas para a gestão do Capitólio e as propostas de gestão do Capitólio vão ser analisadas, vão ser decididas e o Capitólio vai ter uma gestão durante um período de 5 anos, que está sujeito a um concurso com caderno de encargos para uma programação diversificada, aberta, de vários tipos de expressão artística que vão fazer a programação do Capitólio durante 5 anos, não sei onde é que a Senhora Deputada tem essa informação, é precisamente contrária à que eu tenho!-----

----- Diz a Senhora Deputada, vamos à boa parte, uma parte central da sua intervenção. Diz a Senhora Deputada, “eu concordo com a Deputada de Os Verdes, eu concordo que o Deputado Ricardo Robles, 10 casas para a renda convencionada, 10 casas”, em enfático, 10 casas, como é que a Câmara tem 10 casas para a renda convencionada? Oh Senhora Deputada, centenas de casas, centenas de casas, centenas de casas são aquelas pessoas estão a perder os contratos de arrendamento pela Lei das Rendias aprovada pelo seu Governo! São centenas de casas, são centenas de casas! E como é que a Senhora Deputada tem o à vontade de vir aqui discutir a política de habitação relativamente à Cidade de Lisboa e aos casos concretos que fala, esquecendo o facto que foi a precarização completa dos contratos de arrendamento em todas as suas durações, que está hoje a fazer no contexto de alta de preços a completa intranquilidade e impossibilidade das pessoas terem uma casa estável e firme na Cidade de Lisboa. -----

----- Oh Senhora Deputada, Senhora Deputada. Se me quiser ouvir que um pouco, eu ouvi-a com atenção, com discordância, mas com atenção, mas eu tenho tempo ou não? Eu não tenho tempo? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada tem tempo, a Senhora Deputada tem tempo, os Partidos da Bancada do MPT e o CDS-PP, salvo erro, anunciaram à Mesa que deram tempo,

portanto, podem comunicar com a Senhora Deputada se a Senhora Deputada precisar de tempo.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, a Lei das Rendas precarizou por completo os vínculos contratuais, mesmo os mais antigos e eu concebo, claro que num outro contexto económico, num outro contexto da atividade turística, num outro contexto da atividade imobiliária as consequências, num outro contexto de taxas de juro em que as pessoas pudessem muito mais comprar a casa como aconteceu durante décadas nosso país que os efeitos não tivessem sido tão pesados, concebo isso! Mas a vida não é esta, a vida é que a Lei foi aprovada e foi aprovada pelo vosso Governo e é a Lei que está a ter as consequências que está a ter na Cidade de Lisboa! E é por essa razão que apresentei uma proposta, de carácter de urgência, não para voltar ao regime antigo dos contratos antigos, mas para criar um contrato novo que fosse apelativo para quem quer investir no imobiliário, como uma tributação de cerca de metade a tributação atual, mas que tem uma contraparte, tem que dar estabilidade aos inquilinos em contratos de longa duração, porque esta é que é proposta de fundo para agora para resolver uma situação de emergência!-----

----- E ao mesmo tempo Senhora Deputada diz “empenhamo-nos e estamos a trabalhar no maior programa de promoção pública de habitação na Cidade de Lisboa que é o Programa da Renda Acessível”, porque a verdade é que o Município durante muito tempo investiu muito na habitação social, e bem, e resolvemos muito dos problemas da habitação social! Senhor Deputado, não olhe para mim com essa cara, é antes do nosso Mandato, é muito antes, é mérito de mandatos anteriores, é mérito de mandatos de Jorge Sampaio, de João Soares, dos tempos da coligação de tantos e tantos Vereadores, tantas e tantas pessoas que se empenharam em fazer algo notável, que foi a construção de mais de 20 mil casas de habitação social na Cidade de Lisboa. Sim, Senhor Deputado é uma das concessões, mas é histórica, esta é histórica não deste mandato. Agora a grande necessidade deste Mandato e deste tempo que vivemos não está tanto nessa construção de habitação social, está na construção de habitação para a classe média e é isto que nós estamos a fazer o nosso Programa de Renda Acessível. -----

----- Por último, relativamente à nota final sobre a questão da demagogia! Oh Senhora Deputada, em toda a sua intervenção foram raros, para não dizer que não encontrei um único em que houvesse sobre matéria nenhuma um facto correto, não houve em nenhuma matéria nada que não se cingisse a atacar agora a diferença daquilo que atacou há 6 meses por outra razão e, por isso, Senhora Deputada, este debate que agora se vai iniciar de forma mais intensa na campanha eleitoral vai tornar bem claras as escolhas e as opções, a verdade é que o PSD não só no Governo, mas também na Câmara Municipal de Lisboa, foi um opositor ferrenho aos transportes públicos passarem para a Câmara e terem uma natureza pública e também relativamente à habitação aquilo que tem hoje para deixar é uma Lei das Rendas está a causar instabilidade a tantas e tantas famílias na Cidade de Lisboa. -----

----- Senhor Deputado Magalhães Pereira a resposta para si a muito breve e muito telegráfica, com simpatia, o Senhor Deputado acusa-me que faz uma declaração de dizer que nada tem a ver com aquilo que está escrito que tudo se resume numa peça de propaganda que abundam obras de fachada, estaleiros a céu aberto, oposição à posição, agressividade, aliás, nem me lembro de ter falado na oposição, num cenário idílico e que voltamos ao tempo das promessas e das demagogias velhas e estafadas, Senhor Deputado é isto a síntese. Eu ouvi e ouvi com atenção e tomei nota, eu tentei fazer nesta intervenção, um balanço geral sobre o mandato porque esta é a última Informação Escrita antes do mês de Setembro e decidi fazer e aproveitar para podermos ter um debate mais geral sobre o estado da Cidade, o que eu constato é que eu fizesse a intervenção abrangente sobre o estado da Cidade, mas o Senhor Deputado veio ler precisamente a mesma intervenção que aqui fez há 2 anos, quando me conheceu aqui com Presidente pela primeira vez, é que é a forma mais fácil de fazer é pegar num papel já escrito e independentemente daquilo que eu diga enuncia sempre as mesmas coisas. -----

----- Senhor Deputado, os Senhores Deputados do PCP, o Deputado de Silva Santos, diz-me que, começa com uma afirmação que a repetição, a repetição e repetição e repetição dos resultados, eu só posso entender isso como um elogio, aliás, a técnica, de certa forma é copiada e, por isso, e é eficaz e é eficaz! Agora eu aprecio também as palavras do Senhor Deputado, que eu percebo e acho bem, acho natural, faz normal da vida política que valorize o papel do PCP em muitas das políticas deste Mandato, é verdade. É verdade, nós travámos uma enorme luta juntos pelos serviços públicos transporte contra a concessão a privados, ninguém retira esse mérito, nunca retirei, nós temos travado, temos divergências depois, a partir daí, desse ponto de entendimento, os Deputados do PCP fizeram sempre aqui uma batalha importante sobre a questão da rede de cuidados primários na saúde de Lisboa, é verdade e nós fizemos o acordo com o Governo para a concretizar, tudo isso é verdade! Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado puxa muito a brasa à sua sardinha e às conquistas do PCP, permita-me que faça aqui o seguinte, eu acho que a intervenção do Senhor Deputado é também um grande elogio a esta maioria, é que nós temos uma maioria absoluta, mas soubemos sempre ouvir, incorporar as propostas com mérito que vieram do seu Partido. -----

----- Queria dizer ao Senhor Deputado Ricardo Robles, telegraficamente, à Deputada dos Verdes relativamente à questão do elevador, não há acordo da Câmara relativamente à solução proposta pelo Metro, houve, aliás, oposição da Câmara a essa solução e temos estado a trabalhar, porque não serve uma Senhora Deputada disse, bem as necessidades e estamos a trabalhar para que se encontre uma nova solução, não estou em condições de lhe dar, mas estamos a trabalhar para que isso aconteça. -----

----- O Senhor Deputado do PAN fez uma intervenção mista, eu acho que nós avançamos muito neste mandato relativamente à questão dos direitos dos animais e à causa do reconhecimento dos direitos dos animais. Não fizemos, fizemos tudo aquilo que corresponde ao programa do PAN? Não, não fizemos, porque aí seríamos nós o PAN e não seríamos esta maioria e seria o PAN a governar a Câmara de Lisboa e não fizemos, mas fizemos muito e temos uma convergência que eu não desvalorizo, que é

uma convergência de que nós necessitamos de continuar a aprofundar as causas da defesa dos direitos dos animais, porque são, de facto, hoje na vida da Cidade e para muitos na Cidade de Lisboa, algo de uma grande sensibilidade e de uma grande importância, o que ainda pudermos fazer e que seja alvo de convergência até ao final do mandato, teremos a porta aberta para falar sobre o assunto. -----

----- O Senhor Deputado Modesto Navarro, telegraficamente relativamente à questão do Hospital da Luz. Eu acho que há aqui uma questão sobre o entendimento do conceito, mas a mas as propostas que estão na Assembleia foram muito, são muito claras em explicar o que há, há uma construção que é feita em espaço da Câmara que vai ficar propriedade da Câmara, não vai ficar propriedade do privado. É propriedade da Câmara e que o privado pagará uma renda à Câmara por causa desse património e pela utilização desse património e por isso não confundamos a utilização indevida de património público ou de espaço público para uma obra privada, não, o privado está a executar a mando da Câmara para um obra fica propriedade do Município, que pode pelas dispor dela como entender, até fechar o túnel, se muito bem entender, é livre de o fazer, Acho que não faz sentido nenhum, acho que é um absurdo do ponto de vista da mobilidade, mas sobre o qual depois, o Hospital pagará. -----

----- Relativamente à questão do Turismo, Senhor Deputado, eu não partilho da apreciação que faz, em primeiro lugar sobre o turismo e sobre o valor do turismo, o Senhor Deputado de certa forma desvaloriza, acha o turismo como a atividade, como disse, da serventia, da toalha na mão, não é isso o turismo, o turismo é muito mais do que isso e mesmo isso tem importância, o emprego mesmo o menos qualificado é muitas vezes dos mais importantes numa sociedade, ainda por cima com a característica como a nossa, mas o Turismo é muitíssimo mais do que isso! O Turismo são as fábricas têxteis que fazem os lençóis, que fazem as toalhas, o turismo são os mercados que vendem os alimentos para confeccionar as refeições, o turismo são as fábricas que fazem a cutelaria para servir nas mesas, o turismo são as fábricas da cerâmica que fazem tudo aquilo que é necessário para a instalação, o turismo é toda a fileira da construção civil que reabilita, que constrói e que de forma cíclica tem que renovar o turismo, o turismo são as vendas no comércio da Cidade, o turismo é todo um conjunto amplo de atividades, cada vez mais geradoras de valor! -----

----- O Senhor Deputado não consegue encontrar no seu discurso, o ponto certo do equilíbrio e da complexidade deste debate, porque a verdade é que nós, é um erro e acho que o Senhor Deputado também partilha desta opinião, ter um discurso extremado sobre se sou contra sou a favor, isto é uma são posições que não fazem sentido, a questão é saber o seguinte, como é que nós, que estratégias temos que fazer para aproveitarmos e aumentarmos o que o turismo tem que melhora e que estratégias temos que fazer para limitar os problemas que o crescimento do turismo está a trazer, é este é um debate que é preciso fazer. Um debate de sectarismos, um debate de radicalismos é um debate que não faz sentido nem serve o futuro da Cidade é, por isso que as questões do crescimento do turismo têm que ser associadas às questões do impacto do turismo, que são múltiplas, como o Senhor Deputado disse, mas que devem ser encaradas pela positiva, como respostas afirmativas à nova realidade que temos. -----

----- Por último, Senhor Deputado Ricardo Robles, o Senhor Deputado diz que concorda com a minha afirmação do falhanço coletivo na mobilidade e é um falhanço coletivo do Portugal democrático, é o falhanço de mobilidade, da política de mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, em particular na de Lisboa, em particular na de Lisboa, dado o Porto ter tido uma situação ainda mais complexa, mas o investimento mais recente de um Metro ligeiro de superfície no Porto, de âmbito metropolitano, atenuou em alguns aspetos, mas, mesmo assim, a situação não é bem resolvida, basta ver os números dos carros que entram nas cidades nucleares no Porto, mas os transportes públicos e a política de transporte público na Área Metropolitana é o falhanço dos 40 anos do pós 25 de Abril! Agora o Senhor Deputado não perde a oportunidade de fugir o pé para o combate político e para vir atacar a Câmara de Lisboa num ponto que ironicamente mais facilmente a sua crítica não faz sentido é que se houve problema da política de mobilidade e transporte público da Cidade de Lisboa em 40 anos e que nós nunca tivemos poder nenhum para dizer nada sobre essa política. Nós nunca tivemos sobre a nossa alçada nenhum instrumento, nós não tínhamos a Carris, nós não tínhamos o Metro, a Área Metropolitana não tinha competência para definir linhas, Senhor Deputado, até 2015, há Lei aprovada, e bem. Neste caso para a Deputada Sofia vala Rocha não ficar tão amargurada porque eu só critico injustamente, até 2015 a aprovação da Lei pelo anterior Governo que passava as competências, que passa às competências de aprovação das Linhas e das Carreiras para os municípios. As Linhas, as Carreiras, as licenças, as concessões eram aprovadas pelo Instituto de Transportes, tutelado pelo Secretário de Estado e por um Ministro em todo o país. -----

----- Nenhum município tinha nada a dizer sobre o assunto, o Senhor Deputado falará, nós aqui em Lisboa ainda tínhamos a Carris como empresa pública, não nos ligavam nada, o Presidente António Costa, aliás, a várias vezes descreveu como eram as relações entre a Carris e o Município ou a ausência delas, até em prejuízo da própria Carris, Oh Senhor Deputado, mas se for aos Concelhos limítrofes e falar com os meus colegas Presidentes de Câmara, qualquer que seja o partido, a situação no que eles viveram ainda era pior, é porque havia licenças de operadores privados que para rentabilizarem a sua operação não faziam as operações de serviço público e faziam o que bem entendiam nos territórios sem qualquer palavras das Câmaras Municipais e por isso Senhor Deputado, se houve falhanço da política de mobilidade que envolveu os municípios destes 40 anos foi só uma, é que nós não tivemos poder para agir sobre a política de mobilidade. -----

---- Diz-me e o Senhor Deputado faz-me uma pergunta, mas o que é que fez o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre mobilidade? Oh Senhor Deputado, tem a certeza que quer fazer essa pergunta? Tem a certeza que é fazer essa pergunta? Então eu digo-lhe, oh Senhor Deputado, este mandato é o mandato e que a Carris regressa à Câmara Municipal de Lisboa, este mandato é o mandato em que os passes daqueles com mais de 65 anos diminuíram para metade do preço. Este é o mandato em que se tomaram as decisões para comprar 250 novos autocarros da Carris e este é o mandato em que tomamos a decisão para contratar 220 novos motoristas. Este é o mandato em que vamos iniciar as novas Redes de Bairro, e este é o mandato, Senhor

Deputado, em que nós criamos mais de 60 quilómetros de rede ciclável, este é o mandato em que nós vamos iniciar o programa das bicicletas partilhadas, este é o mandato em que nós vamos começar a exercer na plenitude como Município e como membro da Área Metropolitana de Lisboa, as nossas atribuições enquanto autoridade de transportes aqui e enquanto autoridade, enquanto participantes nas responsabilidades da Autoridade Metropolitana de Transportes, peço desculpa, da Autoridade de Transportes exercidas agora pela Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Fala-me depois o Senhor Deputado de tudo aquilo sobre o qual a Câmara não tem o poder, e fala-me do Metro e eu respondo-lhe sobre o Metro, sabe o que é que nós fizemos sobre o Metro de Lisboa? Senhor Deputado, nós batemo-nos, nós batalhámos e nós conseguimos pela primeira vez em mais de uma década, o Metro tivesse dinheiro no orçamento para a manutenção que permitisse a recuperação da operação do Metro na Cidade de Lisboa, e batemo-nos e conseguimos pela primeira vez em mais de 10 anos que fosse tomada uma, mais de 15 anos, peço desculpa, que fosse tomada uma decisão de expansão do Metro dentro da Cidade de Lisboa! Se o Senhor Deputado, acho isso pouco, eu acho que este Mandato é um Mandato de conquistas, é um Mandato de vitórias na melhoria e pela primeira vez numa estratégia coordenada de transporte público na Cidade de Lisboa. -----

----- Por último diz-me o Senhor Deputado, pega no tema da Habitação e aquilo que diz converge....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Presidente, já só tem 50 segundos de tempo cedido!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “Então serei telegráfico. O Senhor Deputado converge com a prioridade e acho importante esta convergência, mas diz propõe uma alternativa o nosso modelo, que é dizermos que em vez de avançarmos nós que o património e em construção com o privado, que devíamos ser a Câmara a construí-la toda. Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado não é o mesmo que me acusou há poucas semanas aqui, de ter um projeto tão lento, tão lento, tão lento que não entregava casa nenhuma? Então a alternativa que o Senhor Deputado tem é uma alternativa em que a Câmara tem que arranjar mais 950 milhões de euros para sozinha, construir todas as casas ao longo e rapidamente colocá-las no mercado! Oh Senhor Deputado, nem no próximo, nem no outro, nem no a seguir e se calhar já o Senhor Deputado passou a categoria de jovem ainda não teria uma única casa construída, porque não há maneira de arranjar esses 950 milhões, é ilusão política e é talvez a estratégia de quem prefere ficar na posição de reclamar sobre um tema, mas não ter a ambição de verdadeiramente resolver o problema! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente, não terminamos o debate, porque há dois Senhores Deputados que se inscreverem e que têm tempo. Senhora Deputada Sofia

Rocha e o Senhor Deputado Modesto Navarro. Eu vou-lhes pedir então que utilizem a palavra, o Senhor Presidente já não tem tempo a responder, já esgotou os vários tempos cedidos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala Rocha (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Presidente acho que me percebeu mal, eu não fiquei nada chateada por no final de 2 rondas e de várias Senhores Deputados terem intervindo o Senhor Presidente gastar 40 minutos para me responder só a mim, que gastei 10 minutos para lhe dizer alguma coisa, ou seja, o Senhor Presidente achou que precisava de explicar em 40 aquilo que eu lhe disse em 10, eu só posso tomar isso e depois daquele que aqui se passou, com as respostas curtas e breves que deu aos outros Senhores Deputados... --

----- A questão é esta, o Senhor Presidente da Câmara utilizou tempo, utilizou um tom de veemência, entusiasmo e de calor para responder à minha intervenção que eu só posso tomar como o melhor dos elogios políticos, o Senhor Presidente da Câmara acha, e acha bem, que o PSD é a única força política que lhe faz oposição... Muito obrigada Senhor Presidente, muito obrigado. -----

----- Quanto às suas diligências relativamente, e intenções, relativamente à Lei das Rendas, eu sou uma pessoa previdente e trouxe a entrevista do Senhor Secretário de Estado. Eu vou dizer as três coisas essenciais que ele diz sobre isto, esta entrevista foi dada ao Expressa a 25 de março, podem consultá-la *online*, sobre o balanço da reforma então diz assim: sobre o balanço da Reforma, ele diz que era, e cito “ A reforma do arrendamento começou a ser feita antes, em 2006, tendo sofrido revisões em 2012 e 2014. A nossa avaliação global é razoavelmente positiva, porque partíamos de uma situação que começava a ser inaceitável. Rendas congeladas durante décadas, deixando os proprietários sem recursos para investir na reabilitação, é um dos cancro que existiam em Portugal, muito visível na degradação das zonas históricas com responsabilidades de muitos Governos, as sucessivas alterações visaram dinamizar o mercado de arrendamento”, isto é o balanço sobre aquela sua ideia da classe média dos jovens responde assim este Senhor Secretário de Estado, que não foi demitido, ele tem a pasta e é o responsável do Governo com a pasta diz assim, “vivemos numa economia de mercado”, os Senhores da extrema-esquerda podem tapar os ouvidos “vivemos numa economia de mercado e não podemos obrigar as pessoas a arrendar casas por 500 euros, não mandamos na oferta nem no valor”, isto sobre o valor, e sobre o período dos contratos, aquele em que o Senhor Presidente agora candidato, ontem disse que ia falar com o Governo, eu só espero que não seja com este Senhor, porque ele não lhe vai dar troco, lamento. Ele diz o seguinte, ele diz o seguinte “o contrato...”, pois mas ontem o Senhor, agora candidato disse que ia falar com o Governo, pelo menos é o que o Público diz, “Neste momento, muitos senhorios só aceitam contratos por um ano ou dois.”. Não estamos a assistir à precarização da habitação? Responde assim, o Senhor Secretário de Estado “o contrato por um período indeterminado desapareceu porque não é natural. O que aconteceu foi que a Lei deixou ao arbítrio das duas partes o prazo do contrato”, eu podia-me alargar, mas vêm aí 3 meses de debate intenso. -----

----- Eu só lhe posso desejar em relação ao Governo e às suas propostas, muito boa sorte! Ou que convença o Primeiro-Ministro a demitir este Secretário de Estado, porque as Leis não vão ser congeladas, se voltassem a ser não havia reabilitação e se não houvesse reabilitação a Câmara não podia cobrar o IMI e o IMT que cobra!-----

----- Senhor Presidente seja coerente e deixe-se de demagogias, esta é a política do seu Governo. -----

----- O balanço que fazem é altamente positivo, o Senhor sabe mais do que ninguém e interessa-lhe a situação que Lisboa vive, porque se não fosse esta a situação o Senhor Presidente não podia fazer aquilo que faz, é da especulação imobiliária e por último, contra esse seu argumento que o Senhor Vereador já tinha utilizado, que compra mais do que vende, eu no meu fraco sentido político fiquei muitíssimo admirada no dia em que me disseram isso, porque quem compra mais do que vende, então eu pergunto-lhe: como é que o problema da habitação em Lisboa? -----

----- Se compram mais do que vendem, eu digo-lhe pelas escolhas que o Senhor há pouco gabou-se muito de concentrar os serviços na Praça do Município, eu acho obsceno! Eu acho obsceno que a Câmara Municipal de 10 em 10 anos mude a sua política, há 10 anos a moda era gastar, tirar as pessoas do centro, este ano a moda foi pelo menos, pelo menos, porque é aquilo que está no orçamento, comprar ao Fundo de Pensões do BPI prédios, na Praça do Município do preço do metro quadrado mais caro da Cidade, para concentrar os funcionários públicos! Eu digo este sem vergonha nenhuma! -----

----- Agarra-se no preço por metro quadrado e diz que se quer concentrar tudo! O Vereador João Paulo Saraiva já disse que é uma questão de racionalização, no preço metro quadrado, eu acho que podemos todos, podemos todos estar de acordo numa coisa, havia outros destinos a dar este dinheiro, não é?-----

----- Havia outros destinos já foi dito aqui que era uma questão de racionalidade, de concentração de serviços, eu posso-lhe garantir uma coisa no dia em que o PSD for Executivo desta Câmara, a prioridade não é sentar os funcionários públicos no metro quadrado mais caro da Cidade, quando as classes médias estão a ser expulsas!-----

----- Eu podia continuar, eu podia continuar Senhor Presidente, mas termino como terminei, termino como iniciei, é uma honra para a PSP, que considero PSD a única força política de lhe fazer oposição, significa que cumprimos a nossa missão! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado Modesto Navarro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, mesmo em pré-campanha eleitoral temos que ser sérios e aquilo que lhe coloquei foi o facto de a integração europeia, o que nos deixaram foi o Turismo, como sabe!-----

----- A indústria foi destruída, a agricultura está a zero, sobretudo nos interiores do país e é preciso ir lá. É preciso ir lá para ver os vazios terríveis das aldeias que tinha eu

mais de mil habitantes, no Vale da Vilariaça, por exemplo, e onde a gente hoje entra e sai sem haver uma alma, sem haver uma pessoa e, portanto, há problemas de desenvolvimento integrado no país que nós temos que equacionar, mesmo quando falamos de Lisboa, não podemos ver só Lisboa! E o Senhor Presidente e do Porto ou, enfim, tem a ver com o Porto, com o Norte, temos que ver o País e temos que ver a realidade cruel que está instalada com o abandono dos jovens, com as saídas para o estrangeiro e para as Áreas Metropolitanas. -----

----- O que eu coloquei foi que o Senhor Presidente falou do turismo em Lisboa, deu a verba imensa que rende, mas não disse uma única palavra sobre medidas em relação à questão do alojamento local, que cidades avançadas, modernas e que têm muito turismo já tomaram! Já tomaram porque senão é maior o esvaziamento! -----

----- Eu conheci Lisboa em 63 com 1 milhão de habitantes, 1963, hoje não chega a 500 mil habitantes, este é que é o problema da Cidade e quando foi do processo da Expo, Senhor Presidente, que nós acompanhámos, foram destruídos à volta de 50 mil postos de trabalho e a grande bandeira para responder a isso da coligação dos anos 90, do PCP e PS, foi empresas tecnologicamente avançadas, nem uma, Senhor Presidente, nunca, nem uma e, portanto, o emprego, o trabalho, a criação de riqueza na Cidade de Lisboa é um dado fundamental, nós defendemos, o PS defendeu que houvesse cargas e descargas, contentores ainda em Alcântara, mas havia no Governo anterior quem quisesse destruir, as forças de direita, todo o trabalho aqui em Lisboa, em que ficávamos? É disso que temos que falar e é como reconverter, como criar condições, nós vemos alterações de uso do território com, na Expo, por exemplo, um terreno que é comprado por um atual ainda Presidente de uma grande Coletividade Desportiva por 100 mil contos, com a mudança de uso passou a valer 1 milhão de contos e a especulação continua e a Matinha lá está e os grandes projetos são para quem? Quem é que vai pagar 500 mil euros 700, 1 milhão, 2 milhões por uma casa?-----

----- Estes são os grandes problemas que se põem na Cidade de Lisboa, há desenvolvimento e eu saudei e continuo a saudar os grandes avanços que houve no turismo aqui na região de Lisboa, que realmente ultrapassou porque o turismo nas suas características do tempo era ir para a praia, ir para o mar, era ir para o Algarve e depois tudo se virou lentamente, com grande esforço, com um grande trabalho, para o património da Área Metropolitana de Lisboa, para o conhecimento, já aqui citei números, por exemplo, previsíveis para a China em 2005 que eram uns poucos milhões, 20 milhões, cerca de 20 milhões de turistas até 2018, era a previsão e já ultrapassou os 100 milhões, portanto, isto é uma realidade que nós temos que enfrentar, conquistar, criar condições, mas tem que ser forma integrada e para desenvolvimento real da qualidade de vida das populações das pessoas que vivem em Lisboa. -----

----- E Lisboa é hoje uma Cidade que se atravessa, nomeadamente na Baixa, Senhor Presidente, eu sou lisboeta, porque muito mais, vim com 21 anos por Lisboa e realmente hoje com 75 e vários livros e um agora para publicar centrado em Lisboa, vários contos, várias histórias e várias vidas desde 1985 que aqui na Assembleia Municipal a acompanhar todos estes grandes processos de mudança e gostaria de

conversar e discutir seriamente, com bases sólidas, sobre a questão do turismo para Lisboa, os seus desenvolvimentos são notáveis e que são, podem ser muito difíceis e que advém de uma circunstância adversa para muitos países no Médio Oriente e outros, que sofreram ataques, que foram destruídos, e daí vem este turismo, mas pode ser um turismo de um determinado tempo! Também se pode acabar com se acabou para o Egipto, como se acabou para outros países, a Tunísia, por exemplo, que tem atravessado crises tremendas! -----

----- Então nós temos que criar infraestruturas, condições de desenvolvimento articulado para que realmente nos possamos defender e nós defendemo-nos com gente, gente dentro da Cidade para a desenvolver, para gostar dela, porque Lisboa é para os lisboetas, para quem os visita e para quem quer conhecer, e mas é, tem de ter futuro, futuro organizado, tecidos humanos, comunidades, vida, bairros, etc., e é sobre isso que nós falamos quando falamos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. O PAN fez-me saber que cedeu o seu minuto que lhe sobrou ao Senhor Presidente e eu perguntei ao Senhor Presidente se queria esse minuto, o Senhor Presidente disse que sim, eu só lhe peço que seja mesmo só um minuto.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, usarei um minuto só. -----

----- Sobre as questões de alienações e compras de património a Senhora Deputada Sofia Vala Rocha continua a não reconhecer a evidência, disse números errados, errou sobre aquilo que deu da informação da Câmara que era que era que a Câmara estava a desbaratar o seu património. -----

----- Se quiser depois discutir os seus usos e as operações que fazemos, terei todo o gosto, mas a realocização e concentração de serviços tem grandes poupanças e permite alienar outros edifícios para pagar aqueles e permite também acabar com contratos de renda que eu sugiro que a Senhora Deputada vá ver antes de falar sobre o tema. -----

----- Por último, Senhora Deputada, só lhe quero agradecer o elogio, dizer aqui que a Câmara de Lisboa tem um Presidente com uma voz própria, a reconhecer e a defender os interesses da Cidade, contra a opinião do seu próprio Governo, é muito mais do que aquilo que o PSD fez durante anos em que foi capaz de ir contra os interesses da Cidade para ficar ao lado dos partidos que estavam a sustentar a maioria! -----

----- Senhora Deputada, muito obrigado pelos elogios, tenho a profunda convicção daquilo que estou a propor na situação atual que o mercado imobiliário vive na Cidade de Lisboa e se insistir na posição, que vai insistir na Lei das Rendias, fico particularmente animado nesta campanha. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, estamos mesmo no limite do quórum, peço que ninguém se ausente neste momento, estamos prestes a terminar os nossos trabalhos, mas íamos passar agora à Proposta, a Proposta das Contas já sabemos que ficou adiada, a Proposta 339 eu queria proclamar os resultados.-----

----- A eleição da lista de candidatos a Juízes Sociais para o biénio 2017/2018. Votaram 57 Senhores Deputados, com 41 votos a favor, 3 votos contra, 12 abstenções e um voto branco, pelo que os **Candidatos foram eleitos** e com isto encerramos os nossos trabalhos.-----

----- Eu penso que talvez possamos aprovar apenas a Repartição de Encargos, é para a aquisição do veículo plataforma para o Regimento Sapadores Bombeiros, é Proposta 335/CM/2017.-----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DO PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 335/CM/2017 - ALTERAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, PARA A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PLATAFORMA PARA REGIMENTO DE SAPADORES BOMBEIROS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ARTIGO 24.º E DOS N.ºS 1 E 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**-----

----- (A Proposta 335/CM/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pergunto se alguém quer intervir? Se ninguém quer intervir a Mesa vai pôr desde já à votação, é apenas o ponto 2 da Parte Deliberativa da Proposta. -----

----- Chamo a atenção dos serviços que, por lapso meu a Ordem de Trabalhos não ficou correta, porque diz apenas “autorização prévia de compromissos plurianuais com a consequente Repartição de Encargos” e não se diz para o que é, é preciso acrescentar que foi “para a aquisição de um veículo plataforma para Regimento de Sapadores Bombeiros”, que é para as pessoas perceberem o que é que estamos aqui a votar.-----

----- Vamos por isto à votação, estou a falar a Proposta 335/CM/2017, é o ponto 4 da Ordem de Trabalhos. É o ponto 2 da Proposta, 335, é uma repartição de encargos para aquisição de um veículo de plataforma para Regimento Sapadores Bombeiros. Podemos para a estação, estamos em condições? -----

----- A Mesa vai por à quem votação. Não há votos contra e nem abstenções. A **Proposta 335/CM/2017 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Senhores Deputados, até para a semana e muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e dez minutos. -----
----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio
à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do
disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2
do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da
Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de
2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----
-----A PRESIDENTE-----